



REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL



COMISSÃO DE REDAÇÃO:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA

OTHELO ROSA

EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA

EDUARDO DUARTE



PÔRTO ALEGRE — BRASIL

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Sede: PORTO ALEGRE

DIRETORIA DO INSTITUTO

Presidente honorário:

Desembargador Florencio C. de Abreu e Silva.

Presidente:

Dr. Leonardo Macedônia.

Vice-Presidente:

Prof. Othelo Rosa.

Secretario Perpétuo:

Dr. Eduardo Duarte.

2.º Secretario:

Prof. Valter Spalding.

Orador:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.

Tesoureiro:

Prof. Afonso Guerreiro Lima.

Bibliotecário:

Prof. Valter Spalding.

COMISSÕES PERMANENTES.

Fundos e Orçamentos:

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.

Prof. Jorge Bahlis.

Dr. Lindolfo Collor.

Clemenciano Barnasque.

HISTÓRIA:

Prof. Othelo Rosa.

Dr. Darcy Azambuja.

Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.

Cel. Aurelio Porto.

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL



IV TRIMESTRE

ANO XVII

Comissão de Redação:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA

OTHELO ROSA

EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOÇA

EDUARDO DUARTE

1937

Officinas Gráficas da LIVRARIA DO GLOBO

Barcellos, Bertaso & Cia. — Pôrto Alegre

Filiais: Santa Maria e Pelotas

PÔRTO ALEGRE

Alguns aspectos da Fonética Sul Rio-Grandense

DR. ELPIDIO FERREIRA PAES

Contribuição ao "Congresso da Língua nacional cantada".

NOTA PRELIMINAR

O ilustre polígrafo Dr. Afrânio Peixoto, estudando a formação e divisão da nossa literatura ⁽¹⁾, salienta a preocupação que, por muito tempo, os brasileiros tiveram, de obedecer ao padrão português de linguagem. Mesmo depois da "despreocupação" de Castro Alves e da reação de Alencar, ainda havia, no Brasil (e não faz muito tempo), gente incapaz de criticar uma obra literária sem azorregar o autor pelos pronomes claudicantes, os brasileirismos insolentes! E (o que é mais para notar) às vezes o crítico era tão criminoso quanto o criticado, em matéria de linguagem... Havia críticos ferozes que caçavam pronomes como quem cata pulgas. Farejavam rafeiramente páginas e páginas em busca de um barbarismo. Ai do infeliz que olvidasse um tiquinho sequer das leis da gramática! Recebia mais "cascudos" do que um ébrio recalitrante nas unhas da polícia impaciente... Mas os pronomes, como as pulgas, continuaram "esparramados" como antes; e a gramática, pobrezinha! encabulada com tanta bar-

1) Noções de História da Literatura Brasileira, 23.

baridade e falta de respeito, fugiu espavorida, cortando “os mares nunca de antes navegados” em demanda do “Jardim da Europa, à beira-mar plantado...” Vooou como as pombinhas de Raimundo Correia... e, como as esperanças, parece que não volta mais... Graças a Deus!...

Quanto gramático, a esta hora, não andará a gritar como Alfieri, ante a sabença linguística da “madonna Nera”:

“Ah! son pur io la bestia! imbianco il pelo,
Questa lingua scrivendo e non sapendo:
Tosco innesto son io su immondo stelo.”

Porque, de fato, os gramáticos sabiam muito “a língua dêles”, mas ignoravam a “nossa”, cujas regras pretendiam promulgar. Daí não ser possível acertar o passo com êles: andavam sempre de cadência errada...

Assim, vários milhões de indivíduos ficaram anos e anos à mercê de algumas dúzias de caturras malcriados e rançosos, que viviam amortalhando a língua nacional e atordoando a gente com trovões de sabedoria. Ai do namorado que devaneasse: — “Eu vi ela, hoje!” — “Vi ela — é bêco, seu burro!” — “Me dá um bêjo, minha nêga...” — “Me dá — é asneira, idiota!... e — nêga” — é linguagem de negro!” — Já nem se podia amar livremente neste cáldo Brasil, que é a terra do amor!...

Enfim, talvez houvesse razão para isso: tínhamos sido colonos tanto tempo!...

Mas, um dia, o brasileiro começou a observar. Da observação foi ao pensamento. Começou então a revolta, porque, mercê de Deus, todo o mundo sabe que o pensamento foi sempre o facho de todas as rebeliões. Observando e pensando, o brasileiro começou a tirar ilações. — “Boa! êles, lá, podem dizer **tambaim, ai agua, o vervo**; e nós não podemos dizer **tombem, as agua, a bage....**” — “Mas a língua é dêles”, argumentava-se. — “Sim, mas, antes de ser dêles, foi dos romanos. E assim como êles não tiveram receio daqueles, nós não o teremos dêles.” Está certo...

Começou-se, então, a estudar criteriosamente a língua. E chegou-se á seguinte conclusão: nós falamos tão corretamente quanto eles. Com uma diferença: foram eles os corruptores da língua! Receberam o latim popular e dêle fizeram a língua lusitana, que nos entregaram com os primeiros colonizadores. Mas, contaminados pela gafa do cultismo, resolveram reformar a língua e caíram novamente no latim, mas no latim clássico. Recuaram, pois, interrompendo, assim, a evolução do idioma. Ao passo que nós conservávamos o português normal, êles faziam uma língua cheia de artifícios e pompas, que agora nos querem impôr. E se abespinham e desesperam porque não os atendemos. Culpa nossa? Não, dêles, que, arrastados pela vaidade, desprezaram o que haviam recebido de seus maiores. Pecaram, e agora querem nos levar a fazer penitência por êles... Não fizemos mais do que transformar honesta e normalmente o que herdamos. E' verdade que enriquecemos a língua com novos matizes e novas formas. Porém, será crime isto? Então castigue-se também o herdeiro que desdobra o patrimônio recebido, acrescentando-lhe novos haveres... O que não é justo nem natural, porém, é que abandonemos a rota seguida por tanto tempo, para adotar um novo curso. Porque nos afastarmos da reta, para girar em curvas perigosas? Nem nos cabe a justificativa de Macróbio, porque até os nossos costumes estão-se transformando... (2)

Aliás, não adiantaria qualquer ação violenta, pois ao povo não se impõe uma língua: êle é quem a faz. Os literatos lusos escreveram na língua feita pelo povo português. Porque havemos de escrever na língua feita pelos gramáticos? Castilho, respondendo aos reacionários brasileiros, declarava que sua cozinha jamais se enganara na colocação dos pronomes. Confessava, assim, aquele escritor que distribuía os pronomes na frase exatamente como a sua cozinha... Porque não poderemos nós, também, colocar os pronomes como as nossas cozinhas? Serão, porventura, elas menos sabidas que as de lá?

2) "Vivamus moribus praeteritis, praesentibus verbis loquamur." (Macróbio, Sat., 1, 5, 2)

Porque errarei dizendo — “Vi ela” —, se Fernão Lopes já havia escrito: “... viu ela e seus corrigementos assim dispostos para o receber...” (3)? Si o Boorz, no Santo Graal podia exclamar: “vingarey-vos da desonrra que vos fez” (4) —, porque não poderei sequer, dizer — “mandarei-te levar um lindo presente”? Si Gil Vicente já falava em “estronomia” (5), porque não poderei dizer “Jenuario”? Se Camões cantou o “alifante” (6), porque não poderei “jogar nesse bicho”?

Foi, quiçá, pensando assim, que os brasileiros ousaram afrontar o terrível saci do brasileirismo, para transformá-lo apenas em brasilidade.

Em vez de aceitar comodamente a pecha de erros crassos que atiravam aos nossos modismos, procuraram explicá-los de modo científico. E o brasileirismo deixou de ser o surrão acolhedor da ignorância para se tornar um simples fato linguístico digno da pesquisa dos homens cultos.

O estudo veio mostrar que grande parte desses malsinados brasileirismos não passava de meros arcaísmos lusos cristalizados em nosso meio. Muitos até nem são exclusivamente nossos: vivem e são úteis em outras terras colonizadas pelos nossos descobridores. E no entanto êses povos, que, muito mais do que nós, tem deturpado o idioma luso, não são “perseguidos” com apodos, antes o linguajar criado por eles vem de há muito sendo estudado com carinho, com minúcia, com desvêlo... Mas, quanto a nós, o orgulho do rei-

3) Crônica de D. Fernando, 100.

4) A Demanda do Santo Graal, ap. R. L. P., 59, 27. E do mesmo modo cantava Joham de Gaylhade:

“e feraz m’ora desejos perder
do trobar que trobou d’ovinçal.”

Canc., ap. Braga, 58

E ainda João Soares Coelho:

“e per quanta coyta por mi levou,
farey-lh’eu est’e quanto m’al roguar...”

Id., ib., 62.

5) Obras, III, 150.

6) Lus. X, 110.

nol não lhe permitia enxergar a verdade, e antes o incitava a lançar sobre o ex-colono a cóima de estúpido estropiador da língua portuguesa. O furor ia a tal ponto, que nem sequer nos concediam a honra de um dialeto, título malbaratado até para o falar cambaio das possessões africanas... Despeito de senhor que vê o escravo fôrro ter o desplante de envergar casaca e fumar charuto... Manda a justiça confessar que sempre houve honrosas exceções. Basta lembrar o sábio filólogo Júlio Moreira que teve a honestidade de estudar o nosso falar, não como gíria grosseira de negros, mas como aspectos explicáveis da língua portuguesa. Nem teve escrúpulo em falar de dialeto brasileiro (7).

Verdade é que numerosos fatos surgidos em nosso linguajar não decorrem de fonte lusitana, pelo menos não são de carater essencialmente português. O africano e o indígena, como bem acentuam Renato Mendonça e Mário Marroquim, muito contribuíram para a nossa formação linguística. Mas isso em nada nos desdoura, nem tira o caráter distintivo ao nosso modo de falar. Também foram os bárbaros da Lusitânia que deturparam o latim para formar a língua portuguesa. E nem porisso tão formoso idioma deixou de ser um dos mais poderosos veículos da civilização. A origem do nosso "brasileiro" é humilde como a do "luso". Porque não se poderá tornar grande como êle?

Devemos ainda apontar a influência dos povos de origem espanhola, nossos colindantes, bem como a contribuição que nos vem trazendo, há algum tempo, os povos europeus que tem vindo colaborar conosco e conosco convivem, especialmente o italiano e o alemão.

Aliás, só nós vivemos nesta obsessão dos "crimes de lingüicídio". Os nossos vizinhos argentinos vão construindo serenamente o seu castelhano sem consultarem a antiga Metrópole; e os yankees sorriem displicentes e divertidos ante os arreganhos filológicos da boa Albion. Ao passo que nós continuamos a tremer diante da sínclise e da regência, como crianças

7) Estudos, 1, 147 e 169.

de colo ao avistarem o papão... Felizmente, parece que já vamos atingindo a maioridade...

Continuemos a cultivar o mesmo amor a Portugal, porque assim nos manda a gratidão por tudo quanto lhe devemos. Porém, não esqueçamos, jamais, que gratidão não é subserviência, não é obediência humilhante, que não nos permite pensar nem agir sem consulta prévia ao "Papai Cabral". Bastam-nos o "Vovô Indio" e a "Mãe Preta", que também merecem o nosso respeito, pois que trabalharam conosco e conosco ficaram. Lembremo-nos mesmo de que o nosso primeiro monarca, filho de portugueses, não hesitou em mandar o pai às favas, quando êste se tornou por demais exigente. Sigamos êste exemplo histórico, genuinamente nosso, sempre que os gramáticos impertinentes nos venham molestar em questões de linguagem com "ordens estranhas". O melhor é deixá-los bramar à vontade: êles acabarão cansando e "aderindo"...

O que nos cumpre fazer é prosseguir o nosso trabalho honestamente como até agora, procedendo ao balanço do nosso linguajar, afim de que possamos saber exatamente o que temos. Os obreiros da nossa emancipação linguística estão surgindo copiosamente e lutando incansáveis. Entre êles fulguram nomes como os de João Ribeiro, Batista Caetano, Antenor Nacentes, Macedo Soares, Renato Mendonça, Jaques Raimundo, Mario Marroquim, Said Ali, Apolinário Pôrto Alegre, e tantos outros, cujos estudos em tôrno do nosso falar tem sido a mais bela defesa da "ignorância brasílica".

El êsse interessantíssimo "Congresso de Língua Nacional Cantada, devido à iniciativa do Chefe do Departamento Cultural da Prefeitura de São Paulo, talvez seja um dos marcos mais importantes desta jornada, graças aos esforços que vai conjugar na realização de um escopo comum e altamente louvável. Seu organizador, o Dr. Mário de Andrade, merece os mais vivos aplausos por tão notável serviço que vem prestar ao Brasil. Em verdade, êsse Congresso poderá ser um passo decisivo para o estudo da fonética nacional. Como humilde estudioso da língua portuguesa, venho também trazer o meu singelo pecúlio ao farto celeiro da "filologia brasileira"

já tão enriquecida pelos mais competentes do que eu. Tudo que apresento no meu pequeno estudo são meras notas colhidas na observação diuturna do linguajar do povo, quer da capital, quer do interior, confirmada pela leitura dos escritores gauchos, cujos livros consultei fartamente. São simples “achegas” para as lições de português que durante muitos anos tenho professado, e não um trabalho extenso e acurado de filólogo.

E’ de desejar que tão útil empreendimento, como êsse da Prefeitura Paulistana, não se detenha, em sua missão, e antes prossiga na colheita dos elementos necessários ao conhecimento pleno do modo de falar brasileiro. Muitíssimo há que fazer ainda para um resultado definitivo. A syntaxe, por exemplo, merece estudo mais detido. Até expressões que, à primeira vista, se nos afiguram nossas, já nos vieram de Portugal. A frase tão corriqueira — “êle deu em cima da guria”, tem seu antecedente no Santo Graal: “E vos sodes cavaleiro stranho e soo lhe cuidades dar cima”. (8) — “ca muito desejava dar cima a aquella caça”. (9).

Apolinário Pôrto Alegre, num estudo sôbre algumas modalidades do português do Brasil, cita numerosas formas quinhentistas, de provável origem açoriana, conservadas na linguagem do sul. Tais como “penso” (inclinado), “rejeira”, “passar-se” (ter delíquio), “promode”, etc.

Pelo que já temos visto até agora, podemos imaginar o quanto ainda se poderá apurar em um exame mais extenso.

Seria, certamente, ingenuidade acreditar em uma “língua brasileira”, neste momento; ela ainda não é esplêndida realidade. Mas seria profundamente deshonesto quem negasse que ela se está formando lentamente, naturalmente, irresistivelmente, mau grado as arruaças dos defensores do gramatiquismo. As diferenças revelam-se a cada passo, avolumando, em trabalho incessante, a caudal da nova língua. E’ a ignôfância do povo tecendo o manto para as idéias dos sábios...

8) Ap. R. L. P., 59, 37.

9) Ap. Id., ib., 36.

Nem só na fonética se manifesta essa tendência transformadora. Também na sintaxe, a linguagem popular, que é como o sub-solo do idioma, apresenta riquíssimos velos de metal precioso, que cabe aos garimpeiros ousados explorar amplamente...

Na linguagem escrita do meu rincão, as diferenças apresentam-se numerosas.

A topologia dos pronomes oblíquos nem sempre é a mesma preconizada pela gramática:

“Já nem sae-se às quintas-feiras!”

Sá, 17.

“E” o silêncio que dá-se às horas do descanso.”

Id., 24

“O todo, enfim, é um monstro,
Quando põe-se em movimento.”

Id., 57.

“Eis, segundo o Koran, como formou-se o raio.”

Id. 48

“Os trovões que sucedem-se alterosos.”

Julietta Belo, 19.

“Tenta esquecer quem mata-o dia a dia...”

Id.

“Quando eu ouço-te a voz...”

Timóteo de F. Correia.

Abramos ainda um livro destinado às escolas — a “História Social”, de Torres Homem, e lá encontraremos:

“...não só torna-se imprescindível descrever a cena”

Pag. 10

“Foi no comércio e indústria, porém, que avantajou-se Babilônia...”

Pag. 50

“Se reconheçêra então...”

Pag. 6.

“... que ausenta-se das ruínas...”

Pag. 6

Outra construção malsinada:

“Quem sabe si estava embriagando-se...”

Oliveira Belo, 78

Vejamos alguns exemplos da língua vulgar!

“Nunca passou-me pela mente cousa nenhuma a respeito...”

Simões, Contos, 117.

“... é que succedeu-me uma desgraça...”

Id., lb., 13

“Se vê mal-mal,
Quando clareia...”

Gado, Chuva de verão.

“Meu senhor que está dansando,
me queira, pois, dispensar,
si o pelego fôr de venda,
me traga, quero comprar.”

Simões, Cancion, 17

“Se livrou da cobra mas caiu no facão...”

Acauan, 14

Te fôste e voltaste
tão triste e abatido,
para aqui esquecer...”

Fornari, Trem, Garibaldi.

“Me vou amanhã embora,
sózinho, sem mais ninguém...”

Simões, Cancion, 38

“Me pelegueia de tristeza
êsse barulho...”

Tropilha, 121

O “se” sujeito aparece freqüentemente:

“Hora em que se ouve da cama
Serenatas de mosquitos!...”

Sá, 71.

“Explica-se facilmente os duplos valores achados nas três fórmulas precedentes.”

Celestino, Trigon. 42.

“Adelgaçava-se os fletes com água a meia costela...”

Simões, Contos, 79.

“...nunca se deve deixar de ter um ponto de referência...”

Joá, 9

“A Chimarrita e o Tango

“Se dansou de pala e espora...”

Chimango, 11.

Também a regência apresenta numerosas diferenças; estas duas são bem características:

“E para assistí-lo vieram

Muitos cujos qu’estiveram

Nesta Escola, como nós!...”

Sá, 71

“Que nunca obedeceu o grito de rodeio escapando de tôdas as volteadas...”

Gado Chucro.

Os verbos transitivos diretos tendem a se tornar indiretos:

“O Laurito não le escuitava mais.”

Acauan, 18

“Sem saber como nem que força le puxava, foi esbarrar o flete lá onde derrubára o andante.”

Id., 19.

“... bem via que o filho le percisava...”

Id., 20.

“... não sei que geito tinham nem que bicho les mordia...”

Id., 134.

“Não lhe provocassem...”

Quero-Quero, 46.

“E é impossível, por máo ou por bondade,
Embora a desventura lhe acometa,”

Tropilha, 76.

“Deus le salve!”

Acauan, 185.

“... ás ordens p'ra le servir...”

Id., 186

“Um percipicio estava lhe atraindo.”

Rincão, 132.

“Confirmo. Quem le ajudou
Ao tal de tigre desvirá,
Foi mesmo este seu criado
Seu focinho de preá!”

Aquino, 23

“Eu agora podia le matá, seu paradista...”

Id., 64.

“Eu não posso le obrigá a morá onde vancê não qué.”

Id. 75.

Tambem se costuma substituir a regencia “a” por “em”,
nos verbos de movimento:

“Quando chegam em casa, não são gente, são quintos...”

Acauan, 138.

:Atirei um anzol n'agua,
De vereda foi ao fundo . . .”

Simões, Cancion, 38.

“Atirei com balas de ouro
Nas muralhas de Castela . . .”

Id., ib., 46.

“Quando me aperta a saudade,
Chego na janela e digo:
Alto céu, tiranas nuvens,
Quem me dera estar contigo!”

Romero, Cantos, 300.

E entre o povo não há quem diga — “eu vou à estação” mas sim “eu vou na estação”, modismo empregado ainda por pessoas de cultura média. Mesmo entre pessoas cultas, na conversação corrente, ouvem-se, às vezes, essas regências “desviadas”. Júlio Moreira (Estudos, I, 123) procura explicar o fenómeno como um remanecente do latim; e cita alguns exemplos do romeno em que a regência é a mesma. A explicação parece perfeitamente justificada e aceitável, muito embora contra ela se insurja Epifânio (Gram. Elementar, § 156, b), que attribue o fato a uma prolepse. No italiano há fenómeno idêntico:

“Perch’io no’ spero di tornar giammai,
Ballatetta, in Toscana.”,

Cavalcanti, ap. Berlitz, Lit, 17.

“Poi fugge in casa come atterrito . . .”

Bersezio, ap. id., ib., 248

“Il dottore sale in camera sua . . .”

Id., ap. id., ib., 248.

E como êsses que aí ficam, existem inúmeros outros fatos já catalogados: e dezenas de outros ainda não estudados hão de existir e surgirão à medida que os homens de boa vontade

se vão convencendo de que o Brasil já transpôs a mimosa quadra infantil em que precisava de ama que lhe ensinasse a balbuciar “maman, totó, pipi...”

Essas diferenças, que irônicos puritanos capitulam de insignificantes, não de se avolumar de tal sorte, que acabarão, talvez, por separar o nosso falar do português, como a imensidade do Atlântico separa o Brasil de Portugal. Pois tudo concorre para isso; quer os pródromos do nosso linguajar, defluindo da nascente quinhentista, quer os elementos raciais supervenientes, quer a novidade do ambiente com necessidades diversas, quer a vizinhança com outros povos intimamente ligados conosco. O que devemos fazer é continuar trabalhando honestamente, sem artifícios, nem preocupações clássicas, e deixar o resto a cargo do povo e do tempo...

FONOLOGIA

VOCALISMO

1 — **VOGAIS TÔNICAS.** — A — O a tônico se conserva sempre com som aberto: paráda, cása, escáda, etc. Sómente por afetação se dirá pâra, mäs, por pára, más.

2 — O a tônico final seguido de s ou z às vezes se ditonguiza, na linguagem inculta: rapáiz, estáis, máis, por estás, rapaz, paz, capaz, mas:

“Mais a coisa aí mesmô é que tava mais gostosa...”

Quero-Quero, 14

Na linguagem antiga havia essa pronúncia do mas:

“E el lhe disse que nom faria, mais lhe daria outros logares que o pobrassem elles...”

Cron. da fundação do Most. de S. Cie.,
ap.

Braga, 23.

“mays se queredes dereyto fazer
ela sô el devedes a meter...”

Joham Ayras, pa. Braga, 23.

3 — Diante de m o a às vezes se nasaliza; é o que sucede à primeira pessoa do plural do perfeito do indicativo dos verbos da primeira conjugação: amâmos, por amámos. Ninguém, a não ser por afetação, diz: andâmos, morâmos, etc. As classes incultas transformam o a em e: amêmo, marquêmo, cantêmo, por amámos, cantâmos, marcâmos. Essa mudança, o povo a faz tanto no perfeito como no presente do indicativo.

4. — O *a* póde também sofrer a ditongação pelo acréscimo de *u*: causo, por caso:

“A peonada se entretia,
Contando os causos do dia,
Na roda do chimarrão.”

Tropilha, 101.

“Toda a vida tive um golpe de vista que foi sempre
um causo serio.”

Aquino, 20.

5. — Às vezes o *e* final sofre ditongação, especialmente quando seguido de *s* ou *z*: vêiz, ingrêiz, francêiz, freguêiz. E' claro que tal se dá sómente entre pessoas de cultura nula:

“A parteira me benzeu tres vêiz...”

Quero-quero, 104.

6. — O *e* medial pode nasalizar-se: condensa, corruptela usada pelo povo e pelas pessoas de cultura média. Há também a pronúncia popular *imprensão* por *impressão*.

7. — *Em* final tônico soa *êi*, isto é, com *e* nasal e *i* breve: *tambêi* e *tamêi* (ou *tombêi*), *nêi*, *vintêi*, *amêi*, *alêi*, *alguêi*, *porêi*; mesmo nos verbos: *detêi*, *vêi*, *têi*. Essa pronúncia do *em* tanto pertence ao povo quanto às pessoas cultas. Esse fenômeno não é exclusivo do Brasil. Segundo o douto filólogo Antenor Nacentes ocorre ainda no Algarve e no Baixo Alentejo. Cláudio Bastos, estudando as tradições de Viana do Castelo, distrito minhoto, apresenta estas quadrinhas:

“O amor é uma albarda
Que se bóta a quém quér béim;
Quém num quér sêr albardádo
Num téim amôr a ninguém.”

“Eu hei d'amar uma pedra,
Deixar o teu coração,
Porqu'a pedra num se queixa,
Tu queixas-te séim razom.”

Rev. Luz, XVII, 61.

Como se vê a prosódia, embora apresente o *e* mais aberto, é muito semelhante à nossa.

8. — *I* — Pouca alteração apresenta. Regime passou a **rijume**, na linguagem popular. O mesmo aconteceu a avaliar que passou a **avalar**.

9. — Há outra modificação interessante: a nasalação do *i*. Ouvem-se a cada passo as pronúncias fulinge, pinche, por fulige, piche. E mesmo entre pessoas cultas já ouvi a pronúncia popular **impinge** por empige, **marimbondo** por maribondo, e até **cemiterio** por cemiterio (na linguagem popular também existe çuminterio).

10. — *O* — Esta vogal conserva-se em geral com a pronúncia aberta, já na linguagem popular, já na culta. Em alguns vocábulos tem a pronúncia fechada: bôlo, miôlo, rebôlo, e outros em que se segue a pronúncia normal.

11. — *U* — Em geral não muda. Mas existe o caso interessante do verbo escutar:

“Mais escutem o resto que é curto...”

Quero-quero, 14.

“O causo, moçada? Pois escutem!”

Acauan, 96.

Não será porventura a persistência da forma arcaica?
“e ascondi-me pola ascuitar.”

Airas Nunes, ap. Mota, 100-494.

“Filho, ascuyta os preceptos do mestre...”

Regra de S. Bento, ap. Mota, 123-511.

12. — **VOGAIS ÁTONAS.** — *A* — O *a* sofre modificações arbitrárias, que vão do enfraquecimento à supressão.

Por influência da bilabial, pode passar a *o*: *tombêi* por também. E’ pronúncia das pessoas incultas. Existem ainda, na linguagem plebéia, embora mais raras, as pronúncias *tamêm* e *tomêm*.

13. — Por dissimilação, pode passar a *e*: *rezão*, *menhã* (ou *minhã*); mas sómente entre as pessoas incultas. Aliás,

já no português arcaico havia esta pronúncia, conforme atestam os escritos da época, ainda que se encontrem também exemplos de *razom* ou *razam*:

“e choro muit’e faço gran razon...”

Pero d’Armea, ap. Mota, 104.

“Pois que o honor do mundo presente
Se dá com rezão á antiguidade...”

Gil, Obras, II, 106.

“E he rezão que nos valha
Neste serão glorioso,
Q’he gran refugio sem falha.”

Id., ib., I, 253.

“Tão moça, hei de ficar ca?
Não parece isso rezão.”

I., ib., I, 269.

O que se dá com os substantivos, dá-se também com os verbos: **figuemo**, **cantemo**, por **ficamos**, **cantamos**:

“Fiquemo ali uns treis dias,
Corremo muita carreira,
Joguemo tava e primeira...”

Chimango, 11.

Ouve-se também, entre as pessoas de pouca cultura, **Jenuário**, por **Januário**. Antenor Nacentes lembra que uma inscrição do século IV já aparecia a forma *Jenuarius*. Grandgent (Introduç., 126) cita essa forma e mais o clássico *jejunus*, do antigo *jajunus*.

Morais, em seu Dicionário, registra **rezão** e **rezoar**.

Às vezes em **de e** o povo pronuncia o **a** como **i**; ouve-se entre as pessoas incultas **janela** por **janela**.

14. — O **a** final postônico pode sofrer redução para **e** surdo: “**dexa** qui teje” (esteja); “**não** faiz mal qui eli veje” (veja): “eli mi pidiu qui seja camarada”.

“Quéro qu’ele seje enterrado aqui...”

Aquino, 71.

15. — O **a** pretônico inicial e isolado, às vezes, entre o povo, se muda em **i**, nasalizando-se: **inté** por até. Outras vezes se conserva e nasaliza-se: **ansim** por assim:

“Aqui inté china é legitima.”

Quero-quero, 42.

“Ansim tambem inté eu me acolherava.”

Ib., 16.

“O causo foi ansim...”

Acauan, 98.

“... inté parecia coisa do outro mundo!”

Id., 100.

O mesmo sucede com a palavra guaxuma:

“...inçadas de carrapicho rasteiro, abrojos e guanchuma.”

Acauan, 113.

“... mas gringo e alamão é como guanchuma em roça carrasquenta...”

Id., 135.

16. — Alterando o já deturpado “voss'micê” em “vass-micê”, o povo o contraiu em “vass-m'cê”, “vass'cê” ou “vacê”, que acabou por ser nasalizado: **vancê**. Encontram-se aqui as duas formas, embora a nasal seja mais usada:

“Vacê nem parece o Amancio...”

Aquino, 71.

“... s ai coisa engrossá, vacê vae tê paciencia...”

Id., 76.

“Vancê inté pensa que a gente é dessas...”

Acauan, 187.

“... si vancê quer, vá lá!...”

Id., 13.

“Vancê está se rindo e fazendo pouco?...”

Simões, Contos, 125.

“... e ainda hoje, é como vancê sabe...”

Id., ib., 13.

17. — Às vezes, entre o povo, se ditonguiza o a pretônico: **bautismo** por **batismo**. Vejamos um exemplo:

“... eu e mais a china velha que já entregou o tuta-no, a pobre, le bautizamos...”

Acauan, 96.

Já no português antigo havia êsse fato:

“E el lenou a moura e bautizou-a”.

Sec. XIII, ap. F. T. D., 437.

“Perol o evangelho diz,
Quem for bautizado e crer
Salvus es...”

Gil, Obras, 1.254.

Há também a pronúncia popular **desaustinado** por **desatinado**.

18. — E — o e pretônico ou se conserva ou passa a i; conservando-se, torna-se fechado: êrdeiro, pidir, êgoismo, ilastico, êmir, piquêno, tisoura, melhor (o povo pronuncia mió), etc. E’ pronúncia mesmo das classes cultas. Exemplos:

“Co’ um grande laço de fita
Amarrado na cintura,
Fazendo muita mizura,
Toda dengosa e catita...”

Chimango 12.

“Anoiticia. O tempo era máo.”

Rincão, 43.

Esse fenômeno já ocorria no português antigo:

“eu razom ei de lhi por en pidir
o maior bem dos que deus quiz fazer.”

Canc., ap. Braga, 62.

“por que lhis cabe nas trombas vosso son...”

Id., ib., 56.

“O caso tam dino de amiraçam,
huu corpo umano, so terra mytydo...”

L. Anriquez, ap. F. T. D., 172.

Já Soares Barbosa fazia a seguinte observação em sua Gramática, pág. 36: “O mesmo fazem... mudando o *e* pequeno e breve em *i*, dizendo minimo, filiz, binigno, mi dêo, ti dêo, si firiu, lhi dêo. “Essa observação se refere à pronúncia brasileira, que já havia, portanto, ferido a atenção do gramático lusitano. E note-se que é a pronúncia de todo o Brasil...”

19. — Sendo inicial e desprotegido, ao passar a *i*, em geral êste se nasaliza: inducação, inleição, por educação, eleição. E’ pronúncia puramente popular:

“Se bandiou, a mode que, um mundéo de veis nas inleições...”

Quero-quero, 42.

Como observa Antenor Nacentes, esta repulsa ao *e* inicial isolado já vem dos primórdios da língua, a contar mesmo do período genético. Além das formas normais enxaguar, enjeitar, ensaio, enxarcia, enxada (respectivamente de exaquare, ejectare, exagiu, exartia, asciata — Ant. Nac., Dicc.), ainda pode-se lembrar o arcaico exemplo:

“Por este enxemplo este poeta nos amoesta...”

Ap. J. Rib., Sel. Clas., XXX.

20. — Mas si o *e* inicial é protegido por *s* apenas se iotiza: istotorá, istio, istrada, ispuma, ispirito (entre o povo — isprito), etc. Ao passo que a modificação anterior é meramente popular, esta é também das classes cultas.

21. — O e final também passa a i: fronti, mascati, etc.

22. — O e nasal pretônico passa para i, mesmo entre as pessoas cultas: imbarcar, ingano, intender, imhora, etc.; mas êmbolo, ênfase, etc.

23. — Entre as pessoas incultas o e pode sofrer dissimilação, passando para a: sarvage, alamão, etc. Exemplos:

“Essa catinga de gringo e de alamão vai mermando...”

Acauan, 143.

“Aí é que foi o barzebum!”

Id., 52.

Na linguagem antiga, havia também tal mudança:

“ali morreo rei Adestrais e Dodinaux, o salvagem...”

Ap. Mota, 112.

“Veiu de lá aqui habitar

Hum feroz salvagem gigante senhor.”

Gil, Obras, II, 107.

“Entrará primeiro hum homem lavrador

Qu'em tempo daquelle salvage morava

Ca noutra serra...”

Id., ib., 108.

“Jurados nos sãntos auãgelhos daqueles que pre-sêntes foron...”

F. T. D., 211.

“Queria antes ser lagarto,

Polos sanctos avangelhos.”

Gil, Obras, II, 443..

Otoniel Mota (202) explica a transformação de selvagem em **salvagem** através de uma forma latina — *salvaticum*, encontrada em inscrições gaulesas. Grandgent (op. cit., 127) também registra *salvaticum*, do qual faz derivar o antigo

francês salvage (donde o moderno sauvage), o italiano salvatico e o romeno albatec.

24. — O e pretônico, seguido de s, às vezes cai na linguagem popular: péra, tá, por espera, está. São comuns as frases: tá bom, eu tive lá, péra aí.

“Tá bom, tá bom! vizinha Ladina.”

Acauan, 187.

25. — Quando o em é átono final se desnasaliza, passando para i ou e breve: virgi, homi, onti, coragi, etc. Exemplos:

“Virge Nossa Senhora!... mosquito, aí, fumaceia, no ar!”

Simões, Contos, 139.

“Aquilo sim, que é home de opinião!”

Quero-quero, 42.

“Buenas noites, sia Ladina, ás ordens p’ra le servir...”

Acauan, 186.

Também aqui há paridade prosódica com outras regiões. O professor Nacentes informa que igual fato ocorre no Entre-Douro-e-Minho, bem como no Galego. Cláudio Basto aponta o mesmo fenômeno em Viana de Castelo:

“Tôda mulher que se casa
Gránde castigo merece,
Porque bai deitar-s’á câma,
C’um home que num conhece.”

Rev. Lus., XVII, 62.

Também no arquipélago da Madeira ocorre a mesma pronúncia, segundo Urbano Soares:

“O diabo leve os home
Enfiado num cordel...”

Id., ib., 139.

“Grande castigo merece
Quem dá confiança a um home!”

Od., ib., 141.

O mesmo se dá em Santo Tirso, conforme exemplo colhido por Augusto Pires de Lima:

“Um home bô me deu pousada...”

Id., ib., 24.

26. — O *e* inicial também pode mudar para *a*, especialmente quando seguido de *l* ou *r*: **Alpidio** (ou **Arpidio**), **Arnesto**, por **Elpidio**, **Ernesto**. *E'* pronúncia exclusivamente dos ignorantes.

27. — Observação ao n.º 18. — Relativamente à mudança de *e* em *i*, observa Grandgent (op. cit., 126) que já no latim vulgar o *e*, quer longo, quer breve, era muitíssimas vezes substituído por *i*, e que se encontra freqüentemente nas inscrições gaulesas: *divota*, *mimoriae*, *dilevit*, *dirivare*, etc. Acrescenta o mesmo filólogo que a forma *di* por *de* é freqüente em Gregório Magno, e *ni* por *ne* existe desde os primórdios da literatura latina. Vejamos estes exemplos:

“Quid ego ni negem, qui egomet siem?”

Plauto, *Amphitruo*, a. I., c. I.

“Ni metuam patrem...”

Ter., *Andr.*, 918.

28. — **I** — O *i* pretônico passa às vezes para *e*: **defamar**, **deferença**, **Fermina**, **vertude**, **premero**, **dereito**, **ermão**, por **difamar**, **diferença**, **Firmina**, **virtude**, **primeiro**, **direito**, **irmão**:

“Justiça só a unha de cavalo, facão e trabuco, repon-tando firme o direito de cada qual...”

Acauan, 104.

“... cheguei ao galpão com o bixará enxuto, preme-ro que a chuva!”

Id., 51.

“Pois toma conta, ermão!”

Simões, *Contos*, 166.

Gosto disso, ermão.”

Rincão, 82.

E’ pronúncia exclusivamente popular.

Já na linguagem antiga havia essa pronúncia do i:

“... que eles a departiam, assi como virem por de-
reito”.

Test. de Af. II, ap. Mota, 93.

“Não hei d’ir per acajuso,
Em que me custe alгорrem,
Chinfrão, ou meio vintem,
Ir dereito como o fuso
Pera além.”

GH, Obr., I, 261.

“E tall deferença he feyta...”

Virt. Benfelt, ap. Sel. Clas., XXXV,

“O que ele fazia por delatar tempo.”

Ap. F. T. D., 438.

29. — O i pretônico inicial, entre o povo, geralmente se nasaliza: inguinorante, inlustre, intaliano, inzaminar, inluminado, etc.

Caso curioso é o da nasalização do verbo **vir**: “eu não pude vim onti (vir ontem). E’ pronúncia popular, que também se ouve freqüentemente entre pessoas de cultura média.

Há também a nasalização de **vier** (vinhé), viesse (vinhés-se).

Segundo o ilustre filólogo Mário Marroquim (A Língua do Nordeste, 55) isso é influência de analogia dos demais tempos do mesmo verbo, em que existe a nasal. Mas soa sempre vié na expressão — “para o que dê e vié” (der e vier).

30. — O i postônico, no sufixo **il**, entre pessoas de cultura média, passa às vezes para e: **facel**, **dificel**, por fácil, difícil. Entre o povo, entretanto, há preferência pela quédia do l: **faci**, **difici**.

O *i* nasal e inicial pode passar a *e*: *prencipio*, *enveja*.
Cumpre lembrar que essa pronúncia do *i* nasal pretônico já existia no português antigo:

“Se te algũu enjuriar...”

Tratatus de S. Ysidro, ap. Mota, 106.

“Este caualeyro lhe avia grande *enveja*...”

Ap. Sel. Class., XXXI.

“Que nunca tirará alheia *enveja*

O bem que outrem merece e o céu deseja.”

Lus., I, 39.

Epifânio Dias, comentando essa forma, encontradiça nos Lusíadas, diz que nas palavras de origem popular, o *in* inicial latino tornou-se — *ẽ*. Quando se entrou a reformar a pronúncia segundo o tipo latino, a regressão do *ẽ* inicial átono deu-se avulsamente, resultando daí as incongruências que neste ponto apresenta o nosso lexico. (Com. aos Lus., 333) Cândido de Fig. (Camões, 11) adota opinião semelhante.

31. — Às vezes o *i* nasal inicial se desnasaliza: **esturmento** ou **estrumento**, por instrumento:

... e afundou o tampo do **estrumento**.”

Simões, Contos, 29.

32. — O *i* médio pretônico também pode nasalizar-se: **marimbondo**, **ceminterio** (ou **çumintero**), por maribondo, cemitério. E' pronúncia exclusivamente popular:

“Só não labei até agora barboleta e **marimbondo**...”

Rincão, 129.

33. — O *i* médio pretônico também pode, na linguagem popular, passar a *u*: **avalar**, por avaliar. Essa transformação, como já vimos, é mais comum no *i* tônico: **rijume**, **proluxo**, por prolixo, regime. Em português já havia essa mudança, como atesta Soares Barbosa em sua Gramática (pag. 36). Aliás já em Latim havia essa confusão do *i* e *u*:

“Eho, non tu dixti esse inter eos inimicitias, carnufex?”

Ter., Andr., 852.

“... sibi maxume calamitosum putabat...”

Salust., Opera, 31.

“... in eo anno proxumo, que h. l. populus iuserit...”

Lex Jul. munic., ap. Faria, 383.

34. — Às vezes há confusão entre o *i* e o *j*: pastoreio e pastorejo. Exemplos:

“Pastorejando o tesouro, a alma penada morava dentro do tronco...”

Acauan, 11.

“E assim o Negrinho perdeu o pastoreio.”

Lendas, 66.

33. — **O** — Esta vogal, quando pretônica, em geral soa **u** no infinito dos verbos da terceira conjugação: cubrir, curtir, durmir (que o povo pronuncia também *drumí*), ingulir, bulir, discubrir; e os nomes correspondentes: cuberta, discuberta, curtume, durminhoco, durmida, buliçoso. Mas *sôrrir* e *sôrriso* (embora haja igualmente a pronúncia *surrir*). *E'* pronúncia tanto das classes cultas como das incultas.

36. — No infinito dos verbos da primeira e segunda conjugações soa o simples: *cobrár*, *chorá*, *rolá*, *morrê*, etc. Também se ouve, embora menos freqüentemente, a pronúncia *churá*. Mas, em geral, se ouve *muê*, *duê*, *cuzê*, por *moer*, *doer*, *cozer*.

37. — Nos nomes há dualidade: *murcego*, *murrinha*, *cuzinha*, *bunito*, *muleque*, *muldura* (entre o povo *murdura*), *culega*, *culete*, *puera*, *culuna*; mas *mormaço*, *mordaça*, *moleza*, *morto*, etc. Exemplos:

Quem le ajudô

Ao tal de tigre, desvirá,

Foi mêmo este seu criado

Seu fucinho de preá!”

Aquino, 23.

“Se num aparte de tropa
A novilhada é ligeira
E a peonada curujeira,
Mui ligeiro o dia passa...”

Chimango, 71.

“A cumadre Justina, mui buenacha, que lá isso é, deu
logo o pouso.”

Quero, quero, 14.

“Era hora de durmí”...

Id., ib.

No português antigo havia essa mudança:

“hũu corpo umano so terra mytydo
per tanto tempo, sem ser corrompydo
per cheyro nê outra pyor curruçam.”

Lays Anrryques, ap. F. T. D., 772.

38. — O o pretônico pode passar a i: **dicumento**, por documento. E' pronúncia exclusivamente popular.

39. — Às vezes passa a u ditongando-se: **quarador** por corador.

“No cuarador de um rodeio
Precisa um gaúcho vivo...”

Chimango, 71.

40. — Pode o o pretônico também passar a a: **barboleta**, **saluço**, por borboleta, soluço:

“Só não lacei até agora, barboleta e marimbondo...”

Rincão, 129.

Saluço também foi usado por Camões:

“E cõ seu apertando o rosto amado,
Que os saluços e lagrimas aumenta,
.....
Desta maneira emfim lhe está dizendo...”

Lus., II, 43.

Em corcunda, além da troca de **o** em **a**, cai o **r**:

“De seguida veio p’ra cacunda do chiru’ velho”.

Acauan, 46.

41. — **U** — Pouco muda. O **u** pretônico nasal pode passar a **i**: **inguento** por unguento, **imbigo** por umbigo (há também a pronúncia — embigo):

“A parteira me benzeu tres vês fazendo uma cruz no embigo.”

Quero-quero, 104.

No português arcaico já havia esta mudança do **u**:

“Rugem-me as tripas, arde-me o embigo...”

GH, Obr., I, 342.

42. — Também o **u** pretônico puro pode mudar em **i**: **ti-tor** por tutor. E’ pronúncia já notada por Soares Barbosa (Gramática, 36).

Herculano (Lendas, II, 216) representando a fala de um rústico, emprega a forma “jimento” por jumento.

43. — Em urina muda para **ôrina**. E’ pronúncia das pessoas incultas, que se ouve entre as pessoas de cultura média. O mesmo sucede com outros vocábulos: **ôrinól**, Orquiza por Urquiza, **homilde** por humilde, **Orsulina** por Ursulina, **Orbano** por Urbano.

44. — Às vezes o **u** passa para **a**: aribú, aripuca (ou arapuca) — Exemplo:

“Não, seu majó, não quero que os aribú façam carnica do meu rozio.”

Aquino, 71.

45. — O **u** às vezes se ditonguiza: “tinha muito pús na firida”; “cruiz canhoto!” Pedro Pinto (Ling. Medica, 98) observa que “entre nós” (aqui no sul também) é comum dizer-se **diminutivo**, embora se escreva diminutivo. E esclarece que em Portugal também existe esta forma, citando exemplos tirados a um livro do professor José Tavares, reitor do Liceu de José Estêvão... Graças, temos mais um “brasileirismo”

salvo da sanha dos gramáticos, pois que nos veio de Portugal... Si aquele professor chega a empregar em suas obras didáticas tal forma, é porque ela já tem longo uso em sua terra. Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo!...

46. — **DITONGOS.** — **AI** — O grupo vocálico **ai** às vezes passa para **ei**: Reimundo, reiva, Jeime. E' pronúncia das pessoas incultas.

Sousa da Silveira (Lições, 69) explica o fato pela influência do **i** sobre o **a**; aquele atrai êste, foneticamente, transformando o **a** em **i**. E exemplifica: em trinta-e-um, a copulativa **e**, em geral se pronuncia **i**, entra em contacto com o **a** do numeral, tornando o **a** em **e** — trinteium. A explicação é clara e racional.

47. — Diante de **x**, êsse grupo fonético perde a semi-vogal: baxo, caxa, faxa, etc. E' pronúncia comum mesmo entre as pessoas cultas.

Exemplos:

“Quando eu Morrê tu ha de sê

O meu caxão de mortá...”

“...ouvi o correntino dizê p'ra Chinoca, ali debaxo da ramada.”

Aquino, 91.

Já no tempo de Camões, como observa Epifânio Dias (Lus., coment., 329), havia a forma **baxo** a par de **baixo**, das quais só esta era literária. O mesmo se dava com os compostos:

“... bem parece

Que um baxo amor aos fortes enfraquece.”

Lus., III, 139.

“Parte-se costa abaxo...”

Luz, IX, 13.

“Debaixo deste grande firmamento

Vês o céu de Saturno, Deus antigo...”

Lus., X, 89.

48. — **ÃO** — O ditongo **ão**, final e átono, perde o primeiro elemento: **órfo**, **órgo**, **sóto**, etc. E' pronúncia exclusivamente popular, com exceção da última palavra, que existe também na linguagem culta. Em **bênção** existem duas pronúncias: ou se faz aguda — **benção** —, isto é, com tonicidade no ditongo, ou se reduz a — **bênça** —:

“Eu vi muito Indio são,
Com fama de valentia,
Ir á clara luz do dia
Ao Chimango dar benção.”

Chimango, 15.

Já no português antigo era também oxitônica a palavra, como se vê de Gil Vicente:

“Nem digais que he vivo, que pola benção
De Rabi Asclavado, e Dona Sol,
Que vos tenchemos dentro n'hum lençol,
E a capelladas morrereis ou não.”

Obr., I, 347.

49. — **AM** — Nos verbos, o final **am**, proveniente do **unt** latino, dá **um** ou o breve: “elis sairo, foro, gritaro, etc.”. E' pronúncia popular. Como bem acentua Mário Marriquim (Op. cit., 69) este modismo não é genuinamente brasileiro; é antes um arcaísmo anquilosado em nossa linguagem popular. Surgiu na forma latina pura, perdeu a consoante final, que aliás já não era muito respeitada pela plebe de Roma (Grandgent, op. cit., 158, cita — **possuerum**, **restituerum**), e passou a **om** e **um**, quando foi trazido para cá pelos descobridores. Aquí conservou-se como tantos lusismos que os gramáticos façanhudos atribuem à nossa ignorância de tapuias mal disfarçados. Feliz ignorância que acerta mais do que a estulta empáfia dos sábios de fancaria...

E' fácil rastrear o evoluir do fenómeno desde a forma pura, ainda encontrada no latim da península, até a forma corrompida:

Século XI: “... per ubi obtinuerunt illam suos auolos...”

Ap. F. T. D., 10.

“... sicut adefonsos rex et eius uxor enxemena regina ecclesie beati iacobi dederunt nobis subditas tradimus iure perheumi.”

Ap. Sel. Clas., XXVI.

Século XII: “... notitia do torto que fecerum a Laurencius Fernandiz...”

Ap. Sel. Class., XXVII.

“... a maior ajuda que illos hic conocerum...”

Id., ib.,

“Venerum a uila e filarum li o povo ante seus filos e comerumselo. Venerum alia uice er filarum o triigo...”

Not. do torto, ap. Rev. Lus, XVII, 205.

“E isto foi depois que furum fiidos anto abate.”

Id., ib.

Século XIII: “E foron feitas em Coimbria...”

Test. de Af. II, ap. Mota, 221.

“eles foron prosfaçando...”

Joham de Guilhade, ap. F. T. D., 187.

Século XIV: “... e entam cavalgarom tanto, que chegaron ao castelo de Vagan...”

Demanda, ap. R. L. P., 57-86.

“... e fezerom muyta honrra a Galaaz...”

Id., ib., 92.

“E eles foram a el-rey...”

Id., ib., 110.

O fato não se circunscreveu ao Brasil, o que reforça a opinião de que não é genuinamente nosso. Segundo Antenor Nacientes ocorre igualmente no Entre-Douro-e-Minho, Sinfões e

Rezende. Urbano Soares, estudando o Cancioneiro Madeirense, apresenta estas duas quadrinhas:

“Melro preto tá cantando,
Na jinela do doutor,
Preguntando a quem passa
Se lhe viro o seu amor.”

Rev. Lus., XVII, 140

“A menina de brios
Encostou-se á cançada,
Metero-lhe a mão no seio,
Calou-se, não dixe nada.”

Ib., 145.

A modalidade madeirense, como se vê, é idêntica à nossa. Aliás, convém lembrar que mesmo no latim culto havia esta tendência a suavizar a terceira pessoa do plural do pretérito perfeito: *amavere* por *amaverunt*, *legere* por *legerunt*, etc. (V. J. Peter, Gr. Lat. 75: João Henrique, Gr. Lat., 119). E' forma encontradiga desde os primeiros escritores latinos. Já em Ennio, poeta do período arcaico, se encontram versos como êste:

“... scripsere alii rem
vorsubus, quos olim Faunei vatesque canebant...”

Ann., VI, 123-124.

Conticuere omnes, intentique ora tenebant.”

Virg., Aen, II, I.

“Ut pelagus tenuere rates, nec jam amplius ulla
Occurrit tellus, maria undique et undique caelum,
Olli caeruleus supra caput adstitit imber...”

Id., ib., V, 8-10.

“Ranae, vagantes liberis paludibus,
Clamore magno regem petiere ab Jove...”

Phaed., Fab., I, 2.

"Vacca et Capella et patiens Ovis injuriae
Socii fuere cum Leone in saltibus".

Id. ib., 1, 5.

"At non ter aevo functus amabilem
Ploravit omnes Antilochum senex
Annos, nec impubem parentes
Troilin, aut Phrygiae sorores
Flevere semper."

Hor., Od., II, 6, 13-17.

50. — AU — Quando átono, resolve-se em o: Ogusto, omento, otoridade, otomove, sodade:

"Não le digo nada, mas isso de otomovel não é pr'a
batê casco no campo."

Quero-quero, 41.

Também no português arcaico se encontra esta mudança:

"...fez chamar min Afonso pirez tabaliõ per outoridade de nosso senhor el Rey..."

Ap., F. T. D., 211.

João Ribeiro (Gr., c. s., 37), acha que era êsse o processo popular da formação do vocabulário português:

pousar — pausare

ouro — aurum

Mouro — maurum

foz — faux

pouco — paucum

tesouro — tesaurum

Já no latim popular, êsse processo aparece, segundo ensina Grandgent (op. cit., 37), que apresenta as formas toru, Clodius (Claudius), Plotus (Plautus), closa (clausa), encontradiças nas inscrições, e orum (aurum) colhida por Festo, e cotes (cautes), ostrum (austrum), plostrum (plaustrum), citados por Príciano. E' o que também doutrina o ilustre Meyer-Luebke (Introdução, 170): "A redução de au a o tinha-se pro-

pagado na própria cidade de Roma nas camadas inferiores do povo, já durante a época republicana, segundo revelam seguros testemunhos. “Grandgent lembra que a própria composição vocabular do latim culto revela êste processo: fauce — sufoco, plaudo — explodo. Aliás não só para o muda o digrafo **au** na composição; também para **u**: causa — incuso, accuso; claudo — includo (V. Bréal, *Les mots latins*, 141). Grandgent informa que Cícero usou loreola, orula, plodo, pollulum.

Transformação interessante é a que se opera na palavra — auto — (termo jur.), que os ignorantes dizem aito:

“... só para enterrar os mortos e escrever um tal de — aito de corpo de derlicto.”

Acauan, 130.

Na linguagem quinhentista já encontramos essa forma:

“E hum Gil... hum Gil... hum Gil...”

Hum que não tem nem ceitil,

Que faz os aitos a el-rey,

Aito cuido que dezia,

E assi cuido que he;

Mas já não aito, bofé,

Como os aitos que fazia,

Quando elle tinha com que.”

Gil, Obr., I, 129.

Não seria esta a forma primitiva do vocábulo, ao evoluir para o nosso idioma? Ou quem sabe se coexistiram as duas? Auto veio do **actum** latino, consoante se vê do precioso Dicionário de Antenor Nacentes. E lá está nos *versus* de André de Rezende em louvor do comediógrafo:

“Cunctorum huic acta es comoedia plausu,
Quam Lusitana Gilo auctor et actor in aula
Egerat ante, dicax atque inter vera facetus.”

E o mesmo se dava na linguagem forense:

“Judex non secundum propriam conscientiam, sed secundum probationes ex actis constantes debeat judicare.”

Mello Freire, *Inst.*, IV, 21, 7.

“Nam Judici extra acta non creditur...”

Id., lb.

Ora, ensinam os mestres Souza da Silveira (op. cit. 87), João Ribeiro (Op. cit., 29), Eduardo Pereira (Gr. Expos., 80), Ribeiro de Vasconcelos (Gr. Hist., 70), que o grupo — **et** — ordinariamente se vocaliza em **it** ou **ut**: noite-nocte, oito-octo, peito-pectum, feito-factum, sujeito-subjectum, conceito-conceptum, seixo-saxum, aspecto-aspectum, feitiço-facticium, leite-lactum, deleite-delectum, biscoito-biscoctum, doutrina-doctrina, auto-actum.

A tendência, pois, como se vê dos numerosos exemplos citados, é para **it**, que não para **ut** ou **u** simples. Porque não poderia **actum** ter dado **aito**? E' caso que merece verificação.

Outro caso interessantíssimo é o vocábulo **taura**, que significa — “valente, arrojado, destemido; pessoa que está sempre disposta a tudo”. (Calage, Vocabul., 128), de grande uso no Rio Grande do Sul. Será uma revivescência da forma latina **taurum**? Naturalmente. Porque? Talvez não seja fácil explicar.

51. — **EI** — Este ditongo geralmente perde a semi-vogal, reduzindo-se a **ê**, especialmente antes de **j**, **x** e **r**: bêjo, quêjo, pêxe, minêro, mantêga, etc.:

“... mas era home de bem e tropêro de confiança.”

Acauan, 15.

“... botando sempre lenha na foguêra...”

Id., 16.

“Dei um talho de adaga no gaitêro,
Atravanquei um coice no candiêro,
E levei uma china na garupa...”

Tropilha, 64.

“O chirú Inocencio 'stava lá, com uns quatro companhêro...”

Aquino, 19.

“... reboleou o rabo de tatú pela açoitêra.”

Aquino, 32.

:Óie que esse correntino póde sê traiçoêro.”

Id., 93.

“Mas bem eu ainda não tinha botado o pé na solêra da porta...”

Aquino, 20.

“Quando êle pegou na cavêra...”

Acauan, 20.

“...e vi e senti premêro o chêro...”

Id., 51.

“Porque era um forno intêro...”

Id., 51.

“... foi se deixá embuçalá como matungo aperreado, pelo trabuzana do minêro...”

Rincão, 99.

“Se a tua fôia quebrá quizé,
Não me dêxes de avisá...”

Aquino, 73.

E’ pronúncia tanto do povo como da gente culta.

Os nossos poetas citadinos rimam beijo com desejo, seguindo a pronúncia usual:

“Pobres mãos sem amor, tristes mãos sem carinho,
Que nunca mais, talvez, há de beijar meu beijo;
Magnolias de marfim, nas quaes fizera ninho
Tôda a minha ilusão, e todo o meu desejo...”

Wamosy, 130.

“A trança negra sôbre mim desata,
E o seu beijo palpita no meu beijo.
E’ minha! O seu desejo é o meu desejo,
E o pesar que a maltrata, me maltrata.”

Vovó, 42.

“Porque êste sol que me ilumina e aquece,
Embora a luz, calor e vida seja,
— Lascivo sol, que a natureza beija
Lúbricamente, e os seios lhe entumece...”

Gama, 8.

Figueiredo (Camões, 34), comentando a estrofe 42 do canto I dos *Lusíadas*, diz que a prosódia — pexe, empregada pelo épico português, ainda é usual em Lisboa. Achava aquele filólogo que o *i* de peixe não tem grande justificação científica. Segundo Antenor Nacentes, também em Açores, Damão, Goa, Ceilão, Macau, Java, Malaca, Cabo Verde, Guiné, São Tomé, Ilhas do Príncipe e Ano Bom, e Angola a pronúncia dêste ditongo é como entre nós — ê.

52. — EU — O ditongo *eu* átono transforma-se em *o*: Ozebio, Ocríde, Lotero, Oropa, Ogeno (Ogenio), Olalia, Ofemia, Oripes, por Euzébio, Euclídes, Eleutério, Europa, Eugênio, Eulália, Eufenia, Eurípedes. Esta pronúncia só existe entre pessoas incultas. Quanto a Eleutério, cabe notar que, mesmo entre pessoas de cultura média, ouve-se muitas vezes a pronúncia Elauterio, que o povo transforma também em Lauterio:

“O Lauterio fôra á cidade...”

Quero-quero, 111.

“... p'r'os gringos e p'r'os alemãos lá das oropias!”

Acauan, 143.

“Naquele tempo não se chorava um angico ôco para furar uma oropa.”

Barnasque, No Pago, 76.

No português antigo já havia a fôrma Ofemia:

“... saber per u era éesa aldeia o seu dereito do Moastreiro de Santa oufemia...”

Ap. F. T. D., 211.

53.—OU — OI — A mesma observação feita por Mário Marroquim para o Nordeste (Op. cit., 65), póde-se fazer para o Rio

Grande do Sul. Não há sincretismo entre **ou** e **oi**. Já atingimos a fixidez, não há mais hesitações. Cumpre notar apenas que, nos vocábulos em que se conserva o **ou**, este soa o simples, e não **o-u**: ôtro e não o-utro. Aliás, já Soares Barbosa observava, em sua Gramática, ser esta também a pronúncia portuguesa: “Repararão alguns em não ver na tábua dos nossos ditongos orais o chamado ditongo **ou**. Porém, o som destas duas vogais é simples, e não composto das duas vozes que se oferecem aos olhos para dever pôr no número dos ditongos. O som dêle nenhuma diferença tem do nosso ô, quando fechado, como se pode ver escutando sem prevenção as primeiras sílabas do nome osso e do verbo ouço.” (Op. cit., 13). Assim, a pronúncia ô não é criação nossa; mais não fazemos do que conservar o que recebemos dos portugueses. Acentua, outrossim, Antenor Nacentes, que tal é a pronúncia de Trás-os-Montes e da Beira, bem como em Damão, Goa, Ceilão, Macau, etc. Informa ainda aquele filólogo que Leite de Vasconcelos opina que tal redução (**ou-o**) já ocorria na época do descobrimento. Assim ouve-se: lôco, pôco, tôro, etc.; mas doido, foice, coice, oito, dois, açoite, noite, coisa, biscoito, etc.

Porisso os poetas rimam pela forma seguinte:

“Guardas na boca o aroma delicioso
Das muitas patrias que te deram pouso
Nos teus dias errantes e felizes!”

Wamosy, 29

“E’ um bibelot gracioso de biscuit,
Dos de mais luxo de um bazar de louças.
Não na igualam as que andam por aí:
Moças já velhas... velhas inda moças...”

Id., 52.

“Poz no comando um alferes
— E a fantasia que fosse
Cantar loas ás mulheres...
— Esta, medrosa, esgueirou-se...”

Gama, 17.

“Eles não sabem que outro mundo existe,
Nem tão pouco que o nosso amor consiste
Neste egoísmo mudo de nós dois.
E que ficamos mudos sem querermos,
E vivemos sonhando sem sabermos,
Que poderemos despertar depois...”

Damaso, Festa.

A's vezes **ou** contrai-se em **u**: sube, truce, por soube e trouxe.

“Eu sou fio destes pago,
Nestes pago sube amá;
Quem quizé muié bonita,
Nêles venha percurá!”

Aquino, 81.

54. — **OM** — Conserva-se entre as pessoas cultas; mas, entre os ignorantes, às vezes passa para **ão**: bão, tão, são, por bom, tom, som. Ex.:

“O' que tempo bão aquele
Em que eu caçava os bem-te-vi!”

Aquino, 30.

“Com ajutorio de Deus e da N. S. da Capela, tudo aqui é bão, de verdade.”

Quero-quero, 42.

55. — **UA** — Em geral não se modifica. Só, entre o povo, se ouve, muitas vezes, a pronúncia: — **contia, corenta, coresma**, por quantia, quarenta, quaresma; e talvez mais uma ou outra palavra do mesmo grupo. Aliás, parece que há tendência para a redução dêsse ditongo; cf. o que se passou com **quaderno, quartola**, que se tornaram caderno, cartola. Com o ditongo **uo** há fenómeno semelhante: mesmo as pessoas cultas dizem **cociente**, por quociente.

56. — **UI** — O ditongo **ui**, mesmo entre as pessoas cultas, se conserva nasal em muito (**muinto**). O povo também pronuncia **munto**, com queda da semi-vogal. Ainda ao tempo de

Camões havia a pronúncia **múito** com o ditongo oral, como se vê da célebre estrofe 120 do canto III dos *Lusíadas*, em que o poeta começa a narrativa do infortúnio de D. Inês de Castro. Grandgent (op. cit., 160) registra **munto**, do latim vulgar, em vez de **multum**. Sousa da Silveira (op. cit., 75) explica a nasalização do ditongo por influência do fonema nasal que inicia o vacábulo.

57. — **HIATOS. — AE** — Geralmente se coloca um **i** entre os dois elementos do grupo: ba-i-eta. Mas Israel, faetonte, aéreo.

Em aeroplano altera-se o hiato, pois o povo pronuncia **arioplano** e às vezes **aroplano**.

58. — **AU** — Entre nós não se faz a separação perfeita dos fonemas em saudade, que todos pronunciam *sáudade* e não *sa-u-dade*, com escandência, dos elementos do digrama **au** como ainda aparece em Camões:

“Agora a saudade do passado,
Tormento puro, doce e magoado,
Que converter fazia estes furores
Em magoadas lagrimas de amores.”

Gama, II.

Exemplos de poetas nossos:

“Vim sarar tedios, longe da cidade,
A convite e conselho de um amigo,
Neste sombrio casarão antigo
Onde tudo tem ares de saudade.”

Canc., XI.

“Como tudo relembra e fala dela,
Este canto de sala, esta janela,
O teu adeus... o meu adeus... saudade...”

Damaso, Festa.

“Ha poucas horas me deixaste, entanto
De saudades ralado e de agonias,
Desejo ver-te...”

Vovó, 75.

“e lhe confie todo o meu tormento,
toda a saudade da querida Morta.”

Meu coração. 9.

“Ha de ficar comigo uma saudade tua...
Has de levar contigo uma saudade minha...”

Wamosy, 131.

59. — **EE** — Entre as pessoas cultas, em geral, o primeiro e dêsse grupo soa **i**: **compriender** por **compreender**, **repriender**. Mas o povo geralmente funde os dois fonemas: **repren-**
der, **comprender**:

“Vancê compr’ende? Do mesmo talho varou os dois
corações...”

Simões, Contos, 163.

“Vancê compr’ende, não!”

Id., ib., 81.

No português antigo já havia tal pronúncia:

“Senhora, em concurusão,
Eu tenho muita fazenda,
Sem filhos, e grande renda,
E liberal condição
Sem haver quem me reprenda.”

Gl., Obr., II, 54.

60. — **EO** — Às vezes o **e** soa **i**: Tiodoro, Diodoro, tiatro, apotióse (há também a pronúncia — apotêuse, menos usada).

61. — **IE** — O hiato se reduz em piedade e quieto, ditongando-se; pois, entre nós, não há separação dos fonemas, como se vê em Camões:

“Mova-te a piedade sua minha,
Pois te não move a culpa que não tinha.”

Lus., III, 127.

“Da quieta e da simprez inocencia...”

Ib., IV, 98.

“Direitas pelas ondas inquietas
Alguas vão, e alguas fazem giros...”

Ib., IX, 47.

Entre nós, na linguagem popular, a redução foi tal na palavra quieto que houve a queda do *i*: quétó. Esta é a pronúncia popular e até de pessoas de alguma cultura. Já no latim popular havia *quetus* por *quietus* (Grandgent, op. cit., 124). Esta contração de *ie* em *e* ocorreu outrossim em mais palavras, como se vê da observação da Varrão, transcrita por Grandgent: “ares veteris pro aries dixisse.”

Também Pierrot sofre contração, mas transformando o grupo em *i*: Pirrot. *E'* a pronúncia vulgar e corrente.

62. — **IO** — Este grupo sofre ditongação, transformando o em *u*: *riu*, *assobiu*, *tiu*, por *assobio*, *tio*, *rio*, etc.

63. — **OO** — Mesmo entre as pessoas cultas, a pronúncia geralmente seguida funde os dois *oo*: *côperar*, *côdenar*, *álcol*. Tendência igual havia no latim vulgar: *cortem* por *cohorte*, *co-perire* por *cooperire* (Grandgent, op. cit., 124). Foi, aliás, essa contração de *cohorte* em *cortem* que produziu o português *côrte* (A. Nacentes, Dic., 216).

64. — **UO** — Às vezes êste grupo sofre ditongação: *euxáguo*, *deságúo*, *apazíguo*, por *enxagúo*, *desagúa*, *apazigúo*, etc.

Também no vocábulo ruim a vogal *i* liga-se de tal modo ao *u*, que o hiato se reduz, surgindo a pronúncia *rúim*, que é a geralmente seguida.

CONSONANTISMO

65. — **CONSOANTES**. — **B** — Embora não seja muito comum a troca do *b* pelo *v*, contudo aparece às vezes na linguagem popular:

“Como le dizia, não é pr'a me gavá...”

Quero-quero, 105.

66. — **C** — O *c* inicial às vezes se transforma em *g*, mesmo na linguagem culta: *guspir*, *gasimira*, por *cuspir*, *casimira*.

67. — G — O g médio, na linguagem popular, cai às vezes:

“Estou aóra tão pelado como naci...”

Quero-quero, 73.

E' fenômeno que ocorreu na formação do nosso vocabulário, como se vê em lidimo de legitimo (P. A. Pinto, op. cit., 85).

68. — L — O l, na linguagem popular, às vezes passa para d: digero por ligeiro.

O l final cai geralmente na linguagem popular:

“Buenas tarde, seu coroné.”

Aquino, 103. W

“Tambem o animá não podia durá toda a vida...”

Id., 72.

69. — N — O n em geral, não sofre alteração; entretanto, há o caso de animal, que aparece também com a forma **alimal**:

“O alimal estava enterrado na restinga...”

Quero,quero, 41.

“...dos cuidados da alimalada...”

Id., 121.

Aliás, existe também em português a forma alimária.

70. — R — Cai geralmente no infinito dos verbos:

“E agora vai percurá quem te salgue!”

Aquino 65.

“Tinha que sê...”

Quero,quero, 70.

“Porque não qué?”

Id., 90.

“... inté nem é bom dizê...”

Id., 14.

“No passo do Garupá,

Onde eu devia acampá...”

Chimango, 7.

O mesmo ocorre nos substantivos:

“Não, seu majó, não quero que os aribú façam carniça do meu rozio.”

Aquino, 71.

“Vacê de certo não me néga êsse favô.”

Id., 71.

Às vezes muda em l:

“Stá vendo aquele lugar,
Onde o capim raleia?”

Tropilha, 93.

71. — S — O s (e o c sibilante), na linguagem popular, passa muitas vezes a x ou c chiante (ch): **xiringa**, **xinxá**, **xujo**, **distrinxar**, por **seringa**, **cincha**, **sujo**, **destrinçar**.

Quando final, cai muitíssimas vezes:

Nosso Senhor Jesú-Cristo, vizinha!...”

Acauan, 185.

No português antigo havia o mesmo fato:

“Jesu filho da Virgem, acurreme.”

Fernão Lopes, ap. Sel. Clas., XLVI.

“Hui! dou-vos a Jesu Cristo...”

Gil, Obr., III, 94.

Quando medial, às vezes cai na linguagem popular:

“... cá o quebra fica mêmo embuçalado...”

Acauan, 202.

72. — V — O médio às vezes cai, na linguagem popular:

“Caálo é como gente...”

Quero,-quero, 46.

O v inicial muda às vezes para b, na linguagem popular: **barrer**, **bage**, **bassôra**, **berruga**, por **varrer**, **vagem**, **vas-soura**, **verruga**; e **berruma**, por **verruma**. Também costuma o povo deturpar a forma verbal **vamos**:

“Entoãce, amigo, bamo ao serviço...”

Aquino, 79.

Como faz notar Antenor Nacentes, o fenômeno já se observa na formação do nosso vocabulário de origem latina.

73. — **X** — O **x** medial, às vezes, entre o povo, conserva o som chiante em vez do som dúplice que possuía em latim e que passou para o português através da linguagem culta: fiche-fixo, fixe; truche-trouxe; defrucho-defluxo; prochimo-próximo. Vejamos alguns textos:

“Negocinho muito mixe,
Fumo, cachaça e mais nada,
Onde de noite a peonada
Vinha ali de ponto fixe.”

Chimango, 25.

“... estas muié escangaiam um prochimo!”

Aquino, 50.

74. — **Z** — O **z** às vezes passa a **g**: varge por varzea, **varginha** por varzinha. Há, em Pôrto Alegre, uma rua que se chamou — Varzinha —, e que o povo chamava e ainda chama — da Varginha. A palavra quasi (s com som de **z**) é pronunciada quági ou quáji. São pronúncias puramente populares:

“Como ainda era novito, quaje putríó, não deu muito trabalho.”

Aquino, 75.

“Desde as vendas d’Azenha ás lá da Margem
Desde as tascas de lá — ás cá da Vargem
Não teve uma gáfa!”

Sá, 42.

“Adeus, perdiz do varjedo,
Adeos, pombinha do mato!
Si não me calo, me comem
Motucas e carrapatos!...”

Canção., 105.

Esse fato já vem do português antigo:

“Cant’eu não sei que te fige...”

Gil, Obr., I, 135.

“Que a ninguem tanto mal quige...”

Id., ib., I, 135.

“... E meu sinal y puge que tal est.”

Emprazamento, ap. F. T. D., 151.

75. — **GRUPOS CONSONANTAIS.** — **BR** — O **r** dêste grupo às vezes passa para **l**:

“... ha poços largos que estão atulhados de doblões...”

Simões, Lendas, 36.

76. — **FR** — O **r** deste grupo às vezes muda para **l**:

“... quem aflóxa o caracú leva logo a carona pelo lombo!”

Acauan, 104.

“Se cuidassem, cambada de flacos!...”

Quero-quero, 58.

Em o *Tratatus de sancto Ysidro* (ap. Mota, 106), encontramos o seguinte exemplo: “sofre e não seias flaco.”

77. — **DR** — O **r** dêste grupo em geral cai: *cumpadi*, *cumadi*.

78. — **GN** — Este grupo se reduz em *sinificar* e *digno*, que passam a *sinificar* e *dino*.

79. — **GR** — O **r** dêste grupo cai em *negro* e *negra*.

80. — **LH** — O grupo **lh** normalmente, entre o povo, muda para **i**, que era o fonema originário: *fia-filha*, *trabaio-trabalho*, *oreia-orelha*, etc.:

“... e em seguida um baruião semeiante ao de uma courama de arrasto.”

Aquino, 104.

“Crédo, muié!”

Acauan, 185.

“E’ mió ansim.”

Aquino, 13.

“Inté parece que tinha benzedura aquela oiada de pontaria certa.”

Quero-quero, 14.

“P’ra que se perder não venha,
Assim como que uma senha,
Se assinala numa oreia,”

Chimango, 27.

“Uma costela de oveia
E um bom mate chimarrão.”

Id., 72.

“... já um tanto adelgado nas trabaiêras do campo.”

Quero-quero, 14.

“Si a sua fôia quebrá quizé,
Não me dêxes de avisá...”

Aquino, 73.

“Eu tô véio mas ainda presto...”

Id., 76.

Renato Mendonça, em brilhante ensaio filológico, mostra que esta transformação se fêz por influência africana (Op. cit., 112). Antenor Nacentes explica essa mudança pela dificuldade que há na pronúncia do *l* molhado, entrando, pois, em ação a lei do menor esforço. As duas opiniões, segundo nos parece, completam-se. Pela mesma razão o povo diz *le* em vez de *lhe*:

“Diz que não chóra o gaúcho,
Pois eu *le* garanto agora,
Fale dos pagos distantes
Vamos ver si êle não chóra.”

Tropilha, 51.

“... nem les digo nada!”

Acauan, 14.

O povo diz aleio por alheio.

81. — **NH** — Êste grupo se desfaz nas palavras companhia e comunhão, que o povo diz compania e comunião.

82. — **PR** — O **r** cai em certas palavras: pobrema, programa, propio. Também pessoas de certa cultura temos ouvido **poblema** e **propio**.

No português antigo encontramos êste exemplo:

“... os que bem adubados ssom deredor della aas
ssas propias custas...”

Emprazamento, ap. F. T. D., 78.

83. — **RM** — O grupo **rm** muda em **lm** na palavra armário, que o povo pronuncia **almario**. Aliás, já no português antigo havia esta pronúncia, como se vê de Gil Vicente:

“Tres almarios de mentir,
E cinco cofres d'enleios...”

Obr., I, 231.

84. — **GRUPOS COM L** — Entre o povo o **l** passa a **r**, em todos os grupos de que faz parte:

BL — broco, pubrico, etc. No português antigo: “... so sinal dalgúú tabaliõ pobrico.” (Ap. F. T. D., 211).

CL — cristel, (mesmo entre as pessoas cultas), crasse concrusão, etc., No português antigo: “Cramarias como eu cramo.” (Gil, Obr., II, 62). — “... E tomar-se-á concrusão.” (Id., ib., II, 408).

FL — afrito; em flor ouve-se a pronúncia frô.

GL — ingrêis, groria, etc. No português antigo: “... per quantas maneyras soes dyno de grorea.” (Luyz Anrriquez, ap. F. T. D., 172).

LB — Arbino, Barbina, etc.

LC — carcá, surco, barcão, etc.

LD — mardito, barde, berdruega, cardo (caldo).

LF — arfaiate, Arfredo, arfere.

- LG** — argum, fôrgo (de fol'go): "... o seu Zeca vae me fazê alguma tratantada." (Aquino, 27).
- LM** — arma (alma), armoço, etc.
- LP** — gorpe, arpino, Cisarquina, discurpá: "... já tinha par, que descurpasse..." (Acauan, 26).
- LS** — (**LC**) — borso, carça, farsa (falsa), carçado, arça-pão, etc.
- LT** — artá (altar), farta (falta), vortá: "... si fô eu vórto..." (Aquino, 77).
- LV** — arvo, carvo, Arvicio.
- ICH** — corcha (colcha), acorchoado.
- LZ** — berzebu, barzebu ou barzebum, ou ainda berzabum: "Aí é que foi o barzebum!" (Acauan, 52). — "O Arranhão acudiu ao barzebum..." (Simões, Contos, 168). No português antigo: "A Berzebu vos comendo..." (Gil, Obr., I, 228).
- PL** — prantá, supricá, etc. No português antigo: "... sorprico aa tua benidade." (Ap. Mota, 109). — "... tam contempratyuo nas cousas deuynas..." (Luyz Anrryquez, ap. F. T. D., 172).
- SL** — conserva-se geralmente. Apenas em deslocar o povo troca o **l** por **n** quando se refere a accidentes relativos a partes do corpo: **desnoquei o pé**.

METAPLASMOS

85. — Embora as transformações metaplásticas mais numerosas sejam a prótese e a epêntese, também dos demais metaplasmos há alguns exemplos.

86. — **AUXESE**. — **Prótese**. — O povo acrescenta um **a** a numerosos verbos da primeira e da segunda conjugações:

"Não me alembro do sucedido..."

Quero-quero, 104.

"... não arreseste uma frescurinha destas..."

Id., 113.

"... sem esperar o troco, amuntou a caálo..."

Acauan, 14.

“... não hai nada que nos arretenha...”

Quero-quero, 23.

“Vão se achegando no mais moçada guapa!”

Rincão, 81

“... só p’ra amostrá p’r’ela...”

Aquino, 50

“... não é de direito inticar com quem está assocegado.”

Acauan, 69.

“Até hoje não se sabe

Como isso assucedeu...”

Chimango, 103.

Existem outros acréscimos iniciais interessantes:

“... a gente desparramou-se...”

Simões, Contos, 27.

“... pendurou a guaiaca de couro de tigre, com as quinhentas onças, na forquilha dum esteio do rancho, sem desaparecer.”

Acauan, 21.

Cumprê notar que em desaparecer o acréscimo serviu de reforçar a idéia expressa pelo verbo em sua forma normal. E’ fenômeno idêntico ao que se deu com desinquiêto.

86. — II — **Epêntese (parectase)** — Aparece em adivogado, obijeto, adjetivo, abisolutamente, Edigar. Edimundo, néquiso (nexo), intelequitual, estiguima, iguinorancia, emopetise, aqueredô (credor), bonecra, estralar, marcela (marcela), motorneiro. Com exceção de aqueredô, que é exclusivamente popular, as demais pronúncias se encontram também entre as pessoas de cultura média; e mesmo entre pessoas de maior cultura temos ouvido essa epêntese (exceto, naturalmente aqueredô e marcela). Motorneiro parece ter assumido caráter definitivo, mesmo porque já surgiu formada assim. Na

linguagem popular até se reforça ainda mais esta parectase, pronunciando-se obejeto, adevogado, Edemundo, Edegar.

87. — III — **Epítese** — Aparece em entonces, sobi (sob), Isaque, ultimamentes, etc.:

“Ultimamentes, monologára procurando afastar todos aqueles acontecimentos...”

Aquino, 49.

“Foi entonces que vi a luz numa madrugada de ventania...”

Quero-quero, 103.

“... naturalmentes precisavam que saisse.”

Aquino, 48.

“Por conseguintes trabaíem vacês...”

Id., 102.

“Provavelmentes conheciam aquele doutoreco...”

Id., 51.

Também no português antigo se encontra a forma **entonces**:

“... sella tavarenha segundo entonces husavom...”

Fernão Lopes, ap. Sel. Clas., XLVII.

88. — **HIFÉRESE**. — Aférese — Ocorre em Bastião, borná (1), tá (estár), déiztão (dez tostões), etc.:

“A mãe Tanazia ficou estatelada...”

Simões, Contos, 49.

“Tá gordo todo o seu gado...”

Chimango, 82.

“Tava sempre de alcateia.”

Id., 97.

“... tou com vontade de fazê mais festa.”

Galpão, 52.

“Brigado...”

Id., 94.

“Buenas noites, sia Ladina...”

Acauan, 186.

“Que a prebenda é muito dura,
Estou bem certo Lauterio.”

Chimango, 13.

89. — **Síncope.** — Ocorre em porva (polvora), exprimentar, escramuçar, prinspe, arve, aora, caálo, musga, Osoro, Jeromo, abobra, chakra, mascra, cosca, chicra, passo (passaro),usco (pessego), ofricido, jurdição, etc. Algumas destas pronúncias também se ouvem entre pessoas cultas, na linguagem corrente, como prinspe, chakra, chicra, exprimentar, mascra, arve, abobra. Frustrado, que o povo não conhece, na linguagem culta soa frustado, pelo menos no uso quotidiano.

Vejamos alguns textos:

“Quem quizé que exprimente...”

Rincão, 83.

“... que não fosse ofricido...”

Id., 92.

“... ganhou o terreiro e se foi ao palanque onde estava o ruano do Osoro...”

Simões, Contos, 168.

“Tem esprito esse cuéra!”

Rincão, 89.

“... arrancava as arves pela raiz.”

Acauan, 51.

“... já aora estou enxergando tudo preto...”

Quero-quero, 106.

“Anda sempre escramuçando...”

Tropilha, 88.

“Só mêmo pelas costa!”

Aquino, 31.

“Êta caálo bicho!”

Id., 70.

“... na madrugada, vespra do casamento, o Jango Jorge saiu...”

Simões, Contos, 157.

90. — Apócope. — Ocorre em pires, alferes, lapis, Jesús, que perdem o s final. Outros casos: Virge, S. Barba, fié, e em geral o infinito dos verbos e as palavras terminadas em r e l:

“Ai, meu Nosso Senhor Jesu Cristo!”

Acauan, 190.

“Virge Santa! E as querendonas, chê?... ”

Id., 135.

Cumpre notar que essas subtrações podem observar-se mais fácilmente no discurso, do que nas palavras isoladas:

“Voltára-se com o coração pares’que a querer saltar-lhe...”

Aquino, 48.

“Havia de ver o que que o seu dotô Joquinha daria p’r’ela...”

Aquino, 50.

“Nunca mais apareça p’r’estas bandas...”

Id., 95.

“Desd’isso, Zé Magro saiu pelos pagos...”

Quero-quero, 58.

“Vá s’imbora! Não bula com o proximo...”

Id., 90.

“Desd’aí nunca mais as esqueci...”

Id., 8.

91. — **METÁSTASE.** — Hipértese. — Ocorre em largato, fulineiro, triato, burnir (mesmo entre pessoas cultas), degavarzinho, ciloura (ou cilóra):

“... ainda que degavarsito, armava-se todo...”

Aquino, 69.

O mesmo se dá em estauta e tauba, por estatua e tabua.

92. — II — **Metátese.** — Ocorre em detriminá, preguntá (ou proguntá), porguesso, percipicio, partileira, etc.:

“Percurassem no mais, que haviam de encontrar...”

Quero-quero, 39.

“... que êles se perparassem p’ra uma nova investida...”

Aquino, 20.

“... não me percipitei.”

Id., 22.

“... perguntem aí ao seu Zeca Pinto...”

Id. 23.

“E chamam isso de porguesso!...”

Rincão, 63.

“Nem percisou de amadrinhador...”

Quero-quero, 51.

“Pertendo ir inté São Luiz...”

Aquino, 103.

“Uma carreta toldada

Na flarda de uma ladeira.”

Chimango, 49.

93. — **OUTRAS MODIFICAÇÕES.** — Assimilação — Ocorre em alamão, premissa, véve, arreseste, jinela, etc.;

“Os alamão bebem cerveja...”

Acauan, 139.

“Aqui ao menos se véve.”

Quero-quero, 24.

“... não arreseste uma frescurinha destas...”

Id., 113.

Dissimilação. — Ocorre em aribú, aripuca, Arnesto, cacunda, saluço, exprobar, prostar, intrepete, perturbar, berzabum, etc.

Vocalização — Ocorre em bautismo, hai, causo, cruz, etc.

Enfraquecimento. — Ocorre em musga, guspe, gasimira, aparagata, etc.

Ditongação. — A terminação **ça**, às vezes se ditongaliza:

“... enquanto as estradas, uma disgracia!...”

Rincão, 61.

Corar e coradouro (de roupa) também sofrem ditongação:

“O dia que não faz sol

A roupa não quara bem.”

Canção, 100.

O verbo chocalhar foi transformado pelo povo em **chaquaiá**, com o sentido geral de agitar, sacudir: “chaquaiá esse sujeito! Chaquáia bem esses pano, menina! Chaquáia o leite.” São frases que se ouvem freqüentemente entre as pessoas incultas, principalmente no interior. Aliás, já em português este verbo tinha o sentido de agitar algo dentro de um recipiente:

“Tantos ingredientes lhe deitaram

Que é um nunca acabar, chocalha-o bem.”

Apologia, a. I., c. IV.

Nasalação. — Ocorre em intaliano, inguinorante, cemintério, sancrestão, condensa, **menstruz**, etc.:

“Fez votar o cemintério.”

Chimango, 38.

“Tem canha e mel com menstruz...”

Id., 26.

Herculano traz o seguinte exemplo da fala popular portuguesa:

“Já o padre Chaparro e frei José dos Prazeres estão na sancristia...”

(Lendas e Narrativas, II, 217).

Desnasalação. — Ocorre em semvergonha, que passa a severgonha (e entre o povo — sevregonha, também) e **prispiar**, por principiar.

Suarabacti. — Ocorre em recruta, que passa a **reculuta**:
“parece até que essa gente
la fazer reculuta.”

Chimango, 103.

“Reculute amanhã bem cedo os animaes.”

Galpão, 50.

Haplologia. — Ocorre em **paralepipedo**, **acocado** ou **acro-**
cado, por **parelelipído**, **acocorado**:

“... inticou com um moço bem parecido, que estava
acocado...”

Acauan, 13.

“ cabeça atada com um lenço,
Acrocada nessa pedra...”

Tropilha, 121.

Ectlipse. — Ocorre freqüentemente:

“C’um petiço colorado...”

Chimango, 7.

“Co’ a morte do Zé Turuna
Não teve grande embaraço...”

Id., 17.

Finalmente duas modificações interessantes são **castilha**
e **estranja**, por castelhano e estrangeiro:

“Como êle não havia outro nem nesta banda nem na dos castilhas.”

Acauan, 35.

“Entonces isso por lá é a extranja?...”

Id., 135.

E ainda **permissio** por permissão, talvez por influência castelhana:

“... pedira permicio para contar a sua novidade.”

Aquino, 51.

MORFOLOGIA

SUBSTANTIVO

94. — **NÚMERO.** — A flexão numérica, entre as pessoas incultas, desaparece do substantivo, ficando a cargo dos determinativos o indicá-la: “êlé tava c’us pé inchado.”

Exemplário:

“Era tê a sorte do alambrado e dos moirão.”

Aquino, 105.

“Ôiem, seus cachorro!”

Id., 63.

“Nunca mais me apareça p’r’estas banda, si não quizé que eu le quebre as costela com o cabo deste.”

Id., 95.

“O’ que tempo bão aquele
Em que eu caçava os bem-te-vi!”

Id., 30.

“C’um petiço colorado
Do seu Maneca dos Couro.”

Chimango, 7.

“Mui garboso e bem falante
Cativava as creatura.”

Id., 33.

“Passa ás vezes mez inteiro
Sem saber das novidade.”

Id., 50.

“Eu vou te aplumar o mango
Bem no tronco das oreia.”

Id., 100.

“A parteira me benzeu tres vêis...”

Quero-quero, 104.

“Afrouxa os quarto, minha gente!”

Galpão, 51.

“Inté são capaz de dêxar um cristão sem naco de
churrasco.”

Acauan, 202.

95. — E' tão forte no povo essa repulsa ao s plural, que atua sôbre as palavras sigmáticas: pire, lapi, arfere, carça, cilóra, etc. Aliás, como observa o professor Nacentes, algumas formas sigmáticas hoje tem normalmente o singular: calça, ceroula, tesoura.

96. — Entretanto, o povo diz “os Reses”, quando se refere à bela festa cristã da adoração dos magos. E todos conhecem os famosos ternos de reses (reis).

97. — Outro fato interessante é que as palavras saudade e ciúme, na linguagem do povo e das pessoas de cultura média, aparecem quase sempre no plural. Tenho visto, mesmo, em escritos de pessoas de pouca instrução frases dêste jaez: “Is-to é por causa da saudades que sinto de ti”. E o mesmo tenho notado relativamente ao ciúme. Talvez a forma pluralizada chegue a cristalizar-se na linguagem popular como sigmática. Releva notar que, fazendo-se um inventário da saudade e do ciúme na linguagem dos nossos poetas, há de chegar-s e à conclusão de que a pluralidade é preferida. Talvez haja aí um fator psicológico atuando nessa preferência: em geral êsses dois sentimentos são tão intensos, tão violentos, que o homem não acha bastantes “uma saudade e um ciúme” para exprimi-los...

98. — Entre as pessoas de cultura média os nomes em **ão** tendem a firmar o plural em **ões**: cidadãos, concidadões, sancristões, capelões, tabeliões, etc. Nas classes incultas, porém, como já vimos, o plural desaparece: os pão.

Observa Eduardo Pereira (Gr. Expos., 71) que o plural em **ões** é a forma de maior eufonia e mais generalizada, servindo mesmo de padrão a todos os aumentativos em **ão**.

99. — **GÊNERO**. — Ladrão, entre as pessoas incultas e de cultura média, oferece o feminino ladrona. Entre as pessoas cultas, embora também apareça de quando em quando essa forma, é mais empregada — ladra. Esta forma, como observa João Ribeiro (Gr., c. s., 69), é a forma correspondente ao arcaísmo ladro: de modo que ladrona é o feminino normal de ladrão. Assim, o povo é mais coerente do que os letrados.

Cidadão, mesmo entre pessoas de cultura média, faz cidadona.

Barão, na linguagem inculta, faz barôa.

Alemão (alamão) faz, entre o povo, alemôa (alamôa):

“Oigalê alemôa tafuleira!”

Fornari, Trem da serra.

Tigre apresenta também o feminino tigma; e diabo oferece o feminino diaba. Tatú aparece com o feminino tatúa:

“A tatúa está viuva,

O seu tatú já morreu...”

Cancion, 22.

Jacaré apresenta o feminino jocosos jacarôa, que se aplica às mulheres feias.

Moleque tem o feminino moleca.

Os substantivos em **or** tem preferivelmente, na linguagem popular, o feminino em **êra**: cantadêra, namoradêra, caçadêra, amoladêra, etc.

Imperador faz imperadora.

Poeta conserva-se invariável.

Aldeão faz também, no feminino, aldeana:

“A pequena aldeana... cobriu carinhosa o ferido...”

Acauan, 200.

“...o olhar sereno e bom que entrevira como um sonho ou visão de febre, da pequenina aldeana de Tuiuti.”

Id., 203.

ADJETIVO

100. — O adjetivo proclítico mantém o s do plural. Acha Antenor Nacentes (falando de igual fenómeno no linguajar carioca) que isto decorre de uma necessidade psicológica: indicar a pluralidade pela palavra secundária, já que o substantivo não o indica. Assim, ao passo que os determinativos vem geralmente pluralizados, os qualificativos, que sucedem ao substantivo, assumem, como êste, a forma singular: “esses côro seco ta bichado.”

Mas se o qualificativo preceder o substantivo, assumirá a flexão do plural:

“Toquei no chapéu co’a mão
E fui dando as buenas-tarde...”

Chimango, 26.

“As buenas-noite fui dando,
E um pardo velho se erguendo,
— Buenas-noite, (foi dizendo)
— Se apeio e vá se chegando.”

Id., 49.

101. — **GRAUS.** — O povo prefere as formas analíticas às sintéticas; mesmo as formas tidas por incorretas, como — mais grande, que se ouve a cada passo:

“Tem o coração mais grande
Do que esperança de pobre.”

Chimango,.

Tão intensa é essa tendência ao analitismo, que o povo chega a graduar os próprios superlativos: mais pió, mais mió.

E' o que João Ribeiro (Gr., c. s., 78 passim) denomina "grau enfático", lembrando que mesmo as pessoas cultas dizem — mais intimo, mais próximo, etc. Já ouvimos inúmeras vezes (mesmo entre pessoas de certa cultura) — mais extremo, que João Ribeiro capitula de errôneo, e — mais supremo, mais superior, mais inferior.

Já no latim havia êste grau enfático:

"Apud Helvetius longe nobilissimus et ditissimus fuit Orgetorix."

Caesar, B. G., I, 2.

"Superior stabat lupus,
Longeque inferior agnus..."

Phaedr., Fab., I, 1.

Grandgent (op. cit., 45) cita as formas interessantíssimas: maxime pessima, magis melior, plus levior.

Também se usa entre nós, o "analítico iterativo", formado pela repetição do mesmo vocábulo, fato que já vem do período arcaico e já foi notado pelo grande mestre João Ribeiro: "êle está muito e muito enganado."

"Mais seendo per myn despois provehudo muy muytas cousas..."

Virt. Bemf., ap. Sel. Class., XXXV.

Posteriormente, começaram a ligar-se os dois elementos pelo conetivo e:

"Uma senhora inglesa pediu ao doutor Johnson, que lhe enviasse o meio de conservar um barril de excelente cerveja que ela muito e muito apreciava."

Bernardes.

"Lágrimas, manso e manso,
Prosigam em seu ofício..."

Bern. Ribeiro, ap. Guimarães, 219.

No italiano também se observa êsse fenômeno:

“Io m'accostai pian piano per veder quello.”

Poliziano, ap. Berlitz, Lt., 54.

“V'é chi passa duro duro.”

Giusti, ap. Rigutini, III, 11.

“Mezzanotte battea lontan lontano.”

Stechetti, Rime, 15.

O povo usa também alguns superlativos sintéticos: santíssimo, coisíssima nenhuma, reverendíssima besta; e o superlativo sintético hiperbólico — grandíssimo safado.

102. — **DETERMINATIVOS.** — Fato interessante ocorre com os demonstrativos — em vez de precederem o substantivo, seguem-no:

“Pois para a carreira essa, tinha acudido um povo-réo imenso.”

Simões, Contos, 25.

“E por cabeça encravou então no novo corpo da encantada a pedra, aquela, que era o condão, aquele.”

Id., Lendas, 22.

Também se emprega o demonstrativo pronominalizado:

“Vancê intê pensa que a gente é dessas...”

Acauan, 187.

O demonstrativo mesmo tornou-se mêmô:

“Pois era mêmô.”

Aquino, 52.

103. — Nos numerais cardinais há poucas modificações; o povo pronuncia sempre dois, treis, déiz, e geralmente catorze, dizaseis, dizasete, corenta.

Consoante acentua Antenor Nacentes, o povo faz escasso uso dos ordinais: premêro, segundo, tercêro, terça, quarto, quinto, sexto, setimo, decimo e vigés'mo (bilhetes de loteria).

Existe ainda a graduação do ordinal primeiro: “Esta é boa! é de primeirissima!”

104. — Nos indefinitos há pouco que observar. **Todo** é substituído por **tudo** em certas expressões: “nóis tudo, êlis tudo”.

Menos, por falsa analogia, apresenta feminino: “aqui tem menas fruta do que lá.”

O indefinito — tal — pôde substantivar-se: “Êsse sujeito é o tal!”

“...naqueles tempos ainda não havia o tal de banheiro carrapaticida...”

Acauan, 126.

PRONOME

105. — Na linguagem popular difficilmente apparecem os pronomes oblíquos — “o, a, os, as”; em vez dêstes usam-se **lhe** e **lhes**, sob a forma acastelhanada, “le, les”; muitas vezes (mas sómente na linguagem matuta) se ouve também a forma “lo”. Tamanha é a confusão reinante na predicação verbal, que mesmo entre as pessoas cultas há dúvida no emprego das formas directas e indirectas.

“Eu não posso le obrigá...”

Aquino, 75.

“...lhe advertiu do perigo...”

Rincão, 131.

“E si le prenderem...”

Acauan, 90.

“Embora a desventura lhe acometa.”

Tropilha, 76.

“Já lo creio que o velho le conhece...”

Acauan, 96.

“...la marcaria na paleta.”

Rincão, 89.

106. — Conosco transforma-se em **cumnóis**, entre as pessoas incultas; comigo e contigo soam **cumigo** e **cuntigo**, segundo a pronúncia corrente.

Com você (cum vancê) é preferido a convosco: “eu não vou com vocês.” Mesmo que não haja intimidade bastante para usar “você”, evita-se o pernóstico “vós”, substituindo-o por “senhor”: “não posso ir com os senhores.” Salvo naturalmente em discursos ou falas públicas, em que é de rigor a forma convosco.

107. — Pronome relativo — “cujo” tem uso interessantíssimo; emprega-se também como substantivo:

“Esses cujos, costumados
A cismar, desocupados,
São lesto como a raposa!”

Sá, 15.

“E o sono sempre cortado
Por um cujo, embriagado,
Que chega, á noite, a cantar!...”

Id., 17.

“Si o Cujo era só fachada
Ia logo p’ra tropilha...”

Chimango, 15.

Aparece também a expressão “o dito cujo”:

“A chuva cae. A lama é muita e a rua é suja.
Uns homens vão varrendo a supra-dita cuja.”

Sá, 24.

Será isso uma reminiscência da expressão jurídica “de cujus”?

108. — Nós se transforma em **nóis**, na linguagem popular. Em geral — nós — é substituído por — a gente —: “a gente vae lá é p’ra se divertir.” Cumpre notar mesmo que “gente” é o elemento característico da indeterminação, usando-se geralmente em lugar de “se”: “a gente vive muito bem aqui; a gente dança à vontade; quando a gente morre, vae p’r’o céu.”

Nóis se ouve tanto na cidade como na campanha:

“Ele vive em nóis, corre nas nossas veias...”

Quero-quero, 113.

109. — Às vezes há confusão entre tu e você, como se pode ver dêstes versos em que Augusto Sá figura a linguagem popular:

“Vá p’r’o inferno, eu não preciso
Que me dê essa noticia...”

Sá, 45.

110. — O pronome interrogativo — aparece repetido, como redução da expressão — que é que: “o que que êle disse?”

“Mas tu és a egua madrinha
Da tropilha gateada dos meus sonhos.
Que que tem?”

Tropilha, 16.

111. — Mais interessante é a expressão — que é dêle —, que se contraiu em quêdêle, transformando-se na bôca do povo e, — cadê:

“...cadê os papeles do patrão?...”

Acauan, 66.

112. — O demonstrativo — aquilo — é empregado em modo interessante:

“Aquilo sim, que é home de opinião!”

Quero-quero, 42.

113. — A palavra — senhor — é uma espécie de **pronomen reverantiae**, que o uso reduziu a — sinhô — ou — siô —:

“Vamos é avisar sinhô velho...”

Simões, Contos, 50.

Afinal reduziu-se a seu (talvez por influência do possessivo?), aparecendo também sob forma — sô:

“Vacê me conhece bem, não é verdade, seu Chico?”

Aquino, 105.

“Buenas tarde, seu coroné...”

Id., 103.

“Seu comandante, me dê licença...”

Quero-quero, 65.

“E’ pena, seu, que p’ra mode do minuano seja prejudicado...”

Id., 113.

“Antes sêsse, seu, mas não é!”

Acauan, 13.

“Vinha intimar o Torquato a se apresentar no dia seguinte ao sô delegado na cidade.”

Id., 60.

Às vezes é substituído pelo espanholismo — chê:

“Taura de lei esse indio e gaucho ás dereitas, chê!...”

Acauan, 43.

“Ansin me agrada, chê!”

Id., 74.

A forma — sô — é menos empregada:

“A sô capitão Manduca
Que tambem sente alegria,
Desejo que tenha netos
Que lhe dê muita honraria.”

Cancion, 190.

“Que o sô Manduca desfrute
A vida com gentileza...”

Id., 190.

No feminino aparece a forma — sia —, corrupção de senhora:

“A sia Lelita... andava na sua labutação...”

Acauan, 61.

“...a sia Maricota arrepanhou as ultimas moedas...”

Id., 185.

VERBO

114. — Onde mais se revela a grande fôrça da influência analógica na linguagem popular, é exatamente nos verbos. O mesmo que succedeu no latim popular, ao se fazer a redução das quatro conjugações do sermo urbanus para as três do sermo plebeius, succede ao português gramatical trabalhado pelo povo brasileiro. Há uma acentuada e irresistível tendência para simplificar e unificar.

115. — Fundamentalmente pode-se dizer que, para o vulgo, existem apenas as primeiras e terceiras pessoas nos tempos verbais. A segunda pessoa do singular se confunde com a terceira do mesmo numero, e a segunda do plural não é usada. Assim o povo diz, geralmente: eu tenho, tu tens, êle tem, nós temo, êles tem.

116. — O sigmatismo da primeira pessoa do plural desaparece:

“Fiquemo ali uns treis dias,
Corremo muita carreira,
Joguemo tava e primeira,
Bebemo a canha da venda...”

Chimango, 11.

Às vezes, mesmo, em vez da forma completa, aparece a reduzida: “nóis se amava muito.” Como se vê, o povo usa a terceira do singular, no imperfeito, em vez da primeira do plural. Aliás, a confusão entre — se — e — nós — é flagrante na linguagem popular. Será isso, porventura, influência da fraca noção que tem o povo a respeito dessa primeira pessoa? Em geral para êle a primeira pessoa do plural se aproxima da indeterminação; o homem inculto não compreende exatamente o “nós” como ampliativo de “eu”, nem faz perfeita distinção entre as pessoas gramaticais: “Você foi lá? pois eu não te vi.” — “Nóis se baixemo p’ra passá na porta.”

117. — Há também defectividade de alguns tempos; outros são raramente empregados. O mais que perfeito do indicativo, por exemplo, não é usual. Entretanto, no verbo HAVER, aparece a forma — havéra — por havia:

“Havéra de tê graça si fosse mais uma vez bobeada...”

Quero-quero, 33.

“Ora como havéra de sê?”

Id., 13.

“Como não havéra de prantear a morte do amigo...”

Aquino, 71.

Na terceira pessoa do singular do presente do indicativo dá-se o acréscimo de um *i*:

“Nem hai outras.”

Quero-quero, 13.

“Chinas hai ás chusmas...”

Acauan, 43.

No português antigo também havia esta paragoge:

“Vulgarmente hay fama d’antiga contendenda...”

Cronica geral, ap. F. T. D., 170.

Também o futuro não é de grande uso. Em seu lugar aparece ou o presente do indicativo ou o verbo “ir” com o infinito do verbo principal (linguagem composta): “amanhã vou a S. Leopoldo; vou ver si é possível; não fique triste, vou-lhe comprar outro livro.” Essa enalage é usada mesmo pelas pessoas cultas.

118. — Quanto à pronúncia geral dos verbos, além do que já vimos na fonologia, podemos acrescentar mais algumas pequenas observações.

Os verbos que tem *ei* na penúltima sílaba, transformam esse grupo em *é*: *penéro*, *aléjo*.

O *ou* da penúltima sílaba também sofre alteração, passando a *ó*: *pousar-póso*, *roubar-róbo*, *dourar-dóro*, *estourar-estóro*.

Os verbos que tem hiato na penúltima sílaba, transformam-no em ditongo: *embainhar-embânho*, *arruinar-arruíno*, *enxaguar-enxáguo*, *desaguar-deságua*.

Os verbos da segunda conjugação, que tem *ê* fechado na penúltima sílaba, abrem o *e* tônico, exceto antes de sílaba terminada em *o*: *parêço-paréce-paréces*, *dêvo déve-déves*, etc. Fato interessante ocorre com o verbo “entreter”: o povo diz “interte” por intretem. Cabe notar que, mesmo entre pessoas cultas ouve-se entretia por entretinha (o povo diz intertia):

“A peonada se entretia,
Contando os causos do dia...”

Tropilha, 101.

O verbo *viver* faz “véve”; fenômeno semelhante se dá com *resistir*, que faz “arreséste”.

119. — Há confusão dos verbos em “iar” com os em “ear”: *contrareio*, *copeio*, *vareia*, *alumeia*:

“...por esta luz que me alumeia...”

Quero-quero, 39.

Segundo Eduardo Pereira (Gr. Expos., 128), Soares Barbosa observa que o verbo “alumiar” antigamente se escrevia “alumear”, de conformidade com a etimologia. A verdade é

que há tendência acentuada para a uniformização; e Eduardo Pereira (loc. cit.) aconselha que se regularizem tais verbos sempre que o ouvido não o reprove.

O verbo “cear” (que o povo pronuncia “ciar”) no indicativo presente sôa “eu cíó, tu cíá”, em vez de “eu ceio, tu ceias”.

120. — O povo não faz distinção entre “crear” e “criar”; usa apenas a ultima fôrma.

O verbo “saber” faz “sube” no pretérito perfeito do indicativo:

“Dias depois eu sube que o chirú Inocencio ficô tinindo de raiva.”

Aquino, 20.

Caber faz “cabo” no indicativo presente e “cabi” no pretérito perfeito.

Valer faz “eu valo” no presente do indicativo.

Ser faz “nóis fumo” no perfeito do indicativo.

Precaver faz precavejo e precavenho, pois são usadas as duas formas. Entretanto, cumpre notar que o povo prefere substituir êste verbo por precatar.

121. — Os participios passados tendem a regularizar-se: escrevido, pagado, abrido, corrigido, completado, ganhado, gastado, etc.

O imperativo negativo se forma com o indicativo e não com o subjuntivo:

“Não bobeia, chinoca!”

Gado Chucro.

“Caixa d’agua não me amola...”

Sá, 44.

“Osoro, não brinca!”

Simões, Contos, 165.

“Não afróxa o garrão!”

Rincão, 83.

“Não me arregala os dois gravijusinhos...”

Tropilha, 15.

*

* *

PALAVRAS INFLEXIVAS

122. — **ADVERBIO.** — Existem alguns advérbios interessantes, e o mesmo se poderá dizer de algumas locuções adverbiais.

Tempo — dejahoje, aora, ant’onte, tresant’onte, antonces:

“...é aquele moço que vancês viram dejahoje...”

Acauan, 101.

“Aóra, como ’stá vendo, aqui me encontro esperando a bicha.”

Quero-quero, 105

“... pois tresant’onte fui dar
Com os outros seis no deposito!”

Sá, 28.

“...São cavalos de tres onças
Como inda ant’onte os Mendonças
Me ofereceram por êles!...”

Id., 29.

“...quando entonces Lindoca saía, êle fazia o mesmo gambelo a Maroca.”

Quero-quero, 14.

No português antigo também havia entonce e entonces:

“E des emtonce partio-sse aquella teemtaçom.”

Ap. Mota, 109.

“...o que de acabar per my entonces era embargado.”

Virt. Bemf., ap. Sel. Class, XXXV.

Lugar — detraz, donde, adonde. Cumpre notar que o povo não faz perfeita diferença entre onde e aonde:

“Lá detraz daquele cerro
Tem um bandinho de moças...”
Cantos, 293.

“Até donde as nuvens giram
Vão meus suspiros parar...”
Id., 284.

“E adonde havia perigo,
Vinha sempre de ponteiro.”
Chimango, 58.

Modo — ansim, tombem, digavá, despacito, etc.:
“A coisa se passou ansim...”
Aquino, 19.

“...o tiroteio pipoqueou cerrado, depois mais de espacito...”
Acauan, 81.

Quantidade — quasi transforma-se em quage. E’ muito usado o advérbio *bem* em sentido quantitativo: “êlé está bem mal! bem bom, que êle não veiu.” E’ uso, aliás, justificado pelos clássicos, mau grado a pécha de galicismo que sôbre êle pesa.

NEGAÇÃO — é interessante a expressão negativa — “qu’esperança!” A negativa “não” pode repetir-se, embora não seja de uso copioso:

“Balaio saiu pequeno:
Não quero balaio, não.”
Cancelon, 31.

Entre escritores portugueses não é desconhecida esta negação intensiva:

“Não sabes, não”.

Semedo, 71.

“Não duvido, não.”

Apologia, 11.

São de notar ainda as formas depois e ultimamente:

“Ultimamente era aguentá calado...”

Rincão, 61.

“...depois de muita séca, Mundica se arresolveu ir p’ra o quarto...”

Quero-quero, 14.

A forma depois ou depois é do português antigo:

“Mais seendo per myn depois prevehudo...”

Virt. Bem., Sel. Clas., XXXV.

“E que te dixes depois?”

Gil, Obr., I, 142.

“...depois do desbarato que fez...”

Cron. de D. Af. V, 191.

“Depois que quiz o Padre onipotente
Dar os Reis inimigos por maridos...”

Lus, IV, 47.

123. — **Grau** — Alguns advérvios admitem diminutivo, que serve geralmente para tornar-lhes mais intensa a significação: cedinho, agorinha, longinho, pertinho, etc. Bom admite aumentativo, mas sómente na sua função normal de adjetivo.

“...ind’agorinha les disse que não sabia...”

Acauan, 63.

“De manhãcita, marcharam...”

Simões, Contos, 40.

“Gemeu degavarsinho, depois ficou quieto...”

Acanan, 18.

“...era êle assimzinho...”

Id., 97.

“De tardesita já entrava de serviço.”

Simões, Contos, 92.

*

* *

CONJUNÇÃO

124.—Pouco há que reparar na conjunção. “Apenas” aparece acrescida:

“Apenasmente, por precaução, eu percurei tomá tento...”

Aquino, 19.

E’ interessante a expressão “mas porém”, em que se encontram reunidas as duas adversativas; é forma que se ouve a cada passo na linguagem vulgar, especialmente no interior:

“Mas porém, eu não les contei...”

Acanan, 51.

E’ construção antiga, que ainda ocorre mais de uma vez nos *Lusíadas*.

Há formas compostas interessantes: “de maneiras que, de modos que.”

São modismos que se ouvem até a pessoas de mediana cultura.

125. — Encontra-se a expressão “porque que”, redução de “porque é que”, e usada mesmo na linguagem culta:

“Si o céu é o nosso teto e a nossa luz é a aurora,
Porque que hei de eu pensar na morte tenebrosa?!”

Wamosy, 16.

Aliás a expressão “é que” se contrai sempre: “onde que êle móra?”

*

* *

PREPOSIÇÃO

126. — Pouco temos que notar relativamente à preposição. Até, como já vimos, transforma-se em inté. Com sofre redução:

“A todos trato co'maior respeito...”

Mena, 139.

“Nem se póde co' esta flor
Dar tormentos a ninguem...”

Id., 142.

“Eu quero que vacê case c'a Maroca, ouviu?!”

Aquino, 53.

Até às vezes perde a vogal inicial:

“Té a volta, amigos!”

Rincão, 66.

*

* *

INTERJEIÇÃO

127. — As mais interessantes são:

Êta! — (Aquino, 60) — Ué! — (id. 71) — Ôla — (id., 104) — Oigalê (Acauan, 131) — Oigate (Id., 98) — Pucha (Id., 135) — Ôiga — (Id., 81) — Ora-chô! (Id., 55) — Chômico! (Id., 49) — Ôta (Id., 36) — Tuúh! (Simões, Contos, 125) — Cue-pucha! (id., ib., 189) — Caramba! (Rincão, 42).

DERIVAÇÃO

128. — Poucas observações me ocorrem. Apenas a troca de sufixo em bebedouro, embarcadouro e respiradouro, que passam a bebedor, embarcador, respirador, que o povo deturpa ainda mais retirando-lhes o r final.

Entre os sufixos nominais mais interessantes, três existem que merecem anotação: “aço” e “acho”, que são intensivos ou aumentativos, e *ito*, que é diminutivo; o primeiro e o último são mais freqüentes: em Simões, Contos, ocorrem os seguintes: perdaço, buenaço, ginetaço, campeiraço, arrolhadito, rodeito, solito, cachorrinho, campito, paradita, tranquilo, alcezo, talhadita, velhito, silenciosito; em Acauan encontramos: ruindaço, alarifaço, faceiraço, tironaço, piassito, escoiteirinho, folherito, galito, florsita, traguito; em Tropicilha ocorrem: lindaço, potreirinho, cavalito, geitinho, regularsito, passito, torito, corpito, patrãozinho, gostito, taloneadito, coplita, pontita; em Aquino ocorrem: tirãozinho, gauchito, pessito, galopito, trotesito.

LISTA DE LIVROS CITADOS

- A. G. Ribeiro de Vasconcelos. — Gramática Histórica da Língua Portuguesa. — Lisboa.
- Accio Plauto — Comoediae, in Selecta Latini Sermonis Exemplaria. — 1844 — Paris.
- Alexandre Herkulano — Lendas e Narrativas. — Pôrto Alegre.
- Antenor Nacentes — Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. — 1932 — Rio.
- Variante Carioca de um subdialeto brasileiro, in Revista do Brasil, n.º 72 e 73.
- Antônio de Moraes Silva — Dicionário da Língua Portuguesa. — 2.ª edição.
- Alceu Wamosi — Poesias Completas, — 1935 — P. Alegre.
- Augusto Sá — Cacos de Garrafa. — 2ª edição — 1892. — P. Alegre.
- Apolinario Pôrto Alegre — A língua portuguesa no sul do Brasil. — in Almanaque Popular Brasileiro — 1910 — P. Alegre.
- Bréal et Bailly — Les mots latins. — 6ª edição — 1914 — Paris.
- C. H. Grandgent — Introduzione allo studio del Latino Vulgare. — 1914 — Hoepli-Milano.
- Cândido de Figueiredo — Linguagem de Camões. — (Notas) — 1921 — Lisboa.

- C. Crispi Salustii — Opera. — 1786 — Venetii.
- Curvo Semedo — Poesias Líricas. — 1890 — Lisboa.
- Dámaso Rocha — Festa de Luz e de Cor. — 1933. — P. Alegre.
- Delfim Guimarães — Bernardim Ribeiro. — 1908 — Lisboa.
- Dino Desidério — A volta de Antônio Chimango. — 1935 — P. Alegre.
- Eduardo Carlos Pereira — Gramática Expositiva — curso superior. — 11ª edição — 1921 — S. Paulo.
— Gramática Histórica. — 1916 — S. Paulo.
- Ernesto Faria — O Latim pelos textos. — 1935 — Rio.
- Ernani Fornari — Trem da Serra. — 1928 — P. Alegre.
- Eurico Aquino — Gauchos. — 1935 — Pôrto Alegre.
- Filinto Elísio (F. M. do Nascimento) — Fábulas de Lafontaine. — 1874 — Paris.
- F. T. D. — Gramática Histórica. — Rio.
- Gil Vicente — Obras. — 3 tomos. — 1843 — Lisboa.
- G. Rigutini — Antologia Italiana, — Firenze.
- Horatii Flacci — Carmina Expurgata. — (Odes).
- João Ribeiro — Gramática Portuguesa. — curso superior. — 18ª edição — 1917 — Rio.
— Seleta Clássica. — 2ª edição — 1910 — Rio.
- José Ladislau Peter — Gramática Latina. — 9ª edição — S. Paulo.
- J. Soares Barbosa — Gramática Filosófica da Língua Portuguesa. — 6ª edição — 1875 — Lisboa.
- J. Simões Lopes Neto — Contos Gauchescos. — 1926 — P. Alegre.
— Lendas do Sul. — 1913. — Pelotas.
— Cancioneiro Guasca. — 1928 — Pelotas.
- J. S. Torres Homem — Elementos de História Social — 1ª edição — 1889 — P. Alegre.
- Julieta de Melo Monteiro — Ocilantes. — 1892 — Pelotas.
- Julio Moreira — Estudos da Língua Portuguesa. — 1ª serie — 1907 — Lisboa.
- Luiz de Camões — Lusíadas. — Edição comentada por Epi-fânio Dias. — 1910 — Porto.
- M. D. Berlitz — Literatura italiana. — 2ª edição — 1911.

- Manoel Acauan — Ronda Charrua. — 131 — P. Alegre.
- Manoel de Figueiredo — Apologia das Damas. — 1906 — Lisboa.
- Marcelo Gama — Via Sacra. — 2ª edição — 1918 — P. Alegre.
- Mario Marroquim — A língua do Nordeste. — 1934 — S. Paulo.
- Oliveira Belo — Os Farrapos. — 1896 — P. Alegre.
- Otoniel Mota — O meu idioma. — 1917 — S. Paulo.
- P. A. Pinto — Linguagem médica e digressões vocabulares. — 1931 — Rio.
- Phaedri — Fabularum Libri V. — (Roquetti) — 16ª edição — Paris.
- Lorenzo Stecchetti — Le Rime. — Bologna.
- Renato Mendonça — A influência africana no português do Brasil. — 2ª edição — 1935. — S. Paulo.
- R. L. P. (Revista de Língua Portuguesa). — Ano X. — n.º 57, 58, 59.
- Revista Lusitana — vol. XVII. — 1914 — Lisboa.
- Roque Calage — Quero-quero. — 1927 — P. Alegre.
- Rincão. — 1924 — P. Alegre.
- Sebastião X. do A. Sarmiento Mena — Obras completas. — (Edição de Dante de Laytano). — 1933 — Rio.
- Silvio Romero — Cantos Populares do Brasil. — 1897 — Rio.
- Sousa da Silveira — Lições de Português. — 2ª edição — 1934. — Rio.
- Sousa Lobo — Meu coração. — 1902 — P. Alegre.
- Teófilo Braga — História da Poesia Popular Portuguesa. — 1905 — Lisboa.
- Terentii Afri — Comoediae (Andia). — Lipsiae — 1913.
- Vargas Neto — Tropolha Criola. — 3ª edição — P. Alegre.
- Gado chucro. — 1928 — P. Alegre.
- Virgílio Maro — Eneida. — 3ª edição — 1926 — Gigord — Paris.
- W. Meyer Luecke — Introdução ao Estudo da Glotologia Românica. — 1910 — Lisboa.
- Zeferino Brasil — Vovó Musa. — 1903 — P. Alegre.

Discurso do Sr. Olinto Sanmartim ao ser recebido no Instituto:

Meus senhores.

Eu vos trago tôda a grandeza do meu agradecimento e da minha afetividade nesta hora comovida em que me vai ser legalmente outorgado o direito de sentar-me entre vós, historiadores e homens de saber. Não sei — e para isso me interrogo — onde estará o mérito que me conduziu até aquí.

A investidura de membro dêste Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, impõe altos deveres intellectuais que eu difficilmente poderei cumprir, porque não sei esquecer de que a História é um manancial glorioso que precisamos explorar, classificando seu material com carinhoso devotamento e com honestidade purificada!

E se aquí estou neste instante de grato contentamento, manda-me o coração dizer que tudo isso devo a Walter Spalding e Eduardo Duarte. E a gênese dessa conversão pode ser contada num minuto apenas.

Conheci êsse heróico evangelizador da nossa história, secretário perpétuo dêste Instituto, há dez anos. E de então nunca mais nos perdemos de vista. E nos instantes dos encontros fortuitos, Eduardo Duarte não esquecia sua habitual palavra de encorajamento definindo o imenso tesouro que é a história. E com o seu colorido intenso e entusiasmo contagiante não poupava medidas nas suas descrições.

Depois de um longo curso de muitos anos surge-me Walter Spalding, inconfundível batalhador de tôdas as coisas belas do espírito e impõe-me uma tarefa: Escrever sôbre história no período Farroupilha.

Nobre imposição, louvável idéia, mas que pouco eco iria encontrar já que me faltavam tôdas as qualidades essenciais para atender a essa sugestão amiga. A insistência manteve-se implacável, e, diante da dialética eloqüente e sugestiva do meu persistente animador, o tema foi escolhido, tema que sempre me apaixonara, que esbocei, publiquei, mas hei de um dia desenvolver a meu inteiro contento. Árduo, profundamente complexo o que o historiador neófito se dispôs a escrever.

Hoje sinto-me feliz em ter realizado essa fertilíssima tentativa e estou convicto de que não foi por ela que me trouxeram até êste cenáculo. Bem reconheço o quanto benevolentes foram os meus amáveis patrícios abrindo-me esta porta e proporcionando-me êste ambiente de estudo e de realizações. Confesso-o, e com satisfação imensa, que vim de encontro ao vosso cativante convite para aprender, sentir e realizar tudo na medida das minhas possibilidades, purificando as imperfeições da minha inteligência nesse refluxo de programas, sistemas, observações e elementos fundamentais históricos.

Os arquivos são relíquias para as investigações do passado, conservando essa atração contaminante de vivos interesses, sentindo nos seus reflexos brotados como de frio mosaico polido, a continuidade de profundezas pelágicas até encontrar o veio avaramente procurado. E agora estou bem nessa contingência de melhor compreender e mais fortemente integrar-me nesse movimento, nesse novo clima literário que é, em suma, a literatura histórica. Restaurando fatos sociais que são, no sentido sociológico, uma verdade existente e verificada, teremos, sem duvida de criar entre êsses mesmos fatos vínculos de relações perfeitas, eliminando obstáculos e emergindo de tôdas as impurezas e de tôdas as passividades.

A cultura histórica no Brasil não alcançou ainda a sua

plenitude, e é indispensável descobrir-lhes novos contornos tanto de atos materiais como de intenções ideológicas.

Seduzem os edênicos eflúvios de um áspero heroísmo colhendo migalhas, fragmentos de luz, na larga noite de um esquecimento lamentável. Tudo é fustigado, esmerilhado meticulosamente no soberbo anseio de encontrar o fio milagroso de uma descoberta. É como o sedento alucinado que ouve ao seu redor o cristal cascadeante de uma fonte de água pura sem contudo poder localizá-la. E em seguida é a tortura que se desmancha ao encontrar o segrêdo procurado. Divino ritual onde o espírito convulsionado prorrompe numa aleluia de triunfos. E nisso está o grande segrêdo da interioridade moral do historiador. A qualidade essencial do homem no seio das coletividades é o da inquietude quando o açodamento dos instintos vive em contínua vertigem buscando o melhor, o perfeito, o princípio de justiça e o mais fácil meio de nutrimento.

Dai as violências das massas acionadas pelos agentes do progresso criando uma hegemonia evolutiva como força de exclusivo impulso gradativo, sem o emprêgo de lutas materiais mas apenas pela conquista do espírito.

Até hoje, é nos elementos primaciais em tôdas as manifestações de arte e evolução, acontecimentos decorridos através dos séculos que se tornaram épicos que vamos constatar não terem perdido sua atualidade. É o destino que a história universalizou no concêrto das possibilidades criadoras, adaptando um detalhe longínquo à uma faceta contemporânea. Imensa teia analógica que o espírito humano solidariza pelos ideais, pelos anseios e pelo sofrimento.

A vida na sua complexa psicologia, sem contar com os milagres da sua instintividade, carece de elementos externos, agentes educacionais. Para tôdas as fortes manifestações intelectivas no período da formação de um tipo, no caldeamento de uma alma coletiva que deve ser continuada, melhorada e constantemente animada é indispensável o exemplo, a tradição, o conhecimento da conduta dos ances-

trais. A mesologia gradua, instiga, infunde e como terapêutica primorosa das chamadas raças históricas, vai por fim criar uma índole, colorir uma consciência.

Não será acaso, a história, o grande recipiente onde se acolhe a complexidade de tôdas as noções de princípios germinativos, reflexos de civilizações que caracterizam as nacionalidades, os sentimentos de pátria, as possibilidades de aperfeiçoamento, a justeza de um ambiente social, jurídico e político irmanados com a visão indispensável da territorialidade?

A ciência histórica é um monumento por ser a medida exata de uma cultura.

Como bem afirma Hermann Schneider na sua denominada filosofia, essa cultura que conhecemos através da história não tem outro intuito senão êste do seu desenvolvimento e progresso.

As próprias leis transcendentais de poderosa influência sobre o caráter dos povos, são fixadas no tempo. Podemos mesmo determinar todos os índices das manifestações precientíficas do homem.

A historiografia tem suas raízes milenares, raízes que ligam tôdas as tendências raciais do mundo. O sentido é de revivescência constante, sempre comparativo, sempre de possível aproveitamento ao conduzir os sentimentos sociais num determinado ciclo civilizatório. O valor primário é a vida presente que está na história presa a remotos conceitos de realizações e equilíbrios aclaratórios. Se os fatos se repetem, os seus agentes promotores bem podem ser de causa mediata ou de intercedência inteletiva na degradação de um estado jurídico.

Que exemplo poderá ser invocado para remover a crise? Os problemas morais, são elementos de subtil convergência que induzem à formação de um senso profundo na linha longitudinal dos séculos.

É ainda o detalhe filosófico da história êsse de que se diz largamente, e com todos os índices de uma propriedade

idealmente calculada, que o saber histórico é serviço a favor da ilustração da humanidade contraposto ao princípio dos eruditos que se apresentavam com datas e números, frieza algébrica sem a pompa de roupagem finamente espiritualizada. Voltaire não representa, nesse tema, iniciador mas autocrático realizador vitorioso. E assim os pensadores determinaram princípios e conceituaram a história universal como sendo a “explicação do espírito em liberdade” e que a evolução só pode ser admitida quando o “espírito adquire consciência de si mesmo”. Mas nessa alta esfera de concepções espiritualistas temos apenas imagens classificadas.

A evolução da grande sociedade humana temo-la no seu pleno curso ao alcance do nosso raciocínio pela fórmula sistemática da história. A êsse método, integrado pela crítica e pela prova se fixam os acontecimentos, transformações, tendências de evoluir ou de permanecer.

A essência dos fatos perdidos no tempo é quase que uma disciplina ao enfrentar a investigação de processos ordenados ou desconhecidos em ação dócil, beneditina, eminentemente fatigante e de soberba fecundidade. Vamos então encontrar seu valor, não na sua realização, mas no efeito que dessa realização provier. Fica assim incorporada a um organismo formado de registros históricos e seus comentários.

É obra apenas de aprêço reflexivo. A forma material representa preparo acessório lembrando que o sentido material muitas vezes, é apenas imposição abstrativa.

A estratificação de toda essa trama urdida psicologicamente representa magnífico talhe de ideal histórico, de ideal imaginado por luminares da idéia filosófica. Os ideais já pouco falam das realidades e, em história, respeitados todos os princípios de teocracia, teremos que lutar por uma eficiência positiva, sem retóricas, sem fórmulas opacas traçando a linha de ação fundamental. Quando cresce, se desenvolve, já há conjunto, elaboração ascencional de ordem agregativa. Os registros é que vão julgar da sabedoria da nossa justiça do crescimento da consciência delineada.

Dentro do grande corpo nacional há o corpo humano

que se expande, que se universaliza, que tem vontade e carece de ordem, de diretrizes. É quando a disciplina dos instintos se mostra, se arvora, se torna pelejante, se condiciona como força necessária às perfeições do intellecto. Essa incorporação de ordens, de pertinácia, torna-se generalizável repousando sôbre bases raciocinantes.

Acaso a história não será força coercível na formação das nacionalidades, no seu desenvolvimento, grandeza e purificação? Tôda a alma, todo o pólen psicológico dessa aderência espiritual das grandes sociedades, têm como força precípua, a tradição que anima e que estimula, que dá forças e objetiva deveres.

A famosa tese galicana que Bossuet defendeu ardentemente, entendia determinar o direito divino através dos soberanos, sem melhor exame. Os teóricos fizeram eco, e as coletividades foram aceitando os seus princípios enquanto o liberalismo da época perpetuou, através das idades, as criações da inteligência transformada em tradição e em verdade histórica. Hoje a escolástica é um sol que passou.

Em tudo isso há ação civilizadora buscando na história elemento de prova, a medida de um volume em crescimento, estático ou regressista.

Onde estão seus limites e como se desenham as bases fundamentais? Se há pensadores que se preocupam com a elevação da história, devemos confessar também que tudo se processa num ambiente de teorias, de regras, de princípios vacilantes que pouco revelam da sua legitimidade real. Não importa conhecer a figura simbólica centralizante de um panorama que se contempla. O que se deseja é conhecer o espírito que o anima e as leis que o regem.

Pouco importa se os métodos purificam um sistema sem no entanto legitimá-lo. Keyserling é uma cristallidade cerebral. Não esconde os cosmogramas que sua visão interior apreende na ambiência exterior em fórmulas copiosas de indução, nem se serve das teorias de Aristóteles, metafísicas e vaporosas. Nas suas "Meditações" confessa que ao pisar o solo americano, para entendê-lo, prismática e psico-

lógicamente, quiz ligar-se a êle e na sua consciência abriam-se profundezas que correspondiam ao novo mundo sul-americano.

É exatamente nesse verticalismo que se identificam as cousas, que a psicose do desconhecido se revela nos domínios da análise. As observações bem podem criar problemas solucionando outros e tudo se resume no traço lógico da ação: movimento e conhecimento. — Não assentará nisso todo o destino histórico com suas derivativas de verticais alcançadas por um trabalho de sondagem paciente, abrindo ou eliminando abismos?

Os impulsos aperfeiçoam e apressam os processos de investigações e as afinidades correspondem à ordem das concepções anímicas pondo claridade nas sombrias tarefas investigativas. É a coesão que mais impõe a característica do trabalho elaborado e são as coordenadas que impedem a formação de problemas não excluindo o ardor da insistência na solução das suas incógnitas. Dão volume ao seu estudo, criando pigmentos que entusiasмам. Mas nem tudo se concretiza, ou se resume num conjunto de sínteses ou de datas frias.

Entendemos bem que teremos de espiritualizar os episódios, dar-lhe elasticidade humana, articulação, vida real, reanimando nas interpretações o gênio fiel de uma gênese perfeita. E perguntaremos então: até onde poderá chegar a verdade histórica?

Os estudiosos que se têm preocupado com o complexo tema da filosofia da história, são pouco explícitos na arguição da História científica e sua filosofia. As conclusões são quase que expontâneas, dependendo de raciocínios e de consultas às obras da velha idade aos nossos dias. São bem uma onda difusa as leis que desejamos invocar para determos tais princípios. E se formos examinar as moléculas geratrizes dêsse edifício que se pretende erguer, encontraremos larga visão materialista. Dessa mesma visão, conhecida a nebulosa das aspirações, forma embrionária raciocinante dos antigos tempos com a exclusão do individualismo em movi-

mento ideal, vamos formando a alta concepção filosófica da história incorruptível e inacessível às transições.

Em teorias há apenas a intenção de expressar um sistema que bem poderá ser praticado sem preocupação de escolas, de cânones, de princípios, mas unicamente atento às legítimas prioridades de racionalismo em poder criar nos acontecimentos a imagem humana da sua origem. A teoria de Bergson que é de ação, de vontade primordial, sobrepõe-se à inteligência, tem princípios salutareos para as abstratividades dos episódios com a forma da sua retenção no registro histórico.

Se tudo quanto é digno de recordar deve ser fixado é justo que o sistema dessa fixação deva ter um duplo fim, um objetivo multiplicado que é êsse do registro, ato material, caligráfico, sem preocupação científica senão que a verdade e a exatidão. É ato histórico sem dúvida, elemento precioso. Será apenas uma face do acontecimento, frio, legitimado pela ocorrência. Mas onde vamos encontrar os elementos psicológicos dêsse ato, a origem remota ou próxima da sua eclosão, a força, o agente prepulsor, que deu causa ao fenômeno, o acontecimento reflexivo, o ambiente geral, o teatro onde se desenvolveu o fato? Eis a história completa, o aroma arfante, o humanismo, a filosofia como querem muitos, estudando os acontecimentos sob um prisma transcendental e sociológico. O grau dos fatos é arbitrário, regulado pelo senso, pela inteligência histórica. Quanto mais universal, mais importante, mas o enunciado bem poderá ser que quanto mais importante mais universal.

A tendência moderna repousa sobre êsse postulado de enfeitar a história com a roupagem humana, fiel, sem disvirtuar a verdade, sem comprometer o realismo da evidência pura. Savigny lutou imenso para elevar o nível e demonstrar sua importância no estudo da ciência, considerando-a indispensável ao progresso do direito. Foi isso uma tentativa de reabilitar a história, ainda que tudo pareça metafísica nivelada a de Berkeley.

Tucídides, foi o legítimo pai da filosofia da história. Os

milênios que separam o grego ilustre da época contemporânea não apaga a oportunidade de lembrar que a história tem um alto campo transcendental para ser estudado e integrado no legítimo padrão que a inteligência do homem imaginou.

Dentro desse corpo animado, humanizado, é que os povos, as multidões, a sociedade poderá julgar dos fatos ocorridos, das razões profundas que os geraram, dos fenômenos prevaletentes num período humano, do relevo dos seus societários e da moral diluída em ciclos sucessórios.

Mas, meus senhores, quem faz história com amor, com lucidez, com escaldado temperamento na realização de um postulado, apaixona-se e a paixão nem sempre reivindica a realidade e a justiça. Já não basta a libertação. É indispensável que a paixão não degenera e se mantenha clara numa objetividade peregrina, paixão ao trabalho, ao justo e ao perfeito sem obliterar a visão exata, descobrindo fascínios inexistentes, torturando caminhos retos e legítimos.

Mal desgastante o da intervenção individualista, interesses de inteligência, de opinião, de tradicionalismo, de amor unilateral.

Para trabalho realçante a nomenclatura não será doutrina, mas apenas uma arte de exigir, de preferir talvez de interpretar sem outra norma substancial. Evidencia do automatismo apenas sem dinamismo doutrinário. Nietzsche, insubordina-se dizendo que “se há leis na história, as leis não têm nenhum valor”. Ahi temos um espírito que se revolta contra princípios que não esclarece e não reclama. Os detratores são antes que mais nada forças dispersivas, — excluídas as células mediocrizantes, — que vão colaborar na grande obra. Diante desses panoramas confusos a história toma rumo diferente e vai chocar-se com a ciência. E então vamos encontrar novos intuitos, novos caracteres, novas complexidades, sempre no caminho da verdade e da justiça. Se o que é justo é absoluto, não há dúvida que tudo depende de uma situação periférica por onde possa ser apreciado o episódio. E então vamos encontrar as proporções, a fisionomia, tôdas as derimentes negativas e positivas, enquadradas

num ângulo de legítima ética onde haja um múltiplo comum no problema estudado. Máximas e mínimas, legítimas e falsas, os elementos formarão as premissas do justo e do injusto. Há ainda a imagem dos cultos que é invariavelmente falsa, obediente a um estado ocasional da sociedade na rotação civilizatória. Falsos ideais, falsas consagrações, falsos heróis e, como êsses, falsos delinquentes, falsas fraquezas. A história vai apreciá-la, sentí-la despida da opressão social de um momento dado.

No realismo vivo de atividade histórica, todo o homem carece de uma qualidade total de engenho técnico: liberdade. Liberdade para os conceitos, raciocínios, conclusões, hipóteses, observações e induções. Essa liberdade de ação não beneficia apenas a obra histórica na sua peregrina essência. Atinge a arte com que se reveste já que tudo é puro, a idealidade e a moral conceitual. A libertação é bem a fórmula concepcionista incondicional e indispensável para sua efetivação. Poderemos persistir num limite com o pensamento voltado à abdicação do preconceitualismo. Libertação à ação. Além do aperfeiçoamento há a figura sedimentar, a linha dos detalhes, das origens, do estado espiritual dos contornos. Tudo é ilimitado nêsse vasto campo. Assim liberdade é ação purificada e continuada.

Spengler modernamente veio determinar novos postulados buscando na cultura o legítimo índice científico da história como princípio de um universalismo sem precaridade buscando apenas a certeza de um espírito, de uma idéia em forma personalística.

Bem poderemos encontrar substância apreciável na marcha concepcionista de tudo o que a respeito se tem escrito. Preferimos antes objetividades de mais exacerbação concreta assimilável e praticável, sem exaurir as fontes transcendentais.

Na beleza moral dos ritmos humanos que engrandece a vida e glorifica as suas leis, há, esparsa, na penumbra dos ciclos invioláveis, a essência geratriz a justificar todos os

fenômenos turbilhonantes que modificam, trituram e restauram seculares sistemas sociais.

A tarefa de descobrir e firmar a verdade das idéias inspiradoras, o acerto da sua aplicação e a razão dos seus métodos, cabe à história, aos homens que consagram, por inteiro, seu saber, às investigações purificadoras que immortalizam; à interpretação da ética social formando corpos de doutrinas.

O conhecimento de causa é o zumbido imaginário dessa abelha de ouro com que se ilumina a posteridade classificando os espíritos e determinando-lhes as responsabilidades perante as opiniões.

“O irreal é, nalguns casos, mais verdadeiro que o real” escreve paradoxalmente Le Bon. Não vamos, com isso, querer admitir a irreflexão das tendências raciais pela existência de um axioma oculto ou ainda imaginar fragmentário e estéril o direito natural que necessita e o positivo que realiza. Os métodos, na aparência, poderão criar o absurdo da lógica sem desprestigiar os recursos da própria inteligência ainda que claudicante diante das subtilezas da imaginação.

Quantas considerações a respeito dêsse vasto tema podem ser articuladas! Basta porém que um único interesse permaneça inflexível, ereto, que é êsse de se criar um ideal para a história brasileira, para que todos os fatos da América portuguesa sofram a devassa da investigação — para que tudo trepide em alvoroço vibrante, e todos os fatos se aperfeiçoem diante do exame histórico.

Onde há história há consciência de nacionalidade. Como, pois, desprezar a luta e deixar adormecer nos arquivos seculares todo o legado moral e heróico dos ante-passados? O Brasil como organismo novo no concêrto das velhas normas de civilização, tem captado os impulsos da sua estrutura social. E nos seus menores detalhes de ordem histórica encontraremos um largo, profundo campo de acontecimentos que exaltam, que palpitam, que falam de épocas longínquas immortalizando uma raça.

Na bacia do Prata, nasceu o embate de ordem política. Em Pernambuco as hostilidades se firmaram. Como povo

organizado, sob tutela, o sôpro de uma constitucionalidade política e social ventilava o pensamento ainda embotado pela carência de um despertar mais eloqüente.

Um século mais tarde, tudo se firmava numa progressão demográfica apreciável.

Hoje o destino nos conduz ao cimo que o complexo racial preparou como supremo esforço de uma gente que pensa, que sabe agir e sabe vencer.

É nessa temperatura de esperanças e de realizações que êste Instituto criou e vem desenvolvendo com alta sabedoria, que eu me integro hoje, prometendo a minha solidariedade incondicional e a minha cooperação que embora sem brilho traz a virtude da fé e o vigor de uma brasilidade serena e confortadora.

Discurso do Sr. Walter Spalding saüdando o Sr. Olinto Sanmartim.

Sr. Presidente.

Sr. Olinto Sanmartim.

Confrades — Senhoras e Senhores.

Afeto todo especial me liga a Olinto Sanmartin, essa cerebração peregrina que nosso Instituto acaba de galardoar conferindo-lhe o título de sócio efetivo, sem que, para isso, — como é, aliás, norma nossa, — cooperasse o recipiendário.

Honrosa nos é, Olinto Sanmartim, e mais ainda para mim, tua companhia nesta casa de trabalho e de reconstrução do passado.

Aliás, em teu formoso discurso, — cartão de permanente em nosso meio, — frisaste muito bem e com rigor de mestre o valor da história, sua função social e política no seio dos povos.

À modéstia de tuas palavras iniciais, — sem que vá nisso o elogio do amigo, — devo contrapor o grande valor de tua obra e o grande significado dela para nós, membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, e para a história do Rio Grande.

*

* *

Jornalista, cronista, poeta, historiador e contabilista, Olinto Sanmartim é dessas figuras que se impõe não só pelo seu talento servido por cultura variada, como pela simplicidade e modéstia de sua vida, apanágio dos grandes espíritos.

Iniciando suas atividades em pequenos jornais, distinguuiu-se, sempre, como cronista sóbrio e elegante, embora de forma castigada.

Dedicado aos exercícios físicos, publicou em 1926, O ESPORTE HODIERNO, livro de conselhos aos desportistas, sob o pseudônimo Maciste Junior.

Poeta, Olinto Sanmartim ao lado da deusa Higia (da saúde e dos desportos) cortejava a famosa Calíope e suas companheiras de ideal, e ao mesmo tempo se consagrava à Mercúrio com não menor fervor, num culto verdadeiramente paradoxal.

E foi, assim, que nos legou o distinto consócio e amigo seu belo livrinho "Poemas de você", do qual acaba de tirar 2ª. edição.

A poesia é alma e coração. É o belo no ritmo melodioso da palavra harmonizada à cadência do verso materializando o sentimento na concepção suave das estrofes cantantes.

Há um rifão popular que diz: "de poeta e de louco, todos temos um pouco".

Se a fase do poeta passou, êsse lugar vago ocupou-o o pensador, o historiador, isto é, o "maníaco", o "louco", — no dizer dos que fazem da vida materialidade pura —.

Pouco faz em carta ilustre historiador patricio, o coronel Rego Monteiro, dizia-me que tinha impressão de ter enlouquecido ao lembrar-se de escrever a História dos Corpos de Artilharia do nosso exército e que maior se tornára a impressão por persistir na idéia iniciando a obra.

Realmente certos empreendimentos pela grandeza de que se revestem ou, simplesmente, pelos trabalhos que dão, fazem com que nós mesmos duvidemos de nosso estado mental.

Entretanto, a execução de tais obras, de pesquisas e es-

tudos acurados, provam justamente o contrário: a viveza, a vitalidade do cérebro do historiador.

Um louco pode ser poeta, — e mais de um exemplo temos disso na nossa história literária, — e pode ser até mesmo romancista, mas nunca será historiador e, menos ainda, sociólogo.

Si há pessoas por cujo estado mental superior se pode garantir, são justamente os historiadores.

Passada a primeira fase, assentado o espírito, surge o pensador.

E é nesta fase que se encontra Olinto Sanmartim que acabamos de ouvir na sua brilhante apresentação e que conosco vem trabalhar neste Instituto pela glória e grandeza do Rio Grande do Sul e do Brasil.

*

* *

TERRA DA AMÉRICA foi a primeira e felicíssima tentativa num gênero novo para êle, — as viagens, — em que o sociólogo se manifestou com tôda a pujança de seu magnífico talento.

Não se torna necessário examinar todo o livro: basta fixar o capítulo final, aquela “síntese do panorama americano”, para, de logo, descobrirmos o sociólogo consciencioso e o magnífico historiador que se revelou, um ano mais tarde, com seu BENTO MANUEL RIBEIRO, trabalho maciço, que modestamente intitulou “ensaio”.

BENTO MANUEL RIBEIRO é obra de fôlego, obra mestra de mestre e não de estréia como foi no árduo ramo que é a história.

Há, é verdade, ali, arestas a limar, linguagem um tanto difícil, a corrigir.

O historiador, por isso mesmo, deve ser fácil e simples.

Olinto Sanmartim custará um pouco a corrigir-se desse “mal” porque, amante do belo, vive insatisfeito com o que faz: quer a perfeição e, em busca dessa perfeição própria do

artista da palavra — o literato puro, — pende, às vezes, para o nefelibatismo, como se poderá notar em TERRAS DA AMÉRICA e nalgumas passagens de seu grande livro BENTO MANUEL RIBEIRO, que lhe abriu as portas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, e do Instituto de Estudos Genealógicos de São Paulo.

Mas já êsse mal está também passando e mais e mais se vai afirmando o historiador.

Assim na sua tese A BANDEIRA DE ARACAMBI, apresentada ao II Congresso de História e Geografia Sul-riograndense, a linguagem já é outra, mais simples, linguagem de historiador, analista primoroso e elegante no contestar assertivas consagradas na História por mestres de renome.

Se BENTO MANUEL RIBEIRO é, no momento, a obra máxima de Olinto Sanmartim, A BANDEIRA DE ARACAMBI é a mais completa revelação do talento de observação e crítica histórica do autor.

Antes de terminar, devo ainda mencionar uma obra inédita — CAMINHOS SECULARES — que deverá sair em princípios do próximo ano dos prelos da C.º Editora Nacional.

É, como TERRAS DA AMÉRICA, livro de viagens. Entretanto, que diferença enorme entre um e outro!

Em CAMINHOS SECULARES cujos originais por gentileza do autor tive em mãos e li, não há as vacilações do primeiro e nem, tão pouco, as frases trabalhadas do escritor poeta.

É livro de vida vivida em alheias terras, cheio de conscienciosas e eruditas observações.

Um belo livro, enfim.

*

* *

Olinto Sanmartim:

Estás legalmente empossado em nosso Instituto, como membro efetivo.

Efetivo — o que quer dizer que empossado para conosco trabalhar, prestando-nos teu valiosíssimo auxílio para que possamos melhormente cumprir nossa tarefa, construir nossa História como ela deve ser e tu bem o compreendeste: sincera, leal e justiceira.

História é, em resumo, fazer justiça mesmo aos nossos adversários e aos próprios inimigos.

Em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul — eu te saúdo: — Benvindo sejas, historiador amigo.

Disse.

Discurso do Dr. Mario Teixeira de Carvalho ao ser recebido no Instituto

Senhores,

quando a fidalguia me acolhe em recepção fraterna — ato que mais traduz a generosidade dos amigos que valor por ventura vislumbrado em quem, apaixonado cultor do tradicionalismo, cioso dos fastos e fatos de nossa História, tem procurado reavivar episódios em que refulgiram espíritos patricios de alta linhagem — ao ser recebido como membro efetivo no “Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul”, eleito pela unânime indulgência dos meus confrades, desejo externar meu reconhecimento pelo que de bem me é outorgado.

O Reverendo Padre Antônio Cordeiro, angrense ilustre da Companhia de Jesús, na sua “História Insulana das Ilhas a Portugal sujeitas no Oceano Ocidental”, conta-nos, com pormenores, da excelência do sangue nobre dos povoadores dessas ilhas. Ora, tendo o Estado do Rio Grande do Sul nascido de filhos e netos dos fidalgos descendentes dos colonizadores ilhéos, nada mais natural que a seiva do nobiliário lusitano tivesse vicejado exuberantemente neste solo dadivoso, nêle se desdobrando nos frutos admiráveis que formam a nossa estirpe, agora já não mais portuguesa ou açoriana, mas brasileira, bem brasileira: sul-riograndense.

Porisso e porque uma das características fundamentais da nobreza, senão a principal, são as virtudes, e dentre estas é a brandura uma das mais gratas, sem dúvida, por tocar logo o coração; porque bem conheço a ilustre origem

dos fundadores da “gens” gaúcha, chamando-me, o vosso proceder me não surpreendeu, porque — sei — nêle prevaleceu a clemência. Ao ser-me assinalado um lugar na luzí-da fileira guardiã das grandezas do nosso passado, destaca-se a nobreza inequívoca do vosso gesto: quizestes projetar sôbre o rebento timorato e mal ajeitado de um esforço, o calor benéfico de vosso incitamento cordial e prestimoso. Eis, senhores, a razão principal que motiva a minha presença hoje aqui.

Altea-me, enobrece-me a distinção que me conferís.

Aceitando a dádiva generosa e magnânima e em obediência aos cânones que regulam a vida do “Instituto”, coligados varios autores tendes-me neste momento, entre bisonho e um tanto “gauche”, iniciando o meu noviciado nas justas da oratória, pronunciando o primeiro discurso de tôda minha vida. Por êste motivo, estou certo de que me perdoareis — já que agora sou um dos vossos — se, pela primeira vez entre vós, se vir confirmada a difundida e irônica sentença do romântico vâte:

“Nu comme le discours d'un académicien”.

*

Da generosidade, da excelência, da dignidade, do majestoso, da magnanimidade, de algo sublime é a idéia que surge ao nosso espírito, quando se fala em nobreza.

O nosso discurso, porém, dando ao sentido desta palavra diretriz mais objetiva, versará sôbre a nobreza que demarca a classe social composta de pessoas dignas de serem reconhecidas e apontadas por suas virtudes e por seus méritos, próprios ou herdados, e que, em consequência das suas excepcionais qualidades, desfrutam de certos privilégios honoríficos que as subtraem da vulgaridade.

Tais circunstâncias, mostram-nos, desde já, que nobreza é, principalmente, distinção. Distingue-se aquele que sobressai, socialmente falando. Ou, como diz Frei Francisco de Santa Maria Pacheco Pereira: “... sendo todos os homens formados da mesma massa, gerados de um mesmo

pai, e por natureza iguais; a virtude e o valor pessoal os faz distinguir e conhecidos por nobres, ilustres e afamados; o vício e a negligência de outros os deixa ficar vís, plebeus e desconhecidos". E outro não é o modo de pensar de James Bryce, ao estudar as igualdades humanas. Nobres são, portanto,

"... aqueles, que por obras valerosas
Se vão da lei da morte libertando".

Definindo-a, vemos que a nobreza pode ser "própria" ou "herdada"; e logo defrontamos com a sua primeira classificação: a originária ou pessoal e a transmitida ou hereditária.

Há quem se oponha a ambas, mórmente com relação à segunda.

Quanto à nobreza originária, ou pessoal, isto é, aquele que é conquistada à fôrça de mérito, parece-me descabida qualquer discussão racional, nem mesmo com os mais exagerados sectários da fórmula: a cada um conforme a sua capacidade e segundo as suas obras.

Já dizia Sêneca que enquanto houver homens haverá quem obtenha o aplauso e a censura dos seus semelhantes, e que "o prêmio e o castigo moderam tôda a vida humana"; mas, para que recompensa e punição tenham eficácia, estes atos devem ser sancionados pela autoridade competente: por Sua Majestade, como se dizia antigamente; pelo Estado, para acomodar-nos ao linguajar moderno. Repelir os viciosos e indicar à veneração pública o nome daqueles que pela sublimidade de seus atos se distinguem, se elevam acima do nível comum, e de que são exemplos, o santo, o herói, o sábio, é, pois, ato que cumpre e resulta dos próprios governos.

Quem admite a transmissão de propriedade e reconhece a justiça da herança, que é um desdobramento da primeira, não pode opor objeção formal à nobreza hereditária, cuja origem se perde na obscuridade dos tempos.

Admitida a transmissão dos bens ou atributos materiais, mal se compreende que possa haver controvérsia quanto à hereditariedade dos que entendem com os bens imateriais da honra. Negar a quem se enobreceu o direito de transmitir aquilo que possui em maior estima em quem mais lhe vale, em seus próprios filhos, é mutilar, cercear o direito do homem de sobreviver-se em seus herdeiros, e é privar as nações da enorme força que a tradição lhes dá. Há quem afirme que cada um é, somente, filho de suas próprias obras; afirmam outros que os primores da nobreza herdada são desconhecidos; e também os que motejam dêles contrapondo-lhes a conduta da Igreja, que aplica aos mortos os méritos dos vivos e não o contrário. Podemos contestar-lhes que a Igreja é a grande guardiã da tradição e, por via desta, da virtude e da nobreza herdadas; e que, se cada um é filho de suas obras, não é menos evidente que o é, também, dos seus progenitores.

É indiscutível que todos nós possuímos o mesmo número de avós, e que corre em nossas veias o mesmo e primitivo sangue de Adão, porém, uns sabem de quem procedem por uma série contínua de gerações, e outros ignoram onde mergulham suas origens. E é neste conhecimento que se estriba a verdadeira nobreza herdada, que outra coisa não é senão a “ascendência conhecida”, na qual se acha envolvido o conceito de notoriedade, que pressupõe a posse de virtudes excepcionais em todos os campos da atividade humana e ainda realçadas pelo brilho do arrôjo ou pelos meios de fortuna. São os filhos, netos, bisnetos e demais sucessores de homens eminentes, os que entretecem a tela refulgente que faz o cenário magnífico das estirpes notáveis; são êles, os depositários ufanos de um apelido enaltecido, que vinculam na família a distinção do ascendente ilustre. Quando os merecimentos resultantes de boas ações prestadas à causa pública se repetem em várias gerações de uma família, vão seus membros acumulando distinções por herança e constituindo a “nobreza social”. Com estes elementos, adquire-se a distinção herdada, com a qual as

pessoas podem “nascer nobres” em sua família, isto é, vêm ao mundo com uma nobreza que bem poderíamos chamar de congênita, dando translação ao sentido biológico do termo. É a nobreza social, natural ou de sangue, personificada no gentilhomen ou fidalgo.

Ensinar pois a venerar os símbolos honrosos que os nossos ancestrais souberam merecer, é glorificar a ascendência e estimular brios na descendência para a conservação e, quiçá, aumento do patrimônio recebido. E assim como a tradição familiar conserva a sua solidariedade e mantém alerta a

“união dos vivos com os mortos”,

assim também as tradições familiares, que são partes componentes das tradições de uma Pátria, mantêm vivo o culto da terra onde se nasceu. Por estas razões é que no texto das cartas de brasão de armas invariavelmente se lê:

“... lhe pedia elle Supplicante, para a memoria dos seus Progenitores se não perder...”

Nada mais expressivo e edificante em uma família do que o prêmio concedido a um dos seus antepassados, que em determinada fase da vida viu seus esforços recompensados com inapreciáveis veneras, por se ter avantajado aos demais em determinada ação, e na sua nobilitação um exemplo honrado e honroso, um nome conquistado, uma herança moral aos seus filhos, aos filhos dos seus filhos, a todos os do seu sangue, pois, com seu valor e benemerência honrou a geração coeva e sua lembrança se converte em nova Meca, onde os porvindouros, como no templo de Vesta, mantêm bem vivo o fogo sagrado que os há de alentar na conservação da gloriosa pertença!

Sob êste critério pontifica Frei Manoel do Cenáculo:

“Que proveitosa e agradável coisa é a memoria dos maiores, ser deles imagem e continuar com elles as obrigações á posteridade!”

E Dom Tomás Caetano de Bem escreve:

“... a gloria e o nome dos paes é uma viva luz, que ilustrando a sua posteridade, a esta encaminha e conduz a seguir as pisadas dos primeiros”.

E a mesma idéia aparece no seguinte período do Reitor do Baçal:

“... jamais arrancarão do espirito humano a tendencia por assim dizer inata, para perpetuar a sua memoria atravez de todas as gerações vindouras...”, por

“Que o nome illustre a um certo amor obriga,
E faz a quem o tem, amado e caro”.

Dumont, em seu livro “Race et Milieu Social”, diz que a ascensão do indivíduo na sociedade, a “capilaridade social”, e a sucessiva melhoria de posição é a mais nobre recompensa do esforço humano, na mais justa e racional das aspirações.

Verificamos, portanto, que a nobreza é peculiar à condição humana, e nada mais é que a regularização da legítima tendência do homem em ganhar os cumes sociais. Estes sentimentos de elevação social já existiam ontem, como existem hoje, e como existirão amanhã. O meio onde elles se desenvolvem, correspondendo a épocas diferentes, caracterizadas por necessidades várias, é que vai mudando. E hoje, simbòlicamente, se ressuscita com galhardia o costume medieval de trazer o “escudo livre”, até que o seu portador se illustre com merecimentos e valores próprios.

Os partidários de certas filosofias da igualdade utópica, que os leva a desconhecer que não há dois homens iguais em atitudes, e que há entre elles diferenças de fundo personalíssimo, que torna impossível o paralelismo social, trataram, em mais de uma ocasião — e em quase tôdas as revoluções — de abater a nobreza, considerando-a como oposta à igualdade civil perante a lei, porém, não lhes foi possível aniquilar a herança material e a imaterial; apenas, e somente em algumas delas, conseguiram destruir uma docu-

mentação interessante — a genealógica e a heráldica — e o modo de premiar o benemérito naquilo que êle mais ama: nos seus descendentes. Já reza o Evangelho que Deus dá a cada um segundo suas obras e se, porisso, o próprio Criador tem os seus escolhidos, que dizer da telúrica condição da humanidade, que não pode, forçosamente, abrir mão de seleccionar em sua própria defesa, no interêsse de sua própria existência. Para as sanções penais, sim, somós todos iguais; mas no âmbito social é forçoso reconhecer que a situação é bem diversa.

“Há gente que se preza de culta, que acredita sèriamente, que, se não fôsse a revolução francesa, quem não nascesse em berço armoriado, nascia para ser pouca coisa cá nas cenas dêste mundo, tivesse as virtudes que tivesse!” Infelizmente, há quem veja na nobreza — herdada ou adquirida — um motivo de vaidades reprováveis, de pomo discordante da nivelagem democrática, vestígios de privilégios raciais e castas inacessíveis, de absolutismos medievos, de desprêzo pelos humildes e outras mentiras modernas desta natureza! Mas, estes opositores, bárbaros e incultos como as suas opiniões, e quase sempre com presunções dogmáticas, não vêm, nem compreendem o que há de bello nesses gloriosos símbolos — um título nobiliárquico, um brasão de armas, um apelido ilustre — quando nêles sentimos palpitar os sentimentos honrosos que lhes deram origem, as razões sociais que lhes assistem, a destinação altamente moral que representam, e a justíssima aspiração humana que sintetizam”!

É James Bryce, o sociólogo hodierno, quem nos diz: “É evidente que as cavaleirescas virtudes da coragem e da honra não estão em declínio”, e é por esta razão que, hoje em dia, os portadores de apelidos históricos já não são frutos exclusivos das antigas árvores genealógicas, mas indivíduos que formam a sua mentalidade dentro das novas curvas da sociedade atual; e depois de assim preparados é que volvem o olhar para o passado e o compreendem, o que lhes dá novas fôrças e benefícios. Êste, também, é o modo

de pensar de Santamaria de Paredes, quando afirma que “hoje, ainda que se respeite um nome ilustre como símbolo de gloriosas tradições, só se rende tributo de consideração e aprêço ao mérito pessoal, em qualquer forma que êste se manifeste, porém, mais, se as circunstâncias favoráveis do nascimento e da riqueza são aproveitadas em bem da Humanidade e da Pátria”.

A-pesar-do ambiente hostil em que, em geral, é colocada e “geralmente repudiada com desdém, pela simples razão de ser desconhecida”, procurarei mostrar a “importância e a verdade da nobreza”.

Assim, pois, atendendo aos seus caracteres na História, é corrente qualificar de “guerreiras” as antigas nobrezas; de “burocráticas”, ou cortesãs, as do império romano e bizantino; de “senhoriais”, as da época medieval, geradoras do feudalismo; e de “intelectuais”, as modernas.

*

Desde os primórdios da vida terrena, os bravos e os ricos — os fortes, os que têm sabido e podido impor-se como corifeus de grandes movimentos sociais, têm sido os superiores — os nobres.

O fulcro invencível de toda nobreza, da verdadeira nobreza, tem sido sempre a virtude e o trabalho, de que os grandes vultos da História nos têm dado os mais belos exemplos nas epopéias guerreiras ou nas mais elevadas e altruísticas empresas dos interregnos pacíficos. Em todas as sociedades humanas encontramos grupos de pessoas distinguidas que por seu saber, por seu valor militar ou por sua situação econômica, prestam eminentes serviços à coletividade, intervindo assim em favor dos negócios públicos, tanto na guerra como na paz. Não se trata, em princípio de pessoas que tenham privilégios devidos ao favor real, mas de homens que sobressaíram por seu próprio esforço e por seu próprio mérito. Não é o Poder Público que os alcandora aos pináculos da fama; é a própria sociedade que os forma e os eleva. Eles constituem o índice de vitalidade dos povos jovens, em que esplendem personalidades de inconfundível

valor. Não estão insulados em uma grei à parte, subtraídos ao convívio dos seus patrícios; não constituem uma classe fechada, uma casta. Todos, ao se encontrarem em certas condições de atividade intelectual ou militar, ou ao disporrem de certa abastança financeira, tomam, de fato, o lugar e as prerrogativas que lhes correspondem.

A riqueza pode ser o produto do talento e do trabalho, de modo que estes continuam sendo causa de nobreza, desde que esta derive diretamente dos bens materiais. Entretanto, cumpre-nos ter em conta que se é certo que a riqueza só por si não gera a nobreza, não é menos exato que esta enfraquece sem aquela. Os heróis de Homero e os “Nibelungos” não só tinham fama de bravos, como de ricos. Aristóteles define a nobreza — Eugenia — como a “antiguidade da riqueza e do mérito” e o velho Direito holandês preceituava, claramente, que a fortuna é garantia da nobreza, e, certamente, não foi à outra idéia que obedeceu a instituição dos morgados ou vínculos.

Nos tempos atuais, concebe-se a nobreza sem a independência financeira, mas nas eras d'antanho não era assim. De Souza Viterbo são as expressivas palavras seguintes:

“Eu não conheço nada mais deplorável de que o espetáculo que oferecem certos filhos de titulares, quando se vêem obrigados a exercer ocupações incompatíveis com os seus pergaminhos. Imagina tu se há coisa mais triste de que ver um conde reduzido à situação de caixeiro de escritório ou de amanuense de secretaria, enfiando a manga de alpaca para não coçar o último fio de sua sobrecasaca preta! Não imagines todavia que eu considero alguns aristocratas modernos menos dignos de consideração e de respeito que os antigos. A riqueza honradamente adquirida pelo trabalho, nas lutas incruentas do comércio e da indústria, tem tanto jús a ser galardoada como os atos de valor nos campos de batalha. Os fidalgos de outr'ora também se enriqueciam com os despojos das escaladas e das emprêsas marítimas nas regiões do Oriente”.

“A sociedade nacional e sua representação — o Estado — não podem subsistir sem hierarquia, sem classes; e a aristocracia, militar ou nobiliária, como queiram denominá-la, sobrevive e sobreviverá, sempre, como elemento de ordem. Classe e não casta: agrupamento aberto constantemente ao mérito e com perpétua renovação, com movimento, que é vida. Na organização social, e mesmo na formação do próprio Estado como elemento do poder, nunca se pôde prescindir deste fator, que tem oferecido modalidades múltiplas na História, porém, correspondendo sempre a uma superioridade que veio a ser determinada, em uma ou outra forma, segundo os princípios dominantes do tempo.

Desde os “brahmanes” da Índia, os “espartanos” de Lacônia, os “eupátridas” de Atenas, os “patrícios” de Roma e os “senhores feudais” da Idade Média, até os tempos modernos em que a origem e o privilégio de raça têm sido substituídos em valia pelas riquezas e pelo talento, a História atesta, em geral, a existência da nobreza como fator de política. Baseia-se êste influxo incontestável na própria natureza humana, na qual, ao lado de uma presumida igualdade essencial é perfeitamente perceptível uma inferioridade ainda mais natural e inevitável, pois, segundo James Bryce, “a desigualdade natural foi e será um dos fatores mais manifestos e eficientes da sociedade humana”.

Entre os povos primitivos, gozavam de foros de superioridade os mais destemerosos na caça ou na guerra, e no ambiente familiar daquelas eras o pai era um rei. Constituídas as “gens”, os cabeças das famílias, e sobretudo os mais velhos, constituíram uma verdadeira nobreza, que, dentro da tribo aparece formada pelos chefes dos sub-grupos. Estrabão nos conta que nossos antepassados — os lusitanos — tomavam assento à mesa para as refeições por ordem de dignidade. A existência de uma nobreza guerreira, burocrática e cortesã está demonstrada quanto aos impérios assírio, babilônico e persa. Ademais, em todos os povos os conquistadores, os vencedores, sempre constituíram uma espécie de nobreza com respeito aos vencidos. Esparta, onde

os dórios formavam uma classe nobre e fechada, dentro da qual tinham preeminência os anciãos, é um frisante exemplo do exposto. Em Atenas, República eminentemente aristocrática, ao inverso do que vulgarmente se crê, os eupátridas eram nobres de sangue e proprietários das terras, e empregavam os princípios da primogenitura e da masculinidade, ao menos até a época de Solon. Aristóteles consagrou um trecho de sua "Política" para tratar das gerações nobres como classe social, e tão arraigada estava esta na Grécia que Plutarco compôs, ao principiar o segundo século de nossa era, um tratado filosófico "Sôbre a nobreza", no qual refuta as opiniões daqueles que não admitem a ilustração da raça e se declara partidário dos de ilustre linhagem, além do que faz notar que coisa entende êle por nobreza, dizendo que é a origem distinta realçada pela virtude e que uma virtude pessoal é preferível à que só existe nas reminiscências históricas. Conclue o filósofo grego dizendo que a nobreza é boa em si, porém, com a condição de que, quem pretenda representar uma larga série de antepassados, sustenha dignamente seu nome por seu valor, seu talento e seu mérito pessoal".

Vê-se nos mais antigos tempos da velha Roma uma elite de sangue de acentuada tendência guerreira, representada pelos "patrícios" ou "quirites", que integravam o "populus", única que tinha o direito de cidadania e era formada por membros pertencentes às tribus genéticas. Com as reformas de Sêrvio Túlio a base da nobreza passou a ser a fortuna, com o que se abriu a primeira porta para romper o exclusivismo dessa classe, que, no entanto, continuou insulada no brilho de seus ouropéis pela proibição do matrimônio entre patrícios e plebeus. Perde mais tarde êste caráter, ao ser abolido tal impedimento e isto unido à conquista dos plebeus de todos os direitos e das mais altas magistraturas, faz com que o patriciado fique reduzido, na hora crepuscular da República, a uma mera ordem nobre com relação aos que não pertenciam a êle.

Ao lado do patriciado aparece então outra classe de

nobreza (“nobilitas”), integrada por todos aqueles cujos ascendentes, ou ao menos um, tivessem desempenhado uma magistratura curul, e a quem se dava o título de “nobiles”, porque eram gente conhecida. O plebeu que pela primeira vez na família alcançava um daqueles cargos, se denominava “*homus novus*” e se desligava dos vínculos familiares, sendo considerado o fundador da nobreza de nova família (“*auctor generis*”, “*princeps nobilitatis*”), formando os descendentes destes plebeus um “quasi patriciado” hereditário. Surgiram, posteriormente, mais duas classes superiores, reconhecidas e privilegiadas pela lei: a ordem senatória e a equestre.

Essa era a situação dos nobres de Roma quando os germanos invadiram o império. A maior parte dos autores afirma que estes tinham uma verdadeira nobreza antes da invasão, discordando, porém, quanto aos seus característicos. É, no entanto, indiscutível que entre os germânicos houve uma classe superior às demais, e nesta seus componentes estavam isentos de trabalho e tinham o direito de levar armas consigo.

Entre os anglo-saxões eram nobres os principais do reino, e entre os visigodos os que desempenhavam altos cargos no palácio do rei. Os cargos de condes e duques — tomados aos romanos — aparecem claramente nessa época. Encontram-se condes palatinos e militares entre os visigodos, e entre os longobardos houve duques que, segundo o uso romano-bizantino, governavam o país civil e militarmente e transmitiam aos filhos a nobreza e as suas propriedades. À época dos merovíngios, a milícia, o engenho e a propriedade caracterizam a nobreza, sendo a última, unida às duas outras, a que dava acesso à classe superior (“*miles*”), em relação aos que só tinham talento e exerciam as milícias (“*milites*”); porém, dentre estes últimos começaram a distinguir-se os que se dedicavam à cavalaria e que lutavam montados, o que, logo, originou a ordem dos cavaleiros.

No período feudal, entre os nobres uns deviam suas propriedades à conquista (“alódios”) e outros à doação do rei ou à de outro fidalgo, a quem rendiam “vassalagem”. Esta atomização da soberania e a conseqüente vassalagem, que é a viga mestra do período feudal, constituem a característica do feudalismo, época esta que Cantú considera como uma transição da barbaria à cultura e não como uma organização social. Cada nobre era senhor em seus domínios, sem prejuízo da supremacia que o rei tinha sobre todos; exerciam em suas terras a jurisdição, com a faculdade de criar impostos; arrogavam-se o direito de guerrear-se entre si, e constituíam uma classe fechada e hereditária.

Com o surto do absolutismo monárquico, foram abolidas as prerrogativas (soberania e jurisdição) da nobreza, que voltou a ser cortesã e burocrática, e que, para conservar-se em riqueza, recorreu à instituição dos morgados e vínculos. Cabe a Richelieu o ter feito desaparecer em França o feudalismo como instituição política, sobrepondo a autoridade do rei a todos os nobres, que se subordinaram ao fundamento de que “o rei reina pela graça de Deus”.

A revolução de 1789 transformou o panorama político-social da França e, conseqüentemente, o de muitos outros países. As idéias de Rousseau — que, neste particular, talvez tenham tido mais influência que as de Voltaire — e a “Enciclopédia” deram decisivo impulso aos debates em torno da questão social. Rousseau, no seu “Contrato social”, ampliando as teses esboçadas em “Emílio”, defende a liberdade do homem. “O homem nasce livre”, diz, e, se faz parte integrante de uma sociedade, a única soberania que deve ser reconhecida é a desta sociedade; mas, em seus argumentos, o autor apresenta mais eloquência que razões sólidas, deduções apaixonadas e a miúde injustas, a maior parte das vezes agastadas e contraditórias. Dêle são, as seguintes expressões contidas no “Contrato Social”:

“Tomando a palavra no rigor da acepção, jamais existiu democracia e jamais existirá. É contra a ordem natural que a maioria governe”...

E esta outra:

“Si houvesse um povo de deuses, êle se governaria democraticamente. Um governo tão perfeito não convém aos homens”...

Mesmo assim, a-pesar-de semelhantes idéias contraditórias, creio ter sido êle quem mais contribuiu com as suas doutrinas para precipitar a célebre tomada da Bastilha e posteriores acontecimentos.

Em quase todos os reinos, com o decorrer dos anos mesmo os morgados e vínculos foram extintos, com o que perdeu a classe nobre, ao estabelecer-se a absoluta igualdade perante a lei, as prerrogativas que ainda lhe sobravam, convertendo-se em padrões de honra os títulos de nobreza.

*

Interessa-nos, particularmente, o evoluir da nobreza na península ibérica.

Ao contrário do patriciado romano, nascido ao calor e conforto da cidade, consagraram os nobres portugueses a sua vida à cimitarra e ao arado e dêles obtinham os seus elementos econômicos e a classificação de sua categoria.

Escapado à derrota de Guadalete, em 713 da nossa era, quando os árabes invadiram as terras íberas, Dom Pelaio, última vergôntea dos reis godos, se retirou para as cavernas quase inacessíveis de Covadonga, nas Astúrias, e aí formou o núcleo dessas hostes aguerridas — godo-romanas e autóctones — que, por mais de seis séculos, reconquistaram, palmo a palmo, as terras de Espanha e Portugal. Em estado de grande penúria, sem teto nem abrigo, pois tôdas as suas propriedades se achavam em poder dos mouros, os cristãos, por muitos anos, não usaram de distinção alguma, senão a sua intrepidez e a sua força física. Sob a bandeira de Dom Pelaio, o culto da liberdade bem depressa reuniu uma pléiade de guerreiros, que de tôda a península corriam a alistar-se sob o seu comando. Com os despojos oriundos das vitórias obtidas contra o invasor, acumularam recursos que lhes permitiu oferecer grandes batalhas campais e, conseqüentemente, fundar o reino das Astúrias. Enquanto iam resgatando o território peninsular da dominação ádvena e

em que correra, a rodo, o seu sangue e o dos inimigos, os que mais se distinguiram pelo seu valor foram adquirindo e acumulando vastas propriedades à custa do inimigo comum.

Posteriormente, outras distinções apareceram, qualificando aqueles que revelavam certa superioridade. Assim, aos que pelejavam com espada e escudo, deu-se o nome de “escudeiros”; aos que combatiam montados, “cavaleiros”; e aos que mais se tinham enriquecido com os despojos dos inimigos, deu-se o nome de “ricos-homens”.

Transformado o pequeno reino das Astúrias, à força de vitórias, no mais vasto de Oviedo, e depois na poderosa monarquia de Leão, introduziu-se entre os nobres íberos nova nomenclatura hierárquica, composta dos títulos de “ricos-homens”, “infanções” e “vassalos”. Da corte de Leão esta classificação passou para a de Dom Afonso Henriques.

A princípio apenas designando os possuidores de grandes propriedades, a denominação de rico-homem passou, então, a ser considerada como título de nobreza. Mas tal outorga obrigava os favorecidos a encargos especiais. Os reis sustentavam os “seus” soldados e os ricos-homens eram obrigados a manter um certo número dêles, segundo as suas riquezas. Como privilégios, davam-lhes o comando dos exércitos, das praças de primeira ordem e das províncias e sobre a sua autoridade prevalecia somente a do soberano. O distintivo desta dignidade era o pendão e a caldeira. Ambas as coisas êles traziam na guerra: aquele, na frente, como bandeira, na qual vinha pintada a caldeira e uma divisa para se distinguir dos demais ricos-homens; e esta na retaguarda, para fazer a comida para os soldados. Foi em razão deste costume que depois se denominaram “ricos-homens de pendão e caldeira”. De várias famílias gaúchas é ascendente ilustre o mais antigo rico-homem de Portugal: Dom Egas Moniz, o fidelíssimo aio de Dom Afonso I. “Ricas-donas” era o título das espôsas dos ricos-homens.

O título de infanção originou-se na corte dos reis de Oviedo e era concedido aos filhos segundos dos fidalgos, primeiro, indistintamente, depois, por mercê régia. Era um

título puramente honorífico, que mais tarde se generalizou em Portugal. Os infanções, ao contrário dos ricos-homens, não “velavam as armas”.

Segundo a “Lei das Partidas”, de Dom Afonso, o “Sábio”, rei de Castela, que foi adotada por Dom Diniz, de Portugal, “vassalo é aquele que recebe honra ou boa obra do senhor, como o grau de cavaleiro, terras ou dinheiro por serviço assinalado que lhe haja de fazer”. Havia três categorias de vassalos: 1ª) os senhores de terras e os alcaides-mores, ou governadores de castelos e fortalezas, que dependiam do rei e lhe deviam prestar “preito e homenagem”; 2ª) os fidalgos “acontiados”, os quais não eram donatários da coroa, mas gozavam do privilégio de juro e herdade e a quem os reis pagavam certa quantia anualmente, motivo pelo qual eram obrigados não só a servir na guerra, como a levar, à sua custa, certo número de cavaleiros ou peões; e 3ª) os populares abastados que serviam na guerra, e que formavam uma classe muito inferior às precedentes. As duas primeiras foram pouco a pouco sendo proscritas em benefício da terceira, que foi prevalecendo até 1820, quando o título de vassalo se “crismou” no de súbdito.

A designação nobiliárquica de fidalgo nos veio do espanhol, de “hijo d'algo”, ou seja filho de homem que tem alguma coisa em nobreza ou em bens de fortuna. Foi no reinado de Dom Afonso III que êste título se incorporou ao léxico, para distinguir os “cavaleiros e escudeiros de linhagem”, dos que o eram por graça especial do Soberano. Dom Afonso V determinou que todos os fidalgos do reino entrassem ao serviço da casa real. Classificaram-os então em duas ordens e cada uma delas em três graus. A primeira era assim constituída: 1.º) fidalgo cavaleiro, 2.º) fidalgo escudeiro, e 3.º) moço fidalgo. A segunda era composta da seguinte forma: 1.º) cavaleiro fidalgo, 2.º) moço da câmara, e 3.º) escudeiro fidalgo. A todos se lhes davam “moradía”, que era certa paga recebida anualmente, segundo a hierarquia ou serviços de cada um. Ao escudeiro fidalgo da segunda ordem era permitido galgar categorías superiores até

atingir à dignidade de fidalgo cavaleiro da primeira ordem. A obtenção do primeiro fôro de nobreza condicionava-se à exibição de documentos comprobatórios da legítima filiação fidalga.

O título “dom” é de origem latina (“dominus”) e significa “senhor”. Nos primórdios do cristianismo, êste título só era dado ao Altíssimo. Depois se estendeu aos Papas, mas com uma variante: escrevia-se e se pronunciava “domnus”. Por muitos anos, só aos Sumos Pontífices se dava êste tratamento, mas depois se foi estendendo aos bispos e abades, e por fim aos monges de certas ordens. Dos padres e frades passou para os seculares. O primeiro dêstes que o usou foi Dom Pelaio, no princípio do século VIII, quando no vale de Covadonga foi aclamado pelas suas tropas rei das Astúrias. Os seus descendentes — os reis das Astúrias, de Oviedo, de Leão e de Castela — seguiram seu exemplo e comunicaram o “dom” a suas espôsas e filhos.

Os primeiros reis portugueses é quem conferiam êste tratamento, mas sòmente o davam em prêmio de grandes serviços, não permitindo que dêle usassem nem mesmo os seus filhos bastardos. Assim, no seu testamento, Dom Sancho I nomeia sem esta designação quase todos os seus filhos ilegítimos; e Dom Diniz, que deixou boa porção dêles, os não trata por “dom” em suas disposições de última vontade, nem mesmo a sua filha espúria Maria Afonso, nem as suas noras Tareja Martins e Fróila Anes. No fim do século XV e princípio do XVI, êste título ainda era muito ambicionado, e Vasco da Gama, pela descoberta do caminho marítimo para a Índia, se deu por muito bem premiado com a mercê dêste tratamento e com uma tença anual de quatrocentos mil réis. Com o decorrer dos anos, porém, foi êle perdendo sua valia, até, que Dom José I o concedeu às espôsas dos comerciantes matriculados na praça de Lisboa.

Quanto aos títulos nobilárquicos pròpriamente ditos, obedecem à seguinte hierarquia:

Príncipe — Os imperadores romanos já usavam esta denominação, que procede de “princeps”, “primum caput”,

o primeiro. Designa, de um modo genérico, os reis e os imperadores, e os seus filhos, que são considerados “príncipes de sangue”. Excepcionalmente este título é concedido a pessoas não pertencentes diretamente à “casas reais”.

Duque — É de origem romana e vem de “dux”, que significa condutor de homens, de soldados. Este título passou dos romanos aos visigodos e, em 713, com a invasão dos árabes na península ibérica, dali desapareceu juntamente com os demais qualificativos de nobreza, mas subsistiu na Europa Central, onde foi introduzido pelos lombardos. Na Europa, bem de-pressa as casas ducaes se multiplicaram, principalmente na Alemanha, França e Inglaterra. Em Portugal não houve tais titulares até o reinado de Dom João I, que, em 1415, em Tavira, no retôrno da tomada de Ceuta, fêz Duque de Coimbra a seu terceiro filho, o Infante Dom Pedro, e, Duque de Vizeu, a seu quarto filho, o famoso Dom Henrique, o de Sagres, que também então fêz Senhor da Covilhã.

Afóra SS. AA. as Duquesas de Goiaz e do Ceará, filhas legitimadas de S. M. I. o Senhor Dom Pedro I, e o Duque de Santa Cruz — S. A. o Príncipe Dom Augusto Carlos Eugênio Napoleão de Beauharnais, Príncipe de Eichstadt, que foi o único Príncipe estrangeiro agraciado com um título brasileiro — o Império do Brasil entre os seus titulares conta apenas com um duque: o grande soldado Luiz Alves de Lima e Silva, que foi Barão, Visconde, Conde, Marquês e, por fim, Duque de Caxias.

Marquês — Não tem, como duque e conde, sua origem nos romanos, porém, nos germânicos, que davam este título aos governadores das suas províncias fronteiriças, chamando-os de “markgraff”. “Marchiones” chamavam-se, na Itália, aos capitães a quem era confiado o govêrno das “marcas” ou terras limítrofes. Aos que exerciam idêntico cargo na França, denominavam “marches”, que, no reinado de Luiz, o “Bom”, se modificou para “marquis”. O primeiro marquês que houve em Portugal foi Dom Afonso, Conde de Ourem, primogênito de Dom

Afonso I, Duque de Bragança, que o fêz Marquês de Valença, em 1451.

Conde — Durante largo tempo êste título ocupou o primeiro lugar na hierarquia nobiliárquica, e é o mais antigo. O imperador Valeriano, tendo nomeado um conselho de senadores para o auxiliar no govêrno, obrigava seus membros a segui-lo por tôda a parte, pelo que se começaram a chamar “comites”. Mais tarde, o título se estendeu aos governadores das provincias. Em breve esta designação foi ambicionada e solicitada por inúmeras pessoas de distinção e o soberano permitiu que elas juntassem o título “comes” ao seu cargo. Assim, chamava-se “comes-rei-privatæ” ao que hoje se denomina “mordomo-mor”, “comes-sacravestis” ao “camareiro-mor”, “comes-sacrarum-largitionum” ao “veador”, e assim sucessivamente. Os germânicos, conquistando Roma, tomaram dos vencidos o título de “comes”, ou conde, e o deram aos seus principais cortesãos. Da Itália, êste hábito passou às Gálias e à península ibérica. No tempo dos reis de Oviedo e Leão a parte de Portugal resgatada aos mouros era governada, em seu nome, pelos Condes de Coimbra, Idanha, Porto, Braga e Vizeu. Dom Afonso VI, de Leão e Castela, erigiu Portugal em condado no ano de 1093, dando-o a sua filha D. Teresa e ao marido desta o Conde Dom Henrique. Dom Afonso Henriques, aclamado rei de Portugal pelos portugueses, organizou sua côrte mas não fêz mercê desta dignidade nobiliárquica a ninguém, apenas conservou os que já havia, nomeados pelos reis de Oviedo e Leão, tais como o seu mordomo-mor o Conde Dom Mendo de Souza, o Conde Dom Fernão Martins, o “Bravo”, genro daquele monarca, e outros poucos que já eram condes por haverem herdado os títulos de seus pais e avós. O rei Dom Diniz foi o primeiro monarca português que conferiu tal honra, agraciando com ela a Dom João Afonso Teles de Menezes, que, em consequência, passou a ser o 1.º Conde de Barcelos.

Visconde — Também de origem romana, é de hierarquia imediatamente inferior a de conde ao qual substitua

na função pública. É corruptela de “vice-conde”. Destruído o império romano, e passados muitos anos, se foi dando êste título aos primogênitos dos condes, enquanto estes viviam. Por fim, foi outorgado a muitos que não eram filhos, nem parentes de condes. Em Portugal, foi criado êste título por Dom Afonso V, que, em 1476, agraciou a Dom Leonel de Lima com o título de Visconde de Vila Nova da Cerveira, após a batalha de Toro, na qual também se cobriu de glórias um dos ancestrais da família Pinto Bandeira, há mais de dois séculos radicada neste Estado.

Barão — Vem de baixo latim, de “baro”, que significava “homem”, ablativo de “vir”, “viro”, na acepção de homem valente. Mais tarde passou a ser concedida esta qualificação ao homem de respeito e autoridade. Pouco a pouco, foi adquirindo importância e com a palavra “barão” passou a ser indicado o homem poderoso em bens e senhorios, muito embora fôsse êle duque, marquês ou conde. Com o tempo foi se dando êste título aos proprietários das grandes quintas senhoriais, que se elevavam então em baronia. Em Portugal, foi seu introdutor Dom Afonso V, honrando com nomeação de Barão de Alvito, em 1475, a João Fernandes da Silveira. Foi êste o único título de barão que houve em Portugal por espaço de duzentos anos.

As ordens de cavalaria, que, segundo Léon Gautier, são “a forma cristã da condição militar” — instituições semi-religiosas, semi-guerreiras —, surgiram em Portugal como as dos demais países: Encontram elas suas origens no místico fervor da religião. No meio da ignorância e da anarquia da Idade Média, foram a salvaguarda dos oprimidos e o terror dos opressores. Sustentadas pelo espírito de união que delas formava o principal elemento e pelas heroicas façanhas de seus membros, as ordens de cavalaria foram pugnazes na defesa dos Estados em que as instituíram, sobretudo em Portugal e na Espanha, onde cooperaram eficaz e poderosamente na expulsão dos mouros. A qualidade de membro de uma destas ordens, em qualquer de suas categorias, já representava nobreza pessoal vitalí-

cia, que se refletia, sobretudo, nos filhos dos condecorados, De Portugal-Reino, as ordens honoríficas, segundo a sua antiguidade, são as seguintes:

— Ordem de São Julião do Pereiro, instituída em 1098, passou à Espanha com o nome de Ordem de Alcântara;

— Ordem de Malta, criada no ano de 1100, por Godofredo de Bouillon, em Jerusalém, foi introduzida em Portugal no reinado de Dom Afonso I, e possuiu o Priorato do Crato e o Bailliado de Leça;

— Ordem dos Templários, criada na Palestina, foi introduzida em Portugal no ano de 1126 e dissolvida em toda a cristandade em 1311;

— Ordem de São Miguel d'Ala, instituída por Dom Afonso I, em 1167;

— Ordem de São Tiago, que foi criada por Dom Fernando II, de Castela, e se tornou independente, em Portugal, em 1288;

— Ordem de Cristo, instituída por Dom Diniz, em 1319, com a maior parte dos bens da Ordem dos Templários;

— Ordem de São Bento de Aviz, que é a mesma que a de Calatrava, de Espanha, da qual se separou em 1385;

— Ordem da Madre Silva, instituída por Dom João I;

— Ordem dos Namorados, também criada por Dom João I e de curta duração como a da Madre Silva;

— Ordem da Frecha, instituída por Dom Sebastião, morreu com o seu reinado;

— Ordem da Torre e Espada, foi instituída por Dom Afonso V, o "Africano", em 1459, porém, tendo decaído, foi renovada, no Brasil, por Dom João VI, em 1808;

— Ordem de Santa Izabel, instituída por Dona Carlota Joaquina unicamente para as damas da primeira grandeza; e

— Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, instituída por Dom João VI, em 1818, no dia de sua ascensão ao trono de Portugal.

*

Enquanto fomos Brasil-Colônia, a nobreza brasileira sempre se regeu pela de Portugal. Após nossa emancipação

política, foram conservados os mesmos característicos portugueses da época e a mesma hierarquia nobiliárquica. Houve alterações, tão somente, nas ordens honoríficas.

A Ordem da Torre e Espada desapareceu, sendo substituída pela Ordem de São Tiago da Espada, que foi de curta duração. A Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo subsistiu e veio até à proclamação da República. A de São Bento de Aviz sobreviveu mau grado o período republicano, e teve novo regulamento no governo de Deodoro.

Genuinamente brasileiras são as seguintes:

— Imperial Ordem do Cruzeiro, criada por S. M. I. o Senhor Dom Pedro I, no dia 1º de Dezembro de 1822, para assinalar de um modo solene a sua Aclamação, Sagração e Coroação como Imperador Constitucional do Brasil e seu Perpétuo Defensor.

— Imperial Ordem de Pedro I, instituída em 16 de Maio de 1826, pelo mesmo Imperador, para comemorar de maneira distinta o reconhecimento da Independência do Brasil pelas Nações estrangeiras. Esta Ordem, que ficou sem regulamento até 1842, foi concedida a diversos Monarcas e a pouquíssimas outras pessoas.

— Imperial Ordem da Rosa, estabelecida, ainda pelo mesmo Soberano, para perpetuar a memória do seu consórcio com a Princesa Dona Amélia de Leuchtenberg e Eichstadt.

Vieram até o segundo Império somente as Ordens de Cristo, de Aviz, do Cruzeiro e da Rosa.

O decreto 227 F, de 22 de Março de 1890, declarou abolidos todos os títulos nobiliárquicos, foros de nobreza e ordens honoríficas estabelecidos pelo antigo regime, com exceção das Ordens de Aviz e do Cruzeiro.

Em 6 de Junho do mesmo ano foi instituída a Ordem de Colombo, destinada aos civís e militares, e, logo no dia seguinte, isto é, em 7 de Junho, o decreto 227 F, foi em parte revogado, pois, foi decretado que “subsistirão na parte em que forem compatíveis com o atual regime democrático, as honras, direitos e isenções ligadas aos títulos e condecora-

ções de que trata o decreto 227 F". Nesse mesmo ano a Ordem de São Bento de Aviz tornou-se privilégio da carreira militar, para, pouco depois, desaparecer juntamente com a do Cruzeiro.

Possuímos, atualmente, três ordens honoríficas no Brasil:

— Ordem do Cruzeiro do Sul, que data de 1932 e se destina a premiar os méritos dos estrangeiros que se fazem dignos da gratidão brasileira;

— Ordem do Mérito Militar, criada em 1934 e destinada aos militares do Exército e a civís; e

— Ordem do Mérito Naval, instituída em 1934 e destinada aos militares da Marinha e a civís.

O estabelecimento destas três ordens honoríficas vem demonstrar, cabalmente, que a nossa nova Constituição, a exemplo das que a antecederam, admite e aceita e estimula a "nobreza por mérito". E não só aprova isto, como também reconhece a "nobreza hereditária" e as suas conseqüentes prerrogativas de classe, do que temos um exemplo nos filhos de oficiais superiores, do Exército e da Marinha, que gozam de direitos e isenções em seus estudos nos colégios militares. Valho-me de tais considerações, para demonstrar que não há nenhuma incompatibilidade entre o regime republicano e a nobreza, quer pessoal, quer herdada; e que, ao contrário do que vulgarmente se pensa, é o próprio Estado que a estimula e ampara.

Devo, ainda, dizer que, como em todos os demais países do mundo, também temos a aristocrática burguesia endinheirada, que pretende constituir-se em "nobreza de casta"...

*

Diante de quanto vindes de ouvir, pergunta-se: Que razões existenciais encontra a nobreza na atualidade?

Conforme relatei no começo de minha oração, é indiscutível que esta classe corresponde à necessidade de manter viva a virtude coletiva à força do avoengo.

“A idéia de solidariedade, de mancomunação ou fraternidade cristã, que, segundo Worms, se impõe como um protesto contra o individualismo desagregador, tem sido sempre a alma das sociedades bem organizadas e do seu espírito coletivo, sem o que não se concebe a existência das nações, das casas solares e das famílias. Nelas mantêm vivo o respeito aos maiores, o culto do passado, a consideração mútua, o auxílio recíproco, o amor à tradição, o devotamento à linhagem. Uma família que, por sua disciplina espiritual, souber honrar os seus antepassados, será, sempre, nobre e nobre chegará à posteridade, mesmo através da cólera, do ódio ou dos achincalhes da estultícia.

“Um nome ilustre — disse Sua Santidade Leão XII — jamais deixará de ter eficácia para aquele que souber dignamente levá-lo”. Eis aqui, porém, a pedra de toque do seu poder: Dignificar o apelido herdado, que, como arma excelente e de imensa fôrça, só serve a quem a sabe manejar.

Da mesma forma, não basta o título honorífico para fazer o nobre, desde que este não possua as correspondentes virtudes inerentes à nobreza,

“Pues si honor puede ganar
Quién sin él nació, no es cierto
Que por el contrario puede,
Quién nació con él perderlo?”

“Noblesse oblige”, sentencia o espírito francês. Esta obrigação consiste em não deslustrar uma tradição de honra, de valor e de galhardia, em não descer, em não baixar, em não regredir pela ignorância ou pelo vício à linhagem plebéia, que, segundo a frase cervantina, “sirve sólo de acrescentar el número de los que viven”.

Não são nobres aqueles que só sabem enumerar os nomes dos seus avós, nem aqueles que estão, como canta Camões,

“... encostados sempre nos antigos
Troncos nobres dos seus antecessores”,

nem aqueles que, narrando-lhes as virtudes e os valores, não sabem do exemplo que eles lhe dão, nem deles tiram ensinamentos a sua conduta moral, pois, “não ha verdadeira nobreza sem o adorno da virtude propria & merecimentos adquiridos: confitem estes, & aquelles, nos feitos heroicos obrados em defesa da fé, no acrefcentamento da patria, & na boa administração da Republica, acções com que louvavelmente se grangea a nobreza do mundo”.

Ser ocioso, inútil, de sentimentos relaxados por falta de princípios e de qualidades próprias, incompetente para compreender a elevada significação da História da família, cujos lustres lhe servem apenas de jactâncias, não é ser nobre nem fidalgo; é pertencer novamente a uma camada inferior; é regressar à massa anônima donde um dia a família surgiu pelo valor do seu chefe, e onde volta a ingressar pelas vilezas dos seus

“... viciosos sucessores,
Que degeneram certo, e se desviam
Do lustre, e do valor dos seus passados,
Em gastos e vaidades atolados”.

Por outro lado, a nobreza — quer seja, na actualidade, intelectual, militar ou cortesã — deve desempenhar uma função de dúplice aspecto: O de ordem social e o de ordem política, mediante actividades que se orientem para o amparo e assistência aos necessitados e para as cogitações que entendem com os negócios públicos.

“Por caritativo amor ao povo — diz Gil Robles —, não se lhe pode escamotear, antes, é forçoso dar-lhe, com circunspeção, a plenitude das liberdades adquiridas, porém, velando-as sempre para que não as convertam na licenciosidade que aplaina os caminhos à tirania. Para prevenir, enquanto é possível, o absolutismo exercido a título de direcção tutelar — o que, ainda que circunstancialmente lícito, está erichado de perigos e de inconvenientes — á aristocracia se deve pedir um patronato consuetudinário e efetivo

sôbre as outras classes, seus irmãos menores, afim de que não percam, menoscabem, nem manchem a parte de democracia e autarquia que lhes pertence e lhes incumbe guardar, e que as não cedam, como hoje está acontecendo, por preço mais vil do que o pelo qual Esaú cedeu a primogenitura”.

O amparo dos nobres deve, na ordem política, transformar-se em participação efetiva das funções do govêrno, mas levando em conta que, nos tempos atuais, se não pode invocar o conceito que inspirou Montesquieu a dizer: “... os nobres devem participar da legislação, proporcionalmente às vantagens que têm no Estado, pelo que se deve organizar com eles um corpo que tenha o direito de opôr-se às emprêsas do povo, do mesmo modo que a plebe pode impugnar as suas”. Não, a nobreza não pode encastelar-se para estes fins egoístas em uma tôrre de marfim. É preciso irmanar com o povo, ao em vez dele separar-se com exclusivismos, que parecem provocações. Os nobres encarnam os princípios da tradição que, junto com os do progresso, garantem a estabilidade das instituições e a própria grandeza do Estado. Vemos, por exemplo, que a nobreza ingleza não repele o “self government”, por ser êle o mais poderoso auxiliar da democracia. E Taine diz que, mercê de sua fortuna e de sua hierarquia, o homem que pertence à nobreza está acima das necessidades e das tentações vulgares. Burke, a propósito, assim se exprime: “Por disposição de uma previsão maravilhosa, forma nossa Constituição um todo que imita a misteriosa união do gênero humano, conjunto que nunca é velho, nem jovem, e que, sendo sempre o mesmo, se desenvolve no meio de incessantes mudanças, de quedas e de renovações”.

Vasquez de Mello, ao fazer um apêlo cívico à nobreza espanhola e ao recordar-lhe seus grandes deveres, disse que “a igualdade natural é um fato tão natural como ela mesma; porém, a desigualdade de aptidões e das condições que produzem as superioridades morais — virtudes, talento e relevantes serviços prestados à Pátria — é que forma

uma minoria seleta, que possui todo o povo que se não improvisa.

As ameias de velho torreão — prossegue — um palácio deserto, um solar abandonado, um brasão carcomido pelo tempo, ainda que esteja coberto de saramagos e o sombreiem poupas de pedra, não nos trazem à mente a idéia de uma lápide de sepulcro, sob a qual há um cadáver. Representam-nos, sim, uma porta, detrás da qual há vários séculos que falam a gerações sucessivas e lhes dizem com voz imperiosa:

— Não ganhámos estes títulos, nem estes brasões para que sejam como um degrau mais alto na escala das vaidades sociais; conquistámo-los para que prolonguem os altos feitos que os iniciaram.

Porque são o símbolo de abnegações, de sacrifícios heróicos, de virtudes gloriosas de varões fortes, que mandam com voz imperativa a seus descendentes que os imitem, é por isto que acrescentam: Não importa que a fortuna tenha minguido com um industrialismo com o qual não contáveis e com uma desvinculação que vos deixou sem o patrimônio material que nós vos legámos, basta a herança moral das grandes façanhas para que, nas horas de crise da Pátria, deis um exemplo às multidões.

Senhores:

Escutai essa voz! Fazeis parte da História, e como árvore escachada ela ficará, se lhe arrancarem, violentamente, os nomes de toda nossa velha aristocracia, com os emprehendimentos gloriosos que representam. Mesmo assim, porém, nas horas críticas, nas horas supremas, ela dirá:

— Dai o exemplo! Fazei de cada lar uma escola de nobreza e de patriotismo, sem que vos importe ter ou não ter fortuna; possuíis um patrimônio espiritual e este basta; porque não importa que os cavaleiros sejam mendigos, desde que os mendigos sejam cavaleiros!”

Disse.

Discurso do Dr. Dante de Laytano saüdando o Dr. Mário Teixeira de Carvalho

Mário Teixeira de Carvalho!

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, na sessão de hoje, reúne-se para receber-te.

Deram-me a honra de ser eu o orador.

BIOGRÁFIA.

O livro é o retrato de um intelectual. Mário Teixeira de Carvalho, ao mesmo tempo genealogista de grandes recursos e jovem médico de bom nome profissional, tornou-se sem esforço, sutilmente, íntimo da heráldica e da psiquiatria. Jornalista, ocupou o lugar de redator do "Correio do Povo" e trabalhou na imprensa do Rio de Janeiro, n' "O Jornal", entre outros. O homem de ciência, o professor de curas, o jornalista, não está agora presente a não ser pelo seu nome, porque, neste instante, o historiador do patriciado riograndense é o aplaudido.

Emilio Roncati, ensaísta italiano, dizendo que o impulso da imaginação domina por completo o homem, reuniu num volume original conceitos sôbre a liberdade, a mocidade, a vontade, o pensamento, a verdade, a beleza, a justiça e a paz, chamando-os de ilusões.

O abstrato e o real muitas vezes são mesmo ilusões, perdidas ilusões...

Mas foi armado dessas ilusões que chegaste até o nome de cultor das letras.

O estudo da nobreza lembra o que Antônio Reale disse na sua "Aristocracia", ao traçar certas vigorosas linhas de psicologia social, que Diocleciano, filho de escravo, terminou imperador romano. — "A aristocracia forma-se, na maioria das vezes, pelo concurso e pela concorrência dos chefes militares". A aristocracia, para Reale, compreende dois grupos: a aristocracia de governo e a aristocracia que não é de governo. O primeiro grupo é indiviso. O segundo se desdobra em aristocracia da arte pura, aristocracia da especulação, aristocracia da ciência aplicada e aristocracia do dinheiro.

A galeria da aristocracia moça da América brasileira, distribue-se nos corredores das categorias do pensador itálico.

Ninguém indagará da pureza e da coragem dos varões ilustres. Eles existiram até no trópico do continente do sol.

Lazurski ousou, na "Individualidades humanas", desdobrar o caráter físico e moral em tantas categorias, que o tema — alma — sugere as cousas mais absurdas.

A genealogia é aristocracismo. Não ha aristocracia sem citação de Nietzsche. O pagão do super-homem. "A democracia significa enxurro; significa permissão dada a cada parte do organismo de fazer o que quer; significa lapso de coerência e interdependência, entronização da liberdade e do caos. Significa adoração da mediocridade e ódio à superioridade".

OBRA

A bibliografia de Mário Teixeira de Carvalho é de mérito verdadeiro, elogiada pela crítica e apreciada pelo público de elite que lê história, lê e estuda.

"O nascimento de Gaspar Silveira Martins", tese apresentada ao I Congresso de História e Geografia Sul-Riograndense, revela uma organização intelectual séria, forte e de orientação segura.

Retificou a data de nascimento do grande tribuno e o lugar exato da casa, na Fazenda de Asseguá, em território uruguaio. Estudou a ascendência genealógica e a descendência do ilustre líder.

A comissão composta dos srs. João Maia, Walter Spalding e Jorge Bahlis, que examinou o interessante trabalho sobre Silveira Martins, disse que foi um estudo pormenorizado, "que chega a esgotar o assunto" e de seu "acentuado merecimento não haverá como desprezá-la, doravante, o historiógrafo riograndense".

"Memória relativa à criação do serviço de correio na Província de São Pedro", ensaio inédito, também apresentado ao I Congresso de História e Geografia Sul-Riograndense.

Dados curiosos, fontes desconhecidas e material novo, Mário de Carvalho dá-nos o resultado duma das pesquisas mais apreciáveis nessa contribuição valiosa.

Ocupa-se da origem do serviço postal, em 1798, no Rio Grande até às vésperas da República de Piratini, compreendendo a transcrição de documentos importantes, tais como alvará do Conde de Rezende, instruções para as juntas de fazenda, regulamento das "cartas seguradas", "das encomendas pelos paquetes marítimos", paradeiros de correios e outros officios.

A Comissão composta dos srs. Gaston Hasslocker Mazeiron, João Maia e Afonso Guerreiro Lima, chamada a dar parecer, referiu-se sobre a tese da seguinte maneira: "O seu autor não se limitou a fazer um esquema ligeiro mas escreveu, com muita documentação, um verdadeiro estudo no qual se revela intelectual de ótimas qualidades".

"Nobiliário Sul-Riograndense" é uma obra consagrada. Ramiz Galvão disse que o livro seria recebido com aplauso pelos que amam a nossa terra. E assim aconteceu. A manifestação unânime dos historiadores não tardou, pelo contrário, em seguida ela apareceu coroando os esforços do autor.

O nobiliário coleciona a genealogia, a heráldica e a biografia dos titulares do Rio Grande.

Barões de Santo Ângelo, Triunfo, Alegrete, Cacequí, Três Cerros, São Joaquim, São Borja, Taquarí, Irapuá, Guaíba, São Luiz, Viscondes de S. Leopoldo, Pelotas, Serro Azul, Viscondessa de Campinas, Marquesa de Apuleo, Condes de Rio Pardo, Boa Vista, São Clemente, Pôrto Alegre, Marquesses Herval, São Vicente, Tamandaré, Muritiba e tantos outros dignitários palpitam nas páginas bem feitas do dicionário de nobreza de Mário de Carvalho.

Ainda tem em preparo "Medicina riograndense no século XVIII" e "A colonização italiana", que serão dois ensaios de significativa expressão.

CORPORAÇÕES

Mário Teixeira de Carvalho tem seu nome ligado à cenáculos intelectuais famosos.

Pertence à Sociedade de Geografia de Lisboa, corporação de um passado brilhante.

Também, acaba de ser eleito, para o Colégio Aráldico de Roma, que reúne os mais definidos valores da genealogística neo-latina.

É sócio do Instituto Genealógico de S. Paulo, que há muito o recebeu como colaborador de honra.

O ELOGIO DA HERÁLDICA

Das sutilezas dos detalhes, das miniaturas coloridas, do ouro sôbre azul, Tribolati fez uma Gramática heráldica. Arte de bem escrever com um pincel um nome ilustre.

E a linhagem de amor e de heroísmo, de magia, orgulho, passado, desespero e bravura. Mais as evocações de histórias sanguinolentas e sentimentais. Lembranças, de mãos ducaís, de senhos nas paisagens virgilianas das fazendas. Brevíários de conquistas. Fé inabalável sempre presente na cruz de Cristo. Sugestões do Vocabulário Aráldico de Guelfi.

O escudo que mostra uma vida. Brasões evocadores. Esculpidos no bronze dos portões veneráveis, lavrados sôbre o mármore no silêncio das campas, cortados na madeira das carruagens, pintados nas sedas das bandeiras, desenhados nos cantos das cartas perfumadas, levados nos anéis de dedos aveludados, os brasões são ex-libris de memórias de viagens admiráveis.

A GENEALOGIA E O SEU SENTIDO HISTÓRICO

A biografia não pode dispensar a genealogia. A posição histórica da genealogia não é subsidiária, de afluente ou de segundo plano. Ela será sempre a prova material dum esboço de personalidade. Índice e rumo. O direito civil lhe dá um lugar apreciável. Mas na ciência das indagações sociológicas, onde figuras representam células políticas e morais, o roteiro duma vida, suas forças hereditárias e suas afinidades de carne, a genealogia é chamada para um lugar de destaque.

A genealogia não é como a história que procura, para si, uma filosofia, um doutrinismo ou uma sistematologia.

O teorismo da história traz inevitavelmente uma inquietação profunda ao escritor.

Na antiguidade classica, Heráclito sugeria, que se encontrava relações comuns entre a história da humanidade e a história do Universo. O antropocentrismo de Tucídides, Sófocles, Políbio, Tácito encheu o mundo antigo. Grécia e Roma criavam fórmulas intelectuais, transformando as equações filosóficas.

O cristianismo, com os evangelistas, epistológrafos, os padres apostólicos, os doutores, os santos padres, os apologistas, os escritores eclesiásticos, construíram a história de Deus. Polêmicas movimentaram a existência dessas figuras luminosas.

Cieszkoski e Towianski eternizariam, modernamente, os debates divinos.

Tôda a filosofia atual da história, desde Bodin, Vico,

Condorcet até Spengler, Ludwig, Nietzsche é uma contínua renovação.

A genealogia entretanto é sereníssima. Não sofre influxo de épocas. Seu período de evolução decorre calmo.

Mas é a verdade nua. Absolutamente presa ao documento. Longe das interpretações brilhantes ou fastidiosas.

Os cartórios dos bispados, os registos civis, as escrituras de orfãos não são temas de inspiração poética.

Quando muito um Balzac para completar o ciclo da comédia humana, teria escrito seu "Coronel Chabert". Mas a poeira dos velhos autos, dos maços de certidões, apenas friamente impõem o certo.

O sentido histórico da genealogia é que ela representa o exato na sua pureza integral.

O NOBILIÁRIO E O MAGNÍFICO

O nobiliário é sempre qualquer coisa de magnífico. Jacob Burckhardt, na sua esplêndida "Civilização da Renascença na Itália", conta-nos como no século XVI, a península mediterrânea esforçava-se em ser fina. Jovius acusa Maximiliano Sforza, de modéstia na polidez. O florentino Giovanni della Casa, que se intitulava Galateo, escreveu um "Manual de Boas Maneiras". O mundo dos descobrimentos marítimos, reduziria a sombras o requinte dos trajes e dos costumes. Mas desta época distante, a humanidade aprendeu as mais elegantes lições de finura. Um tanto inesquecível. Diluíram-se. E foram adaptando-se às sociedades práticas e rápidas. O culto da velocidade é incompatível com o boudoir e com o guarda-roupa masculino. Um livro de nobiliário, mesmo de uma aristocracia perdida numa selvagem América é um entretenimento de magnificiência. Apenas não se deve esquecer de reduzir essas proporções. Mesmo assim tivemos granjeiros-barões que não montavam senão em cavalos com arreio de prata. Nobreza rural que hospedava impe-

radores das linhas mais célebres. Soldados, com o título de grandeza representando o tipo guerreiro da aristocracia carlovíngia. O nobiliário brasileiro é um poema militar-campesino.

O Instituto Histórico e Geografico saúda seu novo confrade: Dr. Mário Teixeira de Carvalho.

Discurso do R. P. Luiz Gonzaga Jaeger, S. J. ao ser recebido no Instituto.

O Clero e a Emancipação Política do Brasil

Prólogo

Se neste momento me vistes transpor com um mixto de incoercível acanhamento e religioso respeito as umbreiras dês-te augusto templo do saber, onde, nos treze anos que freqüento estas sessões, tenho visto pompear sobranceiras tantas inteligências peregrinas, e fulgir constelações de primeira magnitude no campo da história e da geografia, — devo confessar, com inteira lhaneza, que a minha admissão ao quadro dos sócios efetivos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, considero-a mais como homenagem tributada à minha sempre prezada mãe espiritual, a Companhia de Jesús, e ainda como preito de saudável memória prestado a dois irmãos meus de hábito, — do que a méritos pessoais meus na esfera das investigações históricas ou geográficas.

Com efeito, êste preclaro Instituto jamais deixou de regatear os seus aplausos ao que os filhos de Santo Inácio, antigos e modernos, realizaram em prol do Brasil, em geral, e em benefício dês-te nosso estado natal, em particular. Porisso me valho do ensejo para hipotecar a meus novéis confrades o meu mais profundo reconhecimento por essa atitude, sobretudo no que concerne ao preito rendido a meus mestres, os reverendos padres João Batista Hafkemeyer, arrebatado do meio de nós em 10 de fevereiro de 1924, e Carlos Teschauer, que passou à melhor vida aos 16 de agôsto de 1930, ambos sócios fundadores desta entidade científica.

Quando os amigos do nosso Instituto, abusando da grande amizade que me a êles prendia, se lembraram de que, contando o Instituto Histórico e Geográfico entre os seus iniciadores dois jesuítas, não ficava bem não contar mais entre os seus componentes nenhum irmão de Anchieta e Roque González, entenderam que a vítima da sua bondade devia ser um obscuro professor de história no Ginásio Estadual Anchieta e apaixonado ledor de papéis poeirentos que tratam do nosso passado rio-grandense; e, às vezes, em horas subtraídas ao repouso diário ou ao descanso das férias, escreve algum folhetinho ou se mete a fazer escavações de problemático valor.

Assunto da tese.

Feita essa ressalva aos meus serviços prestados à investigação histórica, passemos, sem mais, ao assunto que êsse beneditino da nossa história, o bom dr. Eduardo Duarte, e esoutro ativo jovem historiador, o amigo professor Walter Spalding, me apontaram como tese da minha admissão: **“O clero e a emancipação política do Brasil”**. Justificam êsses senhores a sua escolha com o motivo de essa matéria enquadrar-se òtimamente no rico programa das solenidades da “Semana da Pátria”, que vimos de celebrar nesta capital, e ainda porque esperavam que a mencionada matéria, por natureza delicada, sendo proposta por um sacerdote, mais objetivamente poderia ser ventilada, tirando ao mesmo tempo a um orador leigo a espécie de querer desabonar o estado clerical.

Entretanto, a bem da verdade, devo manifestar que o tema, sobre não ser pròpriamente da minha especialidade, se me apresentava, de início, pouco simpático; pois que, se como cristão a lei da caridade me vedava o descobrir fraquezas alheias, muito mais me repugnava ter que meter a mão em chaga aberta por indivíduos da mesma classe e expor um quadro de dolorosa realidade. Mas acabei conformando-me com o assunto indicado, na convicção de que, se como historiador sereno e imparcial eu teria a ombridade indispensável para não faltar à verdade, minha qualidade de sacerdote e brasi-

leiro me inibia de condenar *a priori* tudo quanto levaram a cabo colegas patricios pela grandeza da nossa terra.

Noção de patriotismo.

Antes de mais nada, tentemos esboçar a noção do verdadeiro patriotismo, virtude essa cuja definição nenhum filósofo ainda logrou dar-nos, pôsto-que todos sentimos perfeitamente que ela outra coisa não é que “o amor à pátria”. Através dos séculos, essa virtude tem produzido nos corações humanos os mais eloqüentes rasgos de generosidade, enchendo de exemplos os mais fúlgidos as páginas da história profana e eclesiástica.

Paramos extasiados perante a figura máscula de um Moisés, o mais iluminado legislador e o mais ardoroso amante do seu povo em tôda a antiguidade; arrebatam-nos o acrisolado patriotismo dos irmãos macabeus, que, um após outro, foram tombar no campo da honra no santo empenho de restituir ao povo de Israel a sua autonomia; lição de amor cívico para tôdas as gerações é a tenacidade indomável de um Leônidas, opondo uma barreira intransponível à alude persa no desfiladeiro das Termópilas; e, senhores, quem nunca se curvou reverente perante Vetúria, essa intrépida matrona romana, genitora de Coriolano, a qual ameaça o filho rebelde de, caso se atreva a entrar em Roma, tão sómente o conseguirá passando por cima do cadáver da própria mãe? Porisso os velhos romanos cantavam e se inebriavam nesta sua sentença patriótica: “*Dulce et decorum est pro patria mori*”; doce e honroso é dar a vida pela pátria.

Todavia, ao assomar no palco da humanidade o cristianismo, o antigo axioma latino, outrora tão sagrado para os romanos, o “*Salus populi suprema lex esto*” — lei suprema seja o bem-estar do povo, — desde muito era letra morta.

Vieram os novos arautos de Cristo, com a sua singular doutrina, a qual fazia iguais todos os homens, ensinava que todos se deviam amar uns aos outros como a si mesmos, e, coisa inaudita para orelhas materializadas, afirmava que este

mundo era apenas uma passagem para uma pátria melhor, ultraterrena. E tanto convulsionaram o antigo império romano os mensageiros de Cristo, que, em breve, pôde escrever S. Justino mártir: “Os que antes eram escravos da sensualidade só encontram hoje alegria numa vida pura e sem mancha; os que antigamente preferiam o ouro a tudo, dão agora quanto possuem aos pobres; os que em outro tempo se odiavam e não queriam ter nenhum trato com homens estranhos pela pátria ou pelos costumes, depois da vinda de Cristo, vivem em paz com os seus inimigos, oram por eles e procuram abrandar os que os perseguem por ódio”. (*Apud Espasa, Enciclopédia*, vol. 42, p. 861).

Mas não concluamos daí que o Messias, que deu a vida pelo resgate de todos, nos proíba termos as nossas simpatias por este ou aquele país. Ele mesmo declarou à mulher cananéia que havia sido enviado em primeiro lugar para salvar as ovelhas que se transviaram da casa de Israel, da qual nascera segundo a sua humanidade; o Filho de Deus chorou amargamente a futura destruição da formosa Jerusalém e o pavoroso castigo em que ia incorrer a nação deícida, esse povo que ele tanto amara. Nem o apóstolo S. Paulo teve o mínimo reparo em acentuar a sua condição de cidadão romano a bem da sua sagrada missão.

Aos olhos da Igreja, tanto é merecedor de admiração uma Santa Joana D'Arc, que, à frente de tropas aguerridas, expulsou o invasor da sua terra natal, como um João Sobieski, infligindo tremenda derrota aos muçulmanos junto aos muros de Viena. Na apreciação dos católicos, benemérito da pátria é o humilde professor de letras primárias, que principia a plasmar o coração do futuro cidadão, como o é o médico, arrancando das garras da morte o seu semelhante; digno de consideração é o advogado, o engenheiro, e ainda o modesto operário, que sustenta honradamente a sua família; o padre, que ensina a virtude e estigmatiza o vício; a mãe, que dá filhos a seu povo e, até, o pequeno escolar que frequenta com assiduidade o colégio, preparando-se para no porvir ser útil à sua pátria.

Exemplo típico de são patriotismo deram, anos antes da conflagração européia, as mães alemãs, quando Guilherme II lhes fez um apêlo no sentido de lhe darem mais soldados. E no prazo de um ano puderam elas oferecer ao Imperador algumas dezenas de milhares de filhos varões.

Necessidade do patriotismo.

O preceito divino de honrarmos pai e mãe nada mais é que a exigência de uma submissão temporária e uma gratidão perpétua para com aqueles que foram os autores dos nossos dias e nos cumularam dos mais assinalados benefícios. E por essa mesma razão mandava S. Paulo aos cristãos de Éfeso que obedecessem com temor e tremor, e de coração sincero, até aos superiores seculares e pagãos, como ao próprio Cristo. (Efes. 6,5).

Se é verdade o que ensinava Platão, que a “pátria nos gera, alimenta e educa”, será incontestavelmente um dever do mais rudimentar reconhecimento querermos ao país que nos viu nascer, uma vez que a êle devemos benefícios incalculáveis. Efetivamente, à pátria devemos o respeito que outras nações nos tributam; a ela, a segurança nacional, a defesa dos nossos direitos e interesses pessoais; é da idéia da pátria que brota espontânea essa convicção de nos sentirmos todos irmãos numa só e grande família; foi a pátria que nos mimoseou com o formoso idioma que falamos e que com tanto carinho denominamos “lingua materna”. E, por-fim, no que toca ao Brasil, é fato isento de tôda a controvérsia, que a êle devemos bens espirituais que muitos outros cidadãos não gozam, como seja o livre exercício da nossa crença religiosa. Como seria, pois, possível a um coração bem formado permanecer frio e indiferente, sempre que a honra e o bem-estar da nossa nação estivesse em jôgo? Até o amor próprio bem ordenado nos impõe o sagrado dever de nos collocarmos instintivamente do lado da pátria, prontos a lhe prestarmos todos os sacrifícios, tanto em horas de bonança como nos dias de perigo.

Já ninguém hoje põe em dúvida que a nação, como tal, seja uma instituição não só fundada na vontade divina, mas também necessária para que o indivíduo possa atingir o desenvolvimento das suas aptidões físicas e morais. O sentimento nacional, ou o patriotismo, é indispensável para a vida harmônica das nações entre si, como ainda para os interesses da própria humanidade. Tôdas as nações têm, no plano da Providência, uma missão que cumprir, às vezes bem manifesta, mas ordinariamente oculta à nossa curta visão.

Chegado a êste ponto da minha deslavada palestra, não me posso furtar ao prazer de recordar um caso que os velhos já conhecem e que eu quisera inculcar nos ânimos dos moços, precípuamente dos que foram e são ainda meus alunos. É o reconhecimento oficial da igualdade de tôdas as nações, quer grandes, quer pequenas, conquista jurídica insuperável, que devemos ao gênio de um patricio nosso, o baiano Rui Barbosa. Embora contrário à política do Presidente Rodrigues Alves, êste, num rasgo de gentileza, deu a Rui, no ano de 1906, a honrosa incumbência de representar o Brasil na segunda Conferência de Paz, em Haia, aonde convergiu, em luminosa assembléia, o escol da jurisprudência política universal, isto é, 175 embaixadores de 44 estados soberanos. Desde o início vieram a chocar-se duas idéias, diametralmente opostas. Uma, defendida pelo Barão von Marschall, representante não só de um kaiser altivo, mas apoiada ainda por um exército formidável e pelo aplauso da maioria das grandes potências; a outra, patrocinada pela totalidade das nações pequenas, a cargo de Rui Barbosa, por cúmulo de desgraça delegado de um país que os potentados de Haia olhavam de soslaio. Pois, senhores, contra o potentado germânico surge, qual Daví, a disputar-lhe o campo, nosso mfope e raquítico Rui Barbosa. O primeiro discurso, apenas lhe conquista, em desprezo à sua prodigiosa facúndia, a alcunha de “dr. Verbosa”. Não se deixou perturbar nosso plenipotenciário, continuando, com aplauso crescente dos países pequenos, a defender a completa igualdade de direitos de

tôdas as nações independentes. Perante a lógica esmagadora de Rui, a orgulhosa águia prussiana foi arreando bandeira. Antes de terminar o último discurso, a “águia de Haia”, como foi então cognominado Rui Barbosa, viu agrupada ao redor da sua ampla envergadura a imensa maioria daqueles 175 embaixadores, dando irrestrito ganho de causa ao advogado brasileiro.

Meus senhores, a vitória conquistada pelo dr. Rui Barbosa é um dos frutos mais sazonados do cristianismo.

O papel do padre perante os seus semelhantes.

Se, por um lado, o clérigo pode ser, e de-feito é, cidadão no mais genuíno sentido da palavra, com deveres e direitos idênticos aos dos outros concidadãos, capaz de estremecer o seu torrão natal com amor puro, superior e ardente, êle, por outra parte, graças ao seu caráter sacerdotal, fica elevado acima do plano dos demais cidadãos. O padre, como o próprio nome no-lo revela, é *pai*; é pai espiritual de uma porção do rebanho dos fiéis católicos; é um “alter Christus”, na feliz expressão de S. Paulo; é o mensageiro legítimo de Deus, que age em nome de Cristo, com autoridade divina, sabendo perfeitamente que também a êle se refere o que o Filho de Deus disse a seus apóstolos: “Assim como meu Pai me enviou a mim, eu vos envio a vós”; “quem vos ouve a mim ouve”; e ainda: “o que vós ligardes na Terra, será ligado também no Céu”. Donde devemos concluir que, como a missão de Cristo foi a de reconciliar o homem prevaricador com o seu Senhor e Criador, a vocação primordial do padre é reconciliadora, a de ser anjo de paz no seio da humanidade, embaixador da paz no meio de todos os homens.

Porém, para que êsse pacificador pudesse exercer com dignidade interna e externa munus tão sublimado, a Santa Madre Igreja traçou-lhe e definiu-lhe claramente seu raio de ação, lançando-lhe simultaneamente aos ombros um manto protetor da sua pessoa. Em virtude das leis canônicas, o sacerdote goza o que se chama em terminologia ca-

tólica “privilegium fori” e o “privilegium canonis”, por efeito dos quais o clérigo não pode ser citado como réu por tribunal leigo, sem autorização do seu bispo, como tão pouco é permitido fazer-lhe injúria no corpo, na honra e na liberdade, o que seria sacrilégio, punido por excomunhão. Afora isso, a Igreja veda-lhe tudo quanto possa desdizer da sublimidade do seu ministério, como sejam a mercatura própria-mente dita, o exercício da cirurgia e, sobretudo, o serviço militar. O ministro do altar, que toca diàriamente o corpo adorável do Cordeiro Imaculado, não pode manchar as suas vestes com essas coisas tão terrenas, nem profanar suas mãos com sangue humano. E se o fizer, salvo o caso de legítima defesa da sua vida, da integridade dos seus membros, de bens de notável valor e da sua pureza, — êle se torna “irregular”, impossibilitado de praticar funções sacerdotais, enquanto não fôr especialmente dispensado dêsse impedimento.

E no tocante ao modo de viver individual do sacerdote, o povo cristão, com êsse finíssimo instinto que o caracteriza, sempre condenou o padre demagogo, que sobe à tribuna para agitar a turba-multa com discursos inflamados de política partidária, ou que, de fuzil a tiracolo ou espada desembainhada, marcha à frente de força armada, embora êle mesmo, quiçá obcecado pela paixão, não repare no quanto se degrada a si próprio.

O clero brasileiro na emancipação da pátria.

Antes de entrarmos no estudo da atuação do clero do Brasil na obra da nossa independência, impõe-se a pergunta e a correspondente resposta sôbre a liceidade da separação do Brasil da velha mãe-pátria. Sem termos necessidade de analisar individualmente os diversos ensaios fracassados para sacudir o jugo lusitano antes de 1822, cremos não faltar ao nosso dever de patriota, nem ao de historiador desapaixonado, como tão pouco de sacerdote católico, passando ao grito do Ipiranga de sete de setembro, o atestado da **mais**

absoluta e irrestrita liceidade. Até mesmo nos sentimos tentados a acrescentar a nota de o brado de “Independência ou Morte” já se haver tornado então uma **inevitável imposição** aos brios dos nossos avós, e isso pelas seguintes gravíssimas razões:

1. Como o indivíduo, atingindo certa idade estabelecida pela lei, fica emancipado do pátrio poder, assim a Colônia, tendo crescido, vicejado e alcançado a maioridade por seu número de habitantes, capazes de se governarem a si mesmos, e tendo a indispensável garantia para o bem-estar público e privado, tem o direito de se constituir em nação livre e soberana, a menos que lho impeçam compromissos especiais, que não tínhamos.

2. A situação do nosso país em 1822 apresentava um caráter de juridicidade tão límpido qual não descobrimos em nenhum povo do nosso continente. Se violência houve, essa partiu da metrópole, sob a forma de ruptura das condições solenemente reconhecidas da nossa união com Portugal. Como era, pois, possível que, havendo sido elevado o Brasil por d. João VI “à dignidade, proeminência e denominação” de Reino-Unido com Portugal e os Algarves, e como tal publicamente reconhecido pelas nações no tratado final do Congresso de Viena, em 1815, voltasse a ser simples colônia? Não era uma verdadeira provocação, havendo nós tido aqui a metrópole durante mais de treze longos anos, com tribunais, escolas, bancos e comércio livre, com um regente que nos governava aqui, como lá o próprio rei, viesse a Junta revolucionária de Pôrto reclamar imperiosamente a sujeição incondicional a ela, calcando aos pés nossos direitos legitimamente adquiridos?

Perante êsses fatos, podia o clero brasileiro cerrar fileiras, como de-fato o fêz com vibração máxima, em volta da pessoa do Príncipe regente, ao qual seu pai, aliás, já aconselhara não desprezar a coroa do Brasil quando ela se lhe oferecesse.

Na “guerra dos mascates”.

Em nossa libertação política, podemos destacar diversas fases, nas quais nosso clero se pronunciou desta ou daquela forma em prol da Terra-de-Santa-Cruz. Já em 1666, por ocasião da “guerra dos mascates”, a nobreza pernambucana blasonava à-bôca-cheia que, “se com o próprio esforço se havia libertado do domínio holandês, com melhor razão o fariam de Portugal”. E a cleresia nortista comungava inteiramente em semelhantes votos emancipadores, bandeando-se para a causa olindense 14 padres e frades. Na lista consignada por dom Duarte Leopoldo e Silva, preclaro Arcebispo de S. Paulo, no seu famoso trabalho intitulado “O Clero Nacional e a Independência”, publicado em 1922, no “Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil”, vol. I, p. 1258, assinala em 1º lugar o padre Antônio de Abreu, amigo fervoroso, mas pacífico, dos melhoramentos da sua pátria. Dom Duarte, citando as informações do padre Dias Martins, o exaltado cronista dos “Mártires Pernambucanos”, consagra ao padre Abreu o seguinte elogio: “Era jesuíta do Colégio de Olinda, circunstância que merece especial menção, por se tratar de uma Ordem religiosa das mais disciplinadas e submissas ao princípio da autoridade, casta de homens que jámais temeram perigos quando se trata do bem público. Por afastar do perigo iminente, que se temia do inesperado aparecimento da esquadra de Duquay-Trouin no pôrto do Recife, incumbiu-se de uma mensagem do Bispo-Governador ao Almirante francês, em companhia do deão de Olinda, cônego Nicolau Pais Sarmiento. Aprisionados pelos “Mascates”, tiveram de regressar em paz para Olinda. Foi o padre Abreu perseguido nas devassas gerais, conseguindo, porém, inocentar-se”.

É este o único filho de S. Inácio que aparece nas lutas políticas pela nossa independência. Nem é de estranhar, visto que a Companhia de Jesús, quando mais vulto tomou essa luta, já não existia no Brasil, donde foram expulsos em 1759, por ordem de Pombal, seus 510 membros, que então contava,

pelo crime de haverem dado à colônia do Brasil, durante mais de dois séculos, tudo o que lhe podiam oferecer de bom na civilização do aborígene, na instrução dos brancos, na defesa da integridade nacional e na fundação de numerosas cidades e lugarejos. Foram atirados às masmorras ulisiponenses, para se mundificarem de tamanha maldade.

Bem diversa foi a figura do p.^o Domingos Portozello, um dos mais exaltados adversários dos mascates, que pelejou com denôdo na infeliz batalha de Sibiró, obrigando o general Mendonça Arrais a continuar a luta, e depois, de parceria com o p.^o Antônio Jorge Guerra, promoveu a criação de um batalhão sagrado para defesa do Bispo-Governador, do qual compartilharam muitos eclesiásticos, com os seus escravos, sob o comando geral do deão de Olinda, cônego Nicolau Pais Sarmiento. (Dom Duarte, p. 1259).

Outro tipo de eclesiástico, mas não combatente, era o p.^o Manuel Rodrigues Neto, olindense, homem virtuoso e culto, que, comissionado pelo Bispo, foi ao arraial inimigo, com grande risco de vida, infligir as penas da Igreja contra Camarão e seus sequazes. De volta a Olinda, ocupava-se com exercer a caridade entre os soldados e prisioneiros, sem excluir os próprios inimigos. Por ordem do prelado e inspiração própria, salvou a vida ao p.^o Afonso Broa, capelão e combatente graduado das forças de Camarão, levando-o preso para o aljube, afim-de que êle não fôsse linchado pelos patriotas. (Dom Duarte, p. 1259).

Guerra dos emboabas.

Voltemos a vista para os ínvios sertões das minas gerais, onde o mameluco audaz e insofrido vai tentar a expulsão dos “emboabas” gananciosos, egoístas e desalmados.

Tendo irrompido já a refrega com violência inaudita, surge do bando dos reinóis a figura pouco simpática do português frei Francisco de Meneses, apóstata fugitivo da Ordem da SS. Trindade, caudilho audacioso e traficante sem

escrúpulos, profundamente divorciado do espírito de pobreza e mansidão que outrora professara solenemente. Num dêesses recontros, onde se lutou ferozmente, corpo a corpo, braço a braço, duas vezes ferido, o caudilho português Nunes Viana passa o comando supremo a frei Francisco, que estava chefiando uma das brigadas. Na calada da noite, sem haver dado tréguas aos paulistas dizimados e exaustos, aparece o terrível ex-trinitário à frente dos seus reínóis, levando de vencida os bandeirantes. Mais tarde, vindo a lavar a discórdia no campo lusitano, foi ainda a consumada astúcia e habilidade de frei Francisco, seguido do trinitário frei Firmo, seu companheiro de negociatas, e de frei Simão de S. Teresa, carmelita, quem salvou a situação, já periclitante, do ditador.

Convocado todo o exército e o povo para uma missa campal, foi Nunes Viana ungido e sagrado como rei, recebendo ali mesmo, aos pés do altar, das mãos de frei Francisco, as insígnias da sua nova investidura. Logo após lhe prestaram as tropas e o povo o costumado juramento de fidelidade, prometendo ao tirano respeitar o direito, defender a justiça e só entregar o poder aos legítimos representantes de el-rei nosso senhor. (Rocha Pombo, vol. VI, parágrafo VIII).

E assim terminou escandalosamente a “guerra dos emboabas”. Dom Duarte, que tenho citado quase textualmente, encerra êsse capítulo com a seguinte observação: “Frei Francisco de Meneses não é, de-certo, uma figura idolatrada pelos paulistas, mas a metrópole deve-lhe uma... estátua”. (Loc. cit. p. 1262).

Inconfidência mineira.

Afastemo-nos do quadro contristador das alterosas, e passemos a observar um dos episódios mais atraentes da nossa história, provocado por um punhado de sonhadores da Vila-Rica, de amáveis jurisconsultos e inspirados poetas, que andavam arquitetando a construção de uma pátria nova,

soberana, instruída e próspera, sem a mácula da escravatura e, o que mais é, posta sob os auspícios do Altíssimo. Conseguiram êsses jovens aliciar para a sua causa nove sacerdotes, todos êles entusiastas da autonomia do Brasil. Cinco dêles, por haverem procurado cedo demais a emancipação do seu amado torrão natal, foram purgar-se dessa monstruosidade nas enxovias portuguesas, que, para alguns dêles, se protraíu por 11 anos e meio.

O único sacerdote da "Inconfidência" a quem nossos jovens patrícios se sentem tentados em atirar pedras é o p.^o Inácio Nogueira, por ter declarado o lugar do esconderijo do Tiradentes. Se soubessem que êsse pobre sacerdote foi pôsto entre a espada e a parede, sem talvez medir as conseqüências da sua forçada denúncia, prefeririam apiedar-se dêle. Da mesma forma, se depois da execução de Silva Xavier, o Bispo do Rio-de-Janeiro pontificou em ação de graças, e um padre franciscano pronunciou um sermão congratulatório pelo triunfo da legalidade, não devemos esquecer que tudo isso era fruto do regalismo dominante, que jamais teve as bênçãos da Igreja, — foi uma demonstração extorquida pela prepotência dos governadores da colônia. (Dom Duarte, *op. cit.*, p. 1263).

Nenhum dos padres que aparecem na "conjuração mineira" desempenha papel reprovável. Não houve sangue derramado em tôda essa malograda tentativa, a não ser o dêsse ídolo nacional, o indômito protomártir alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, irmão de dois sacerdotes, representado nesse expressivo painel do festejado pintor carioca Parreiras, herói, ao qual peço vênias para render neste dia da pátria, em que já estamos desfrutando os bens do seu sonho, as homenagens de admiração e respeito dos seus patrícios cá do extremo sul da pátria brasileira.

Revolução pernambucana.

Remontemos a Pernambuco, província visceralmente antilusitana. A velha rivalidade entre portugueses e brasi-

leiros desencadeou-se novamente, com inusitada violência, em 1817, já em pleno govêrno de d. João VI, então residente no Rio-de-Janeiro. Por figurarem nessa pendência cônegos e governadores de bispado, vigários e coadjutores, regulares e seculares, num total de cêrca de sessenta eclesiásticos, poderíamos chamar a essa contenda “Revolução de padres”. Sim, de padres; mas (caso virgem nos fastos da Igreja!) na sua quasi totalidade filiados à maçonaria. Mostraram-se êles tão estremados na propaganda e tão irredutíveis na defesa do seu ideal, que o deão Bernardo Portugal, governador do bispado vacante de Olinda, não hesitou em publicar uma pastoral, onde sustentava que a “revolução não era contrária ao Evangelho”. O precursor espiritual dessa revolta foi o Bispo Azeredo Coutinho, fundador do seminário de Olinda, inaugurado em fevereiro de 1800, escola de patriotas, mas igualmente sementeira de idéias liberais e maçônicos, onde hauriam promiscuamente a ciência divina e profana assim os jovens seminaristas como os que pretendiam seguir carreiras civís.

Não nos consentindo a míngua de tempo passar revista a todos êsses nacionalistas, vejamos, de relance, ao menos os mais celebrizados.

Quem não conhece frei Miguelinho, professor de retórica no seminário olindense, irmão **tripingado**, que soube interessar a pró da insurreição os seus alunos? Quem não conhece aquele que, entrando depois na Junta Revolucionária, e perdida já a causa, queimou todos os documentos capazes de revelar os nomes dos seus partidários, e, por-fim, preso pelas autoridades, morreu fuzilado, arrependido das suas faltas de sacerdote, mas intransigente no amor à pátria?

Nunca ouvistes glorificar o p.^o João Ribeiro Pessoa, a figura central da revolução, fundador da loja maçônica denominada “Academia do Paraíso”, em Pernambuco, republicano convicto, demagogo exaltado, que, perdida já a esperança do triunfo, perde também a coragem e a cabeça,

vindo a suspender-se de uma corda dentro em uma ermida, depois de orar longamente?

E que dizer do p.^o Tenório, inteligente, dotado de admirável tino administrativo, aparência majestosa, formado por Coimbra, o qual, como vigário da ilha de Itamaracá, de pistola em punho, de parceria com outros três clérigos, prende o juiz-de-fora, senhoreando-se da fortaleza e obrigando o comandante a associar-se com êle, e, em seguida, como secretário do p.^o Miguelinho, é preso, mandado ao cadafalso, esquartejado, amarrado à cauda de um cavalo e arrastado até ao cemitério, tendo as mãos decepadas e pregadas num poste infamante, na vila de Goiânia, e a cabeça espetada na sua paróquia de Itamaracá?

E que opinião formar da atuação do padre Roma, primeiro carmelita, depois secularizado, bacharel em teologia pela Universidade de Coimbra, orador de reputação, o qual, despachado para a Baía como arauto da revolução, foi capturado pelos esbirros do Conde dos Arcos, mas conseguiu lançar ao mar todos os papéis que pudessem comprometer os seus cúmplices, e acabou a sua agitada vida morrendo como cristão fervoroso e patriota ardente, aceitando a sentença de morte com resignação, fiado na infinita misericórdia do Senhor?

Estes e os demais sacerdotes revolucionários de Pernambuco, se como patriotas mereceram a consagração dos seus concidadãos, como ministros do altar nenhuma ou quase nenhuma honra fizeram ao seu sagrado estado. A lenda, entretanto, sempre indulgente e poética em relação a “mártires”, já logrou purificar-lhes a fama.

O clero em 1822.

Atingimos a fase final da obra emancipadora da nossa terra. A condição de inferioridade a que se viu reduzida a população do Rio-de-Janeiro após da retirada de d. João VI para a Europa, e mais ainda a indignação provocada pelo perjúrio político perpetrado pelas Côrtes portuguesas, ar-

rastaram o clero em pêso a se arregimentar em tórno do ideal nacionalista, advogando sem reбуços a completa independência de Portugal, nas juntas governamentais das províncias, nas grandes representações populares, nas rodas da Côrte e, até, nos próprios santuários, como o franciscano frei Francisco de S. Teresa de Jesús Sampaio, que do alto da tribuna da capela imperial bradava: "O' Deus!... Dirige as minhas idéias; que elas, saindo dos pórticos do templo, se espalhem por tôdas as províncias do Continente, e que vão ao longe mostrar os sentimentos do Brasil na época atual, em que se fazem esforços para que êle retroceda da mocidade ao estado de infância". (Apud d. Duarte, op. cit. p. 1273).

Um dos mais fogosos propugnadores da independência foi Luiz Gonçalves dos Santos, o padre Perereca, varão irrepreensível, doutíssimo, pamfletário vigoroso contra a maçonaria, historiador e publicista notável, que, cercado de baionetas lusitanas, não se arreceou de erguer o primeiro brado em prol dos nossos imprescritíveis direitos, editando um opúsculo em 1821, no qual rebatia com serenidade e mestria as injúrias que em Portugal se propalavam contra o Brasil e o seu augusto defensor. (Vilhena de Morais, **O Patriotismo e o Clero no Brasil**, Rio, 1929, p. 32).

Nem menor é a benemerência do cônego Januário da Cunha Barbosa, fundador do Instituto Histórico Brasileiro, jornalista, poeta, orador emérito, que nos seus jornais o "Revérbero" e o "Regenerador" terçava armas, indefessa e desassombradamente, pela independência.

Se pretendêssemos descrever a atividade dos bispos, vigários e simples sacerdotes na capital e nas províncias, principalmente na de S. Paulo, no último lustro colonial, não terminaríamos hoje. Nem será necessário fazê-lo, pois que, como creio, ninguém do meu seletto auditório, que com tanta paciência tem acompanhado êste desataviado aranzel, contestará o farto quinhão que coube à cleresia no ideal emancipador. (Cf. **Ilustração Brasileira**. Edição de 1922, o sermão do p.^o Belchior Pinheiro de Oliveira).

Proclamada já a nossa separação de Portugal, o clero ainda continuou dispensando à jovem nação os seus melhores serviços, especialmente no delicado negócio da elaboração da nossa primeira Carta Magna, promulgada em 25 de março de 1824. Nessa luzida assembléia encontraram assento nada menos de quinze eclesiásticos, em boa parte cobertos de venerandas cãs e de méritos, vindos alguns da Inconfidência, outros da revolução de 17 e mais outros da Constituinte de Lisboa. (*Os Deputados Brasileiros nas Câortes Gerais de 1821*, por M. E. Gomes de Carvalho. Pôrto, 1912).

Julgamento

Senhores, vistes marchar diante dos vossos olhos uma respeitável pléiade de clérigos que intervieram em a nossa liberdade política. Muitos dêles, por-certo, vos encheram as medidas, outros vos deixaram indiferentes, os demais, provàvelmente, vos fizeram sacudir a cabeça, pois que manifestamente exorbitaram da sua nobilitante vocação de mensageiros da paz, não sabendo aureolar a sua vida pública e particular com o nimbo da virtude. Nisso vosso julgamento está em completa harmonia com a vigente disciplina religiosa. Se hoje tal se repetisse, muitos dêles incorreriam em severas penas canônicas. A Igreja é a primeira em lamentar semelhantes nódoas em seus ministros. Entretanto, como filhos do Brasil e da Igreja, havemos nós de apedrejar êsses sacerdotes? Não haverá atenuantes para aquelas aberrações, que, se não merecerem a palavra absoluta do juiz imparcial, ao menos consigam alguma explicação dos seus atos ?

Tentarei, pois, antes de finalizar, submeter ao vosso atilado critério os seguintes casos, historicamente comprovados, que, talvez, analisados com serenidade, diminuam o rigor da vossa sentença.

De Portugal havia herdado nossa pátria um funesto legado: era o **real padroado**. Quando Portugal conseguiu

desmembrar-se de Castela no século 12, graças à sorte das armas de Afonso Henriques, a Santa Sé, no bem premeditado intuito de remunerar de algum modo o esforço lusitano contra os mouros da Espanha e mais ainda pela dilatação da fé nos países ultramarinos, descobertos e conquistados no séc. XVI, outorgou a essa monarquia, num rasgo de excessiva magnanimidade, o extraordinário privilégio de os seus reis poderem apresentar sempre os seus candidatos para os benefícios eclesiásticos nos domínios da coroa de Portugal. Por benefício eclesiástico se entendem os deveres e direitos de funções sagradas e o conseqüente direito às rendas materiais anexas. Provinham êsses benefícios ordinariamente de fundações públicas ou de legados particulares. Os benefícios estendiam-se aos episcopados, às paróquias e aos canonicatos.

Enquanto os soberanos eram piedosos e concienzosos, êsse sistema coadunava-se inteiramente com as leis católicas. Mas, subindo ao trono algum monarca menos escrupuloso, ou que se deixava governar por ministros interesseiros, salta aos olhos que os importantíssimos cargos de bispo, ou cônego ou pároco podiam correr grave risco de cair em mãos de sujeitos indignos, como de-fato não raras vezes succedeu. Ora, se o sacerdote sumo não se recomendava por sua santidade, que se podia esperar dos seus subordinados, os simples sacerdotes? E o Brasil, que, como disse, recebeu de Portugal o real padroado, teve desgraçadamente preladados dessa laia.

Quereis ouvir a prova? Ainda em 1830, i. é, oito anos depois do grito do Ipiranga, Monsenhor Ostini, o primeiro Núncio do Papa no Brasil, num dos seus três relatórios mandados a Roma, datado em 17 de agôsto, informava Pio VIII de que dos nove antístites do Império, dos quais dois êle ainda não tivera oportunidade de conhecer, conquanto fôsem pessoas de bem, não eram pastores vigilantes, salvo a honrosa exceção do Bispo de Mariana, o egrégio frei dom José da Santíssima Trindade. (Santini, *De Regio Jure Patronatus in Brasilia*, obra ainda inédita, II p. 19 ss.) Do

clero então dizia o mesmo representante do Sumo Pontífice que era vítima de uma ignorância crassa e de um deplorável relaxamento de costumes, completamente esquecido do celibato eclesiástico. (Ib., p. 19).

E que isso não era exagêro, confirmam-no as graves censuras proferidas em plena Câmara de Deputados dois anos mais tarde, em 1832, pelo p.^o Diogo Antônio Feijó:

“ Augustos e digníssimos senhores Representantes da Nação, — dizia o sr. Ministro da Justiça e dos Negócios Eclesiásticos, — entre nós a moral foi sempre um objecto religioso; e feliz o povo, cujas maximas de virtude vindas do Céu não estão sujeitas ao Capricho e as paixões dos homens. Emquanto a Religião Cristã foi respeitada, emquanto sua moral foi ensinada: **quando seus Ministros davão o exemplo da santidade da doutrina**, que professavão, os brasileiros ainda semibarbaros, não obstante hum Governo despotico, que os humilhava, deixavão entrever hum fundo de honra e probidade, certo respeito e veneração a virtude, **o que hoje é bem pouco vulgar**. Elevae a Religião ao seu antigo estado. Não espereis da mesma Igreja a reforma de que ella necessita; a maior parte dos Prelados, dos Sacerdotes e mais Ministros do culto tem-se esquecido inteiramente dos seus deveres” . . . (Ib. p. 26/27).

Até aquí o mação Feijó, que, como todos sabem, era o menos indicado para exigir dos seus companheiros de sacerdócio virtudes que êle mesmo desconhecia.

Outro mal provinha da deficientíssima formação do clero. Ainda que saibamos ter havido padres realmente cultos na época de que tratamos, em ciências eclesiásticas eram verdadeiras nulidades a grande maioria dêles. No seminário de Olinda, cujas cadeiras eram em parte ocupadas por professores mações, que formação religiosa receberiam os candidatos ao altar, ainda os mais bem intencionados? Capistrano de Abreu diz que alguns, rompendo com o exclusivismo do latim, aprendiam francês e, até, inglês, culti-

vavam as ciências naturais, esposavam as idéias dos enciclopedistas, se entusiasmavam pelas tragédias da revolução francesa, conheciam as teorias de Adão Smith". (Cit. por Vilhena de Moraes, **O Patriotismo e o Clero no Brasil**, 1921, p. 17).

E se eu vos falar do nenhum escrúpulo com que alguns entravam nos conventos sem o menor espírito religioso, compelidos, às vezes, pelos pais, como bom meio de adquirir ciência e de galgar honras e posições (Vilhena de Moraes, *op. cit.*, p. 18); e se vos lembrar o caso da nenhuma seleção quanto aos candidatos ao presbiterado, como o da diocese vacante de Mariana, logo após a nomeação do 2º bispo, cujo governador dioceno ordenou **em menos de três anos cento e um pretendentes**, e seu sucessor na administração da diocese, nada menos de **oitenta e quatro em menos de sete meses**, — que poderia esperar o povo católico do Brasil de semelhantes ministros, jogados para dentro do Santuário, sem cultura, sem virtude e sem noção do sagrado celibato? (*Op. cit.*, p. 20, citando Capistrano de Abreu, **Breves Traços da História do Brasil**, p. 201 e 221). Nosso colendo sr. Arcebispo dom João Becker, nos 29 anos do seu fecundíssimo episcopado, conquanto seja entre os atuais prelados brasileiros quem a maior números de diáconos impôs as sagradas mãos, ordenou até a presente data apenas duzentos e poucos presbíteros. E' que hoje os tempos já são bem diversos.

Um dos maiores culpados de tôda essa crise religiosa foi sem dúvida dom Sebastião José de Carvalho. No intuito de aniquilar de raiz a obra duas vezes secular da Companhia de Jesús no campo da ciência, Pombal atirou-se em 1772 à reforma da Universidade de Coimbra, cujos estatutos escancararam as portas às heresias jansenistas e galicanas e às idéias revolucionárias prègadas pelos professores estrangeiros que mandara vir. Concentrado todo o ensino superior em Coimbra, sem que ao Brasil-colônia fôsse lícito possuir uma faculdade —, que só alcançamos em 1827, ano em que foram criadas nossas academias de direito —, da

universidade pombalina dependia naturalmente tôda a nossa cultura superior, tanto civil como eclesiástica. (Op. cit., p. 19). Donde resultava tornarem à pátria os nossos universitários conimbricenses, clérigos ou leigos, totalmente entoxicados com idéias malsãs, contrárias à doutrina ortodoxa da Igreja.

Por fim, enorme quinhão de responsabilidade nessas coisas cabe ainda às sociedades secretas do rito escocês e francês. Com efeito: proibida a maçonaria em Portugal, em razão das suas idéias antimonárquicas, procurou ela, nos alvares do século 19, infiltrar-se no Brasil, onde pouco a molestariam. E como os maçons ostentassem nas suas bandeiras a crença no Ente Supremo e na vida futura, os padres não tiveram receio dêles; pelo contrário, os clérigos nacionalistas, que sonhavam com uma pátria livre, conceberam uma irresistível simpatia pelos pedreiros-livres, desde que estes começaram a prègar francamente a libertação do Brasil contra o guante português. E para velar melhor aos olhos da autoridade civil e religiosa a sua verdadeira finalidade, os maçons apresentavam-se em tôda a parte com extrema habilidade, não só como filantropos, mas sobretudo como fervorosos fautores da sabedoria, como o patenteiam os títulos das suas lojas, naquela quadra, batizadas com os bonitos nomes de **Areópago, Academia do Paraíso**, em Pernambuco; **Virtude e Razão**, na Baía; **Comércio e Artes, Confiança, Filantropia, Nobres Cavalheiros de Santa Cruz**, etc., no Rio. Embaídos por êsse método, não fizeram reparo muitos sacerdotes, frades e, até, bispos, filiando-se sem escrúpulos à maçonaria. (A **Ordem**, 1932, n. 29, 30 e 31, artigos de Lúcio José dos Santos; Pedro Calmon, **História da Civilização Brasileira**, cap. XVII; Mário Carneiro do Rêgo Melo, **A Maçonaria e a Revolução Republicana de 1817**, Recife, 1912).

Acreditais vós que a um eclesiástico freqüentador de sessões secretas de pedreiros-livres, fôsse possível conciliar suas obrigações sacerdotais com as imposições maçônicas? Concedemos de-boamente que a maçonaria dos dois últimos decênios do período colonial não aparentava êsse anticato-

licismo que assumiu no Brasil independente, sobretudo no conflito de 1833, originado em volta do padre Moura, apresentado à Santa Sé como candidato para a cadeira episcopal do Rio, e mais ainda por ocasião da chamada “Questão Religiosa”, da qual saíram vítimas e mártires, em 1872, os santos prelados dom Vidal Gonçalves de Oliveira, Bispo de Olinda e dom Antônio de Macedo Costa, Bispo do Pará. Mais tarde, sim, havendo sido excomungadas as sociedades secretas como essencialmente hostís à Igreja, a nenhum sacerdote era mais facultado dar o seu nome a essas seitas.

E se a tôdas essas demasias do clero brasileiro, ao tempo da independência, acrescentarmos as enormes distâncias, por fôrça das quais os curas de almas ficavam demasiadamente distanciados da vigilância dos seus superiores hierárquicos, como os do Rio-Grande-do-Sul, que desde 1748 a 1848 dependeram do remotíssimo bispado do Rio-de-Janeiro, — muito bem se compreenderá que nosso clero nem sempre fôsse o que devia ter sido.

Uma coisa, porém, me parece incontestável: se clérigos houve que como ministros do altar faltaram, transpondo os limites da sua jurisdição, como patriotas estremeceram o Brasil, contribuindo decisivamente para a rápida emancipação da nossa terra. E ao lado dêstes, quantos quiçá não seriam os sacerdotes seculares e regulares, que, ocultos aos olhos do público, preferiram permanecer dêsse modo, imolando-se silenciosamente em oração e penitência pela grandeza da pátria brasileira?

E assim, talvez não ande longe da verdade o insuspeito Viriato Correia, quando, em 1920, escrevia as seguintes frases: “A formação da nossa nacionalidade começa à sombra das virtudes cristãs do padre... pedreiro dos primeiros fundamentos da vida nacional... Daí por diante, a ação do frade, em terras brasileiras, é imorredoura... No Brasil, a influência do clero foi sempre e sempre progressista (Dom Duarte, *op. cit.*, p. 1263, e Viriato Correia, em *Terra de Santa Cruz*, 3^a. ed., “*Batinas Liberais*”, S. Paulo, 1930, pag. 213.

***Saüdação do dr. Adroaldo Mesquita
da Costa ao R. P. Luiz Gonzaga
Jaeger, S. J., ao ser êste recebido
no Instituto.***

Exmo. Sr. Dr. Presidente dêste Instituto.

Prezados Consócios.

Dignmo. Recipiendário.

Minhas senhoras.

Senhores.

As nações, como os indivíduos, têm também, embora com nome diverso, as suas biografias e o seu Registo Civil. Neste se inscrevem os grandes fastos da sua vida, os seus dias gloriosos, nimbados de alegria e de entusiasmo, e as datas tristes, cheias de luto e de pesar. Nêle se anotam as mutações de estado e as modificações da capacidade internacional, quando se lhes restringem direitos e, quiçá mesmo, se lhes tira a própria personalidade, ao desaparecerem do cenário vivo e palpitante da História.

Do berço ao túmulo, a epopéia magnífica da raça, os feitos heróicos do povo, são alí gravados, em caracteres áureos e indeléveis, para que se não percam, esquecidos através dos tempos, na saudade dos que foram, e desprezados na esperança dos que vêm; para que êsse elo da corrente humana que se chama **continuidade histórica** lhes conserve as imarcessíveis tradições, amalgamando num só bloco, uno e indivisível, o ontem, o hoje e o amanhã, enquanto não raiar a madrugada rósea das paragens benditas da Eternidade, onde o **agora** será a expressão verdadeira de todos os tempos e épocas.

Possuímos também nós, mercê de Deus, esta Casa, cuja missão precípua, em nosso Estado, é perpetuar em seus Anais a vida da pátria, escoimada de efêmeras vanglórias e aureolada sempre da Verdade, porque só a Verdade é capaz de resistir aos tempos e só ela é digna de objeto e estudo da inteligência humana.

E o Instituto Histórico não podia ficar indiferente ao espetáculo empolgante que durante a semana hoje finda se desenrolou ante os nossos olhos deslumbrados, ao presenciarem que o culto da pátria, ainda agora, a-pesar-das infiltrações do infame comunismo, a sôldo de Moscou, é a paixão obsedante do coração brasileiro; é a loucura santa da nossa brasilidade que quer ver, cada vez mais elevado, o nome do Brasil, na Assembléia soberana das nações livres do universo.

Também êle aquí está a responder presente na grande parada cívica que no dia de hoje desfila, do Roraima ao Chuí, dos confins do Acre à orla litorânea, em continência à pátria, para mostrar que não somos só um povo a falar a mesma língua, a rezar o mesmo Credo, a professor a mesma fé, mas que possuímos uma consciência brasileira de nossos destinos comuns; o condomínio do riquíssimo tesouro de nossas honradas tradições; a convicção e o sentimento da unidade nacional, porque o que caracteriza a pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo, mas sim, como o afirma a águia de Haia, é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade.

Se a idéia que ela encarna nos fascina e arrebatá, é porque, no fundo de nossas almas ela se nos apresenta como “a família amplificada. E a família divinamente constituída, tem por elementos orgânicos a honra, a disciplina, a fidelidade, a benquerença, o sacrifício. Multiplicai a família e tereis a pátria”.

Se são êsses os elementos orgânicos e integrantes de seu conceito, serão êles evidentemente as qualidades marcantes do verdadeiro patriota. E, assim, patriota é o cidadão, cuja vida conforme os preceitos de Deus, constitue a liturgia de todos os

seus atos, no mais reverente culto à honra; patriota é o soldado, defensor de nossa honra coletiva, observante da disciplina, cuja farda aperta peitos de couraça, a servir de muralha intransponível a quantos queiram violar a nossa soberania e os nossos foros de nação independente; patriota é o magistrado, com o coração muita vez confrangido pela dôr, a manter fidelidade à lei, aplicando-a com imparcialidade e com justiça, porque sabe ser emanção direta de Deus a parcela de autoridade que detém em suas mãos; patriota é aquele que perdoa as injúrias injustamente recebidas e os gravames infamantes ao seu nome, por contrários à verdade, e que, obediente ao grande mandamento do amor, prescreve a benquerença, como norma invariável de sua conduta, em todos os passos da existência; patriota é o sacerdote, porque, abandonando tudo e a todos, por amor à pátria das pátrias que é o céu que nos espera, se sacrifica por tudo e por todos, mas antes de tudo por sua pátria na terra, porque se a Cruz é a Mestra do Sacrifício não deixa de ser também a Escola do Patriotismo. E' falso e até reprovável o cosmopolitismo, mesmo quando tenha a justificá-lo o amor da humanidade em Deus e por Deus. Todos os afetos se podem perfeitamente casar e harmonizar no coração do homem; mas um não deve absorver o outro, porque reciprocamente se escoram e se robustecem. Não creio, por isso srs. e repito o conceito de Silvio Pellico, — no amor da humanidade do homem que não começa por amar o seu país.

Ilustre recipiendário.

Coincidência interessante e sugestiva, quiçá premeditada adrede, para ressaltar a íntima correlação entre a grandeza da idéia que todos os brasileiros hoje exaltam, celebram e comemoram, é a sua entrada nesta Casa.

No dia da Pátria ingressa um jesuíta em nosso sodalício. Tão visceralmente ligados se acham para nós êsses dois nomes — Pátria e Jesuíta — Brasil e Companhia de Jesús — que eu afirmaria mesmo que não estaria completa a glorificação da Pátria, sem a consequente exaltação do Jesuíta.

De feito. Quem mais do que êle merece a nossa gra-

tidão, pelo muito que fêz e continua fazendo, em prol da civilização, em nossa terra? Quem mais que o jesuíta defendeu o território, nos dois primeiros séculos de nossa existência, contra a cubiça desenfreada do estrangeiro? Quem mais zeloso e eficiente do que êle, no chamamento do índio ao convívio da civilização? Quem ensinou o rude mame-luco a construir conosco a grandiosa nação que hoje nós somos? Quem, como êle, obediente cumpridor das leis de Deus e da Pátria?

Para que se me não averbe a suspeição dos conceitos que acabo de expender, por partirem de quem aos Jesuítas deve a sua educação e formação moral e intelectual, iniciada no honrado lar paterno, quero invocar a opinião de quantos, ilustres no saber, desfrutaram também de autoridade, nas rodas científicas, pela isenção de ânimo e amor a verdade, com que a esta procuram por tôda parte, onde se encontre.

Joaquim Nabuco, o mais completo diplomata que possuiu o Brasil até hoje na República pensador e filósofo, historiador e literato, sociólogo e polígrafo, estudando o perfil de Anchieta, apresenta-nos o jesuíta como o fautor máximo da unidade nacional, e assevera: “Não, o catolicismo no Brasil foi por muito tempo no período da formação, a sociedade de Jesus e não só o catolicismo: o descobrimento, a exploração, a posse dos territórios da época da apropriação do Novo Mundo. Sem a larga passada do jesuíta, Portugal não se teria antecipado assim em tão extensos domínios e sem êle não teria mantido sua posse. E’ de todo duvidoso que existisse a unidade brasileira sem a unidade da Companhia. A probabilidade é que não haveria Brasil, em vida de Loyola se Portugal não tivesse sido feito Província da Companhia”.

Brasílio Machado, nos arroubos tribunícios de sua arrebatadora eloquência, pôde afirmar que “foi êle só que nesta terra, e durante quasi dois séculos se bateu intemerato em pugnas violentas e disputadas palmo a palmo, pela liberdade dos ídios, ao mesmo passo que tomando com o instrumento da cruz, as alturas de tôdas as montanhas e a direção de todos os vales, levava às solidões selvagens e viático augusto da

civilização cristã. Ele, e quasi que só ele, que arrastando os seus catecúmenos às improvisadas fileiras dos combates, onde se jogava a posse dêste grande país, posse de tantos apeteçada, firmou o predomínio das quinas”.

E o 1.º Congresso de História Nacional, reunido no Rio de Janeiro em 1914, na ata de sua última sessão, votou-lhe, unânimemente, a moção seguinte: “O primeiro Congresso de História Nacional, reunido no Rio de Janeiro, a 7 de setembro de 1914, 1.º Considerando que o nome da Companhia de Jesús se acha indissolúvelmente ligado à História do Brasil, e de modo tão estreito que relembra os seus fastos é assinalar ao mesmo tempo os extraordinários serviços que na triplice missão humanitária, política e social, prestaram os jesuítas ao Brasil, durante mais de dois séculos, evangelizando as tribus selvagens, salvaguardando o princípio da moralidade, em face da corrupção e execrável cubiça dos colonos, alimentando a chama do patriotismo que repeliu as invasões estrangeiras, concorrendo eficazmente para a conservação da unidade e integridade da nação e difundindo por toda parte a cultura intelectual que preparou o surto brilhante da nossa literatura; Considerando que escritores jesuítas foram os primeiros que elaboraram com as descrições corográficas as biografias e as crônicas monásticas, os elementos primordiais em que se baseia o estudo da geografia, da história e da etnografia do Brasil; Considerando que a comemoração de todos êsses grandes feitos tem lugar precisamente no ano centenário do restabelecimento e reabilitação da Companhia de Jesús, pelo Decreto do Sumo Pontífice Pio VII (7 de agosto de 1714), resolve consignar na ata de sua última sessão plena um voto de contentamento pela recordação dêsse ato de justiça que solene e juridicamente restituiu ao seu primeiro ser a ilustre sociedade a quem deve o Brasil tão denodados e eficazes obreiros da sua grandeza e da sua civilização”.

E que direi de nossas Missões? Quem como o jesuíta soube jamais delas cuidar, para dar-lhes o apogeu de outrora, do tempo da expulsão de seus beneméritos fundadores? A catequese leiga, a-pesar-do idealismo de alguns visionários,

bem intencionados até hoje nada conseguiu. E' que o mundo confunde caridade com filantropia — amor ao próximo, por causa de Deus, com amor ao homem, por causa do homem, cousas tão distintas e inconfundíveis.

Os endeusadores de Pombal ainda repetem as patranhas por êle forjadas, para justificar a sua criminosa conduta, na tarefa da Supressão da Ordem.

Mas a história imparcial já proferiu o seu veredictum inapelável, após sinceras pesquisas em busca da verdade. Ouçamos Batista Pereira, que lhe retraça o perfil, com desassombro e justiça. “A atividade dos jesuítas, civilizando os índios e criando um tipo de comunismo branco que lhes assegurava a existência com um mínimo de esforço, desconhecido aos proletários de hoje, foi completamente deturpada pela torpe propaganda de Pombal. O bronco e gigantesco intrujão, que até hoje envenena espíritos desprevenidos com a odiosidade das suas invenções, criou, por meio de seus escribas e de seus panfletos, a lenda de um império jesuítico militar para combater Portugal e Castela no Sul da América. A sua política vingou. As suas patranhas fideicometidas à Posteridade ainda se resolvem no domínio das verdades consagradas. Raros são ainda os que conhecem a engrenagem da sua campanha de difamação. E ainda hoje passa por um benefício o extermínio das Missões, que varreu do solo do Rio Grande povoações indígenas de uma tal importância que as suas ruínas ainda hoje causam admiração. O que já era a publicidade naqueles tempos”.

Pombal passou, srs., como passam os meteoros, de brilho rápido e fugaz, mas a verdade ficou e ficará para sempre e a Companhia de Jesús aí está, em tôda a sua pujança, espalhando a virtude e a ciência, por sôbre as cinco partes do mundo. O seu amor às almas não conhece limites e ela mais longe iria na sua faina de catequese, se possível fôsse, porque dela vale também o que cantou o poeta:

“Se mais mundo houvera, lá chegará”.

Bastava, portanto, preclaro recipiendária, ser jesuíta, para que a sua Companhia fôsse desejada nesta Casa que teve um

jesuíta na sua trindade ideadora — Sousa Docça, Florêncio de Abreu e o Padre João Batista Hafkemeyer, S. J. — pois que êste o era e dos mais ilustres e beneméritos da Ordem e entre os seus fundadores conta um Carlos Teschauer, o investigador paciente e proibidoso do nosso passado que até hoje, com mais profundidade e erudição, estudou sistematicamente, a formação da terra e povo rio-grandense.

Mas traz ainda, o já agora, confrade nosso, farta bagagem a ilustrar-lhe o nome.

A glória e aos méritos da Companhia acrescenta êle os próprios que os possui, muitos e distintos.

Há oito anos, com inusitado brilho, na cátedra de História do Brasil e da Civilização no Ginásio Anchieta, vem irradiando a luz de sua possante inteligência, a guiar a nossa juventude na escalada do saber, e a espargir os ensinamentos de sua invulgar cultura e as meiguices e doçuras de sua alma que tão bem sintoniza, compreende e adivinha os anseios da alma ardente da nossa mocidade.

A sua cátedra, muito embora lhe exija o melhor de suas energias, não lhe arrefeceu o ardor com que se entrega à descoberta dos vários enigmas que a nossa história apresenta ainda à deficiência de nossos conhecimentos a respeito de tudo quanto é nosso.

Depois de reeditar completamente refundido o 1.º volume da História Universal de seu ilustre irmão na Ordem, o meu saudoso mestre Padre Hafkemeyer, a 3.ª edição da Vida e Obras do Padre Roque Gonzalez de Santa Cruz, S. J., primeiro apóstolo do Rio Grande do Sul da autoria de não menos notável jesuíta Carlos Teschauer, publicou o novel consócio o "Epítome de Instrução Moral e Cívica", repleta de lições e exemplos hauridos em nossa história, para servir de guia seguro na larga estrada da vida, a essa infância e juventude a quem êle se consagra de corpo e alma, na aula, no púlpito e no confessionário, com ela repartindo as primícias de seu afeto e a ela dedicando o melhor de seu talento.

O assunto, porém, de sua predileção, o que constitue, por assim dizer, para êle verdadeiro compromisso de honra é a

biografia integral que já se acha bem adiantada, dos três mártires rio-grandenses — Roque Gonzalez, Afonso Rodrigues e João de Castilho, cuja documentação completa já se acha em seu poder, enriquecida por valiosíssimos estudos e observações pessoais.

Quis conhecer “de visu”, o lugar bendito, onde o sangue generoso daqueles heróis derramado no martírio cruento, santificou para sempre a terra rio-grandense, conquistando-a para Cristo e sua Igreja. Não lhe souberam dizer, para vergonha nossa, numa terra cristã onde exalara o último suspiro o protomártir da civilização cristã em terras rio-grandenses. Ele, porém, não recuou de seu intentô. Era obrigação do jesuíta, dever do patriota, testemunho de amor do sacerdote a descoberta do lugar do martírio dos três filhos de Loyola, pioneiros da civilização cristã no Rio Grande. Procedeu a acurados estudos; leu tôda a documentação antiga e moderna e, com o tesouro de seus conhecimentos em que foi auxiliado por um punhado de homens de boa vontade, ei-lo a rumo das Missões, onde, após dez dias de pesquisas e excavações, conseguiu localizar, com absoluta segurança, o antigo Caaró, trato de terra ensopado com o generoso sangue cristão, alí derramado por amor ao Cristo, para levar ao céu o índio nosso irmão. Hoje, a gratidão do povo está levantando alí o primeiro santuário do Estado.

O êxito feliz desta primeira emprêsa animou-o à segunda, não menos nobilitante: o de perquirir onde fôra martirizado o seu irmão na Ordem, o já agora beato, João de Castilho que, praza a Deus, em futuro não remoto, possamos invocar, juntamente com seus dois companheiros em nome da Igreja, como Santos protectores no céu, da terra onde por amor a Cristo imolaram êles a sua própria vida.

E de novo foi feliz. Depois de vários dias de intensa busca, percorrendo campos e coxilhas, atravessando matos e patinando pantanos, vadeando arroios, rompendo espinheiros, munido de excelentes mapas e de sólidos conhecimentos históricos logrou localizar o palmo de terra que bebeu, a 17 de novembro de 1628, o sangue do segundo mártir, compa-

nheiro de Roque Gonzalez. Às margens do Ijuí, no município de São Luiz de Gonzaga, descobriu êle o antigo Pirapó. Dir-se-ia que São Luiz de Gonzaga, jesuíta como êle, como êle também Luiz de Gonzaga, pois que êste é também o seu nome, na terra que em honra dêle recebeu também o nome, não quis deixar sem prêmio a obra benemérita, empreendida com tão nobres intenções e o ajudou na descoberta tão ardentemente desejada.

Essas duas pesquisas, coroadas do mais completo êxito, abrem-lhe as portas de qualquer Instituto em que se cultive o estudo da história, porque os trabalhos em que nos faz as respectivas comunicações dos preciosos achados, o sagram definitivamente um sabedor não vulgar das cousas de nossa história.

Não era preciso mais. Se o fôsse aí estariam, ainda, êsses notáveis estudos a que intitolou “A família guaraní cristianizada” e “As primitivas Reduções Jesuíticas do Rio Grande do Sul”, ensaio erudito para localizar as 18 reduções da primeira fase dos Jesuítas no Rio Grande. Além das inúmeras ilustrações que apresenta, reproduz o mapa do Padre Luiz Ernot, S. J. desenhado em 1631 ou 32, e publicado pelo recipiendário pela vez primeira no Brasil. Para ressaltar o valor dessa contribuição basta afirmar que êsse mapa foi ignorado pelo próprio Barão do Rio Branco, o homem que mais sabia da nossa história, na assertiva exata de Eduardo Prado.

E’ êste, srs., o confrade ilustre que hoje ingressa nesta Casa.

O Instituto Histórico, ao recebê-lo, não lhe dá os parabens. Ao contrário, recebe-os, pela preciosa aquisição que acaba de fazer e congratula-se com o novo obreiro que aquí entra, para honrar o Rio Grande, de que é ilustre filho, e difundir a formosa cultura e os sábios ensinamentos de que é portador. Insigne confrade, seja benvindo à nossa Companhia, já que a sua o conta entre os seus mais ilustres filhos. Disse.

Conferencia do Dr. Adroaldo Mesquita da Costa em comemoração ao dia da Bandeira

“Exmo. sr. presidente do Instituto.

Exmo. sr. representante de s. ex. o sr. general interventor.

Exmos. srs. representantes dos exmos. srs. secretários de
Estado.

Exmas. senhoras. Exmos. srs. Prezados confrades.

Na brilhante e festiva parada cívica com que, no dia de hoje, o Estado Novo do Brasil saúda a bandeira nacional e lhe presta reverente continência, em desfile garboso e entusiasta de todos os seus filhos, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, cheio de orgulho e de ufanía, também está presente, para trazer ao símbolo sagrado da pátria, o testemunho público de sua veneração e entranhado amor, porque cremos e afirmamos ser ainda o patriotismo a virtude heróica do povo brasileiro e a idéia de pátria a que com mais fortes élos une os corações de quantos tiveram a ventura de ver, pela vez primeira, a luz do dia sob êste céu abençoado pelo sinal da Redenção da Humanidade — o Cruzeiro do Sul.

Estamos a comemorar o Dia da Bandeira e êle deve ter hoje, por todos os motivos, esplendor inusitado, culto extraordinário, celebrado com as maiores pompas e deslumbrantes ritos até agora desconhecidos na religião de nosso civismo, porque estamos a viver o instante mais solene da vida brasileira, aquele em que se cria o novo culto cívico a que teremos, com verdade, de chamar a Mística da Pátria.

E' que, pela primeira vez, em 48 anos de República, a bandeira do Brasil paneja só, nos ares, desacompanhada das 20 bandeiras dos Estados, em obediência ao preceito imperativo da Nova Constituição que as aboliu, pois que o artigo 2.º, declara:

“A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o país. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas”.

Não há de ser isso, entretanto, motivo para que se afrouxem ou rompam os laços federativos que a todos irmanavam e irmanam, senão que, pelo contrário, hoje mais do que ontem, amanhã mais do que hoje, e sempre mais do que nunca, todos êles afirmam e afirmarão, pelo futuro em fora, o seu firme propósito e o seu anelo ardente de viverem fortes e em paz, na unidade da pátria e na comunhão da língua, da religião, do direito e da justiça, das instituições orgânicas do Estado, enfim, de tudo quanto nos possa tornar células vivas de um organismo uno e indivisível, capaz de resisitir e enfrentar as intempéries do clima inhóspito que assola a estrutura social do mundo, na hora que passa.

Já não tremulará na ponta de nossas lanças a bandeira tricolor com que os centauros farroupilhas saudaram a brisa acariciadora da vitória, na manhã radiosa de 20 de setembro de 35; os nossos olhos não a verão jamais, empunhada pelas mãos calosas e honradas do gaúcho que, em pugnas titânicas e leais, no entrechoque dos “entreveros”, em arrancadas homéricas para a morte e para a glória, enriqueceram de bravura e de heroísmo, o tesouro de nossas tradições imarcescíveis. Nunca mais o gaúcho a desfraldará no dorso das coxilhas, ao toque de retinir, para conclamar em seu redor, todos os rio-grandenses, em defesa do Brasil, a mãe comum, como sucedeu, quando da campanha lopisguaia. Nunca mais o sol do Rio Grande iluminará a bandeira tricolor que não conheceu derrotas e que a êle só deu honra e glória, abrigando em suas dobras a quantos quizeram batalhar pelos verdadeiros ideais da liberdade e fraternidade cristã. Os nossos ouvidos nunca mais ouvirão, na comemoração dos nossos

grandes fastos, o insprado hino de Mendanha, cantado pelos nossos filhos, na exaltação dos heróis do nosso pago. Nunca mais. A bandeira, o hino, o escudo e as armas rio-grandenses doravante, se recolherão aos arquivos e aos museus para viverem alí, perenemente, no culto de nosso civismo e na saudade de nossos corações agradecidos.

Se é necessário a sua supressão para que não arrefeça o nosso amor à mãe comum; se a bandeira, o hino, o escudo e as armas do Estado poderiam vir a ser causa ou germes de separatismo, que não eram, mostremos, pela nossa resignação heróica sermos capazes de todos os sacrifícios pelo Brasil, entre os quais êste que ora fazemos, não será o maior, para patentearmos que os rio-grandenses de hoje possuem ainda a mesma têmpera dos ancestrais da raça que, com o seu sangue generoso, escreveram pelas nossas coxilhas a epopéia do dever cumprido, em prol da liberdade e independência do Brasil. A configuração geográfica de nosso Estado é a do coração humano e, coração quer dizer afeto, sentimento, amor. Porisso mesmo, talvez, o gaúcho foi sempre um eterno enamorado da sua terra e da sua gente, amando loucamente a pátria e por ela sacrificando a própria vida, no altar de nosso civismo.

Dediquemos todo o nosso amor à pátria brasileira, representada na bandeira gloriosa que hoje estamos a exaltar, num frêmito de entusiasmo. Ela não é um simples pedaço de pano enfiado numa haste de madeira. Ela é o símbolo sagrado da pátria, a corporificação dos nossos ideais coletivos de grandeza e felicidade de um povo. E' ela quem passa de geração em geração, carreando os troféus de nossas vitórias, em marcha ininterrupta, a caminho do Panteão da Imortalidade. E' ela quem às glórias do passado acorrenta as esperanças do futuro, formando a cadeia da tradição, o mais forte esteio de povos e nações. E' ela a imagem sacrossanta do Brasil, que recorda no amarelo, o imenso tesouro aurífero, ainda encoberto no seio virginal da terra; no verde, as plácidas campinas do vasto território e a esperança inextinguível, que não morre em nossos corações, de ver ainda maior,

se possível, o nome do Brasil, no concerto dos povos felizes do mundo universo; no azul, êste céu, sereno e límpido, aquinhoadado com mais estrêlas que qualquer outro país, na partilha munificente procedida pela Divina Providência. Porisso, senhores, falando a linguagem mística do nosso civismo, na liturgia do culto da pátria, rezemos, circunspectos e recolhidos, à Oração da Bandeira Nacional; que o estro inspirado de Fernando de Magalhães compôs para o dia de hoje:

“Bandeira de minha terra:

Sobes, para o tope azul, ao bafejo dos ventos, desfraldas glórias e acenas esperanças quando estrugem os acordes do hino da Nação. Recordas no entusiasmo das consagrações a bravura de teus mortos e a nobreza de teus fastos. Refletes a natureza, em sua eterna formosura de redenção e de liberdade.

Na hora de tua exaltação, bandeira do Brasil, cada qual olha para o passado em ato de reconhecimento pelo que êle produziu de meritório e de exemplar, ensinando o otimismo justo, trânsito dos vaticínios afortunados.

Por ti, bandeira do meu berço, guardaremos uma fé transbordante nos destinos de nossa gente. Por ti todos sentirão o consôlo do trabalho e lutarão pela utilidade da vida. Por ti, o enlêvo da terra exuberante e o amor do povo tranqüilo dissiparão, nos dias radiosos da história, as nuvens de apreensão e de máguas. Por ti, a harmonia encantadora das coisas celebrará a concórdia prometedora dos homens.

Bandeira do Brasil, envolve-nos nas tuas promessas deslumbrantes. Só assim saberemos morrer na silenciosa tarefa de preparar a Pátria feliz e abundante”.

Atas das Sessões do Instituto no corrente ano

ATA DA 21.^a SESSÃO DE DIRETORIA

Aos quinze dias do mês de fevereiro de mil novecentos e trinta e sete, às dezessete horas, numa das salas do Museu Júlio de Castilhos, presentes os consócios que firmaram o livro respectivo, o senhor Leonardo Macedônia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Explicou em seguida o senhor presidente que, convocando a presente sessão, interrompia o período de férias regulamentares, o que fazia com o fim de dar conhecimento aos nossos consócios do trabalho já realizado para levar a têrmo a efetivação do segundo Congresso de História em comemoração desta vez, ao bi-centenário do desembarque do brigadeiro José da Silva Pais no local onde hoje assenta a cidade do Rio Grande. Concedida a palavra ao secretário perpétuo, passou êste a fazer uma exposição do que se tem feito em relação ao Congresso. A efetivação dêste Congresso foi resolvida pelo Instituto pois não podia êste ficar indiferente ao grande acontecimento que vamos celebrar, isto é, o bi-centenário do desembarque do brigadeiro José da Silva Pais, no local onde assenta a cidade do Rio Grande, fato que assinala o início da organização político-social do Rio Grande do Sul. Assentada a efetivação do Congresso, tratou-se do lado material do mesmo e, como é do conhecimento do presidente, longa foi a correspondência mantida não só com a comissão local como com o prefeito, doutor Meireles Leite e, isoladamente, com pessoas influentes da localidade. Por último e como tudo

se verá pela correspondência arquivada, teve o Instituto conhecimento de que a Prefeitura daquela cidade contribuiria com quinze contos de réis para essa realização, inclusive a despesa para impressão dos Anais. O congresso, a êsse tempo, já estava em franca articulação e apreciável era já o número de teses recebidas, em número de vinte e cinco, aproximadamente. Como informou, o secretário, as teses e memórias, à proporção que iam chegando, eram distribuídas às comissões organizadas, sendo que vários relatores designados residiam no interior do Estado. Assim é que, presentemente, bem poucas estão ainda fora da secretaria, esperando que todas voltem a tempo de entrar em plenário. E' de justiça notar, disse ainda o secretário, o esforço que, na articulação do congresso, vinham prestando os confrades Walter Spalding, De Paranhos Antunes e Dante de Laytano, pedindo que os mesmos, isto é, os senhores Laytano e De Paranhos fôsem pelo presidente oficialmente designados como auxiliares da secretaria, neste Congresso, o que foi deferido pelo senhor presidente. Continuando em sua exposição disse ainda o secretário que tendo o presidente recebido um fonograma do prefeito de Rio Grande, autorizando-o a receber no Banco do Rio Grande a importância de sete contos e quinhentos mil réis, metade do auxílio concedido ao Instituto para a realização do Congresso, autorizara o tesoureiro a receber essa importância. Foram passados telegramas aos nossos confrades de Pelotas e senhor Alfredo Ferreira Rodrigues, do Rio Grande, também nosso consócio, a concorrerem ao Congresso. Muitas outras deliberações foram tomadas, como se verá pela correspondência arquivada na secretaria. E nada mais havendo, o senhor presidente disse estar marcado o dia seguinte para a partida, estando assentado que acompanhariam até a cidade do Rio Grande os senhores De Paranhos Antunes e Dante de Laytano, os dois secretários e, como não poderia seguir nesse dia o senhor Affonso Guerreiro Lima, tesoureiro, ficava o mesmo autorizado a seguir por via aérea. Encerrada a sessão, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(ass.) **Leonardo Macedonia**

ATA DA 37.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, NA CIDADE DO RIO GRANDE

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de mil novecentos e trinta e sete, às dezessete horas, no salão da congregação do Ginásio Lemos Junior, na cidade do Rio Grande, presentes vários consócios e membros do Segundo Congresso de História, o senhor Leonardo Macedonia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Declarou, em seguida, o senhor presidente, que a presente sessão tinha por fim organizar a lista dos congressistas com o reconhecimento de poderes, relação de teses e memórias, membros constituintes das respectivas comissões, conforme o preceituado no Regulamento do Congresso. Verificou-se, em seguida, pelas listas organizadas na tesouraria, que as teses e memórias apresentadas elevam-se a trinta e quatro, tôdas já relatadas e prontas para plenário. Foi presente, igualmente, a lista das pessoas e associações que aderiram ao Congresso, o que ficara registado na secretaria. O senhor presidente convida os presentes a comparecerem à instalação do Congresso, às vinte e uma horas, e declarou encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(ass.) **Leonardo Macedonia**

ATA DA 38.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de mil novecentos e trinta e sete, na cidade do Rio Grande, no salão do Radio Teatro, às vinte e uma horas, presente elevado número de pessoas, o senhor Leonardo Macedonia, assumindo a presidência, explicou ao auditório que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, transferindo momentâneamente sua sede para esta linda cidade, tinha por fim comemorar com um Congresso de História e Geografia a data que assinala o bicentenário da entrada do brigadeiro José da Silva Pais nesta hoje cidade do Rio Grande. Constitue então a mesa, em tôr-

no à qual assentam-se os senhores doutor Pereira Neto, representante de s. ex. o senhor governador do Estado, doutor Meireles Leite, prefeito municipal, representantes dos senhores prefeito de Pôrto Alegre, secretário da Agricultura, comando da Região, capitão do Porto, Academia Riograndense de Letras, Diretoria do Ginásio N. S. das Dôres, da capital. O senhor presidente convida ainda a ocupar lugares junto à mesa grande número de pessoas gradas residentes na localidade. A comissão de festas estava também presente, tendo á sua frente o senhor doutor Aluisio Vaz Dias, presidente em exercício. Aberta a sessão, foi dada a palavra ao secretário perpétuo para a leitura da efeméride do dia, o que é feito. Passando-se ao expediente foi lida uma indicação do senhor doutor Leonardo Macedonia assinalando a passagem, na data de hoje, do vigésimo quinto aniversário da posse do conde Afonso Celso na presidência do Instituto Histórico Brasileiro, propondo a inserção nesta ata de um voto de louvor e reconhecimento ao eminente patriota que é o conde Afonso Celso, pelo brilho da sua atuação na presidência daquele Instituto e inestimáveis serviços prestados à cultura brasileira naquele altíssimo pôsto, que êle tem sabido dignificar, honrando a tradição de seus antecessores, Sapucaí, Olegário e Rio Branco. Aplausos gerais aprovam essa indicação. Telegramas do Rotary Clube de Pelotas e nosso consócio coronel Francisco de Paula Cidade aplaudindo a efetivação do Congresso. Em prosseguimento o secretário faz a leitura do título das teses e memórias apresentadas, nome de seus autores e relatores designados, bem como a relação nominal das pessoas que aderiram ao Congresso. Terminado o expediente, o senhor Leonardo Macedonia passa a ler o seu discurso de abertura, longa peça, na qual foi expressivo retrospecto histórico da vinda de Silva Pais ao Rio Grande e fundação do chamado Presídio até aos dias presentes apreciando em frases cheias de entusiasmo o maravilhoso progresso a que atingiu a cidade, notavelmente nestes ultimos tempos sob a administração de homens que revelaram grande capacidade administrativa. Termina o senhor Macedonia o seu discurso convidando a assistência a levantar-se e, de pé, prestar homenagem à memória de Silva Pais

e à de seus bravos comandados, pioneiros da incorporação desta terra á civilização brasileiro-lusitana em 1737. E, de pé, ainda, aos nossos antepassados, povoadores do Rio Grande e em louvor à geração presente, que trabalha e se esforça por melhorar a obra dos nossos antecessores. Longos aplausos da assistência recebe o orador ao terminar seu discurso. O Sr. doutor Meireles Leite, prefeito Municipal, pedindo a palavra, apresenta ao presidente e membros do Instituto as boas vindas em nome da cidade e tem para o Instituto lindas palavras de elogio pela significativa comemoração que o mesmo com aquela sessão iniciava, um culto cívico à obra e à memória e à conquista imortal do grande Silva Pais. O orador recebeu, ao terminar, inúmeros aplausos da assistência. O senhor presidente anuncia o dia e hora da próxima sessão e encerra os trabalhos. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(ass.) **Leonardo Macedonia**

ATA DA 39.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de mil novecentos e trinta e sete, no salão da Congregação do Ginásio Lemos Junior, da cidade do Rio Grande, às vinte horas, presentes os membros do Instituto e grande número de pessoas que firmaram o livro respectivo, o senhor Leonardo Macedonia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão, explicando aos presentes, que esta reunião fora convocada para se dar início à discussão de teses, memórias e pareceres apresentados ao segundo Congresso de História que este Instituto levava a efeito. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se à leitura do expediente, que constou de uma única peça, os cumprimentos que, por intermédio do Centro de Cultura Riograndino faz, à Mesa do Congresso, o escritor patricio, senhor doutor Castilhos de Goycochêa, residente no Rio de Janeiro. Passa-se, em seguida, à leitura de pareceres apresentados às teses e memórias, na seguinte ordem: “A estrutura da Serra nas bacias do Caf e do Rio dos Sinos”, tese do Padre Balduino Rambo, S. J. Relator: Irmão Teodoro; membros, d^{rs}.

Eduardo Duarte e Dante de Laytano. Aprovado o parecer. — “Terra do Gaucho”, do professor Rúbio Brasileiro. Relator, dr. Fernando Osório; membros, dr. Leonardo Macedonia e tenente De Paranhos Antunes. Tomando a palavra o autor da tese, disse que, quanto à restrição do relator de que o precursor do abolicionismo no Brasil fora o Padre Manoel Ribeiro Rocha, autor do livro “Etiope resgatado”, citado pelo barão do Rio Branco em suas Efemérides, devia declarar se estribara em Alfredo Ferreira Rodrigues quando prefaciou o livro de Nicolau Dreys, apontando o nome de Gonçalves Chaves. O senhor Abeillard Barreto faz algumas considerações em torno do assunto, em debate e diz que se não devia desprezar as declarações do dr. Fernando Osório. Terminada a discussão e pôsto em votação foi o parecer aprovado. “As bulas e os tratados de limites”, do tenente De Paranhos Antunes. Relator, Abeillard Barreto; membros, professor Walter Spalding e dr. Eduardo Duarte. Aprovado. “A estrada da Laguna ao Rio Grande”, de Manoel Estêvão Fernandes Bastos. Relator, snr. João Maia, membros, coronel Manoel Faria Corrêa e dr. Eduardo Duarte. Aprovado. “Expedición de D. Pedro de Cevallos al Rio Grande e Rio de la Plata”, do dr. Enrique Arana. Relator, coronel J. C. Rego Monteiro; membros Aurélio Pôrto e general João Borges Fortes. Foi adiada a discussão por ter o dr. Fernando Osorio pedido vista da tese e parecer, o que foi deferido. “A epopéia dos fronteiros perante o direito internacional”, do dr. Fernando Osório. Relator, dr. Leonardo Macedonia; membros, drs. Dante de Laytano e Eduardo Duarte. Aprovado. “Justificación in extenso de algunas noticias sobre el marechal Jacques Funck”, de Buenaventura Caviglia (hijo). Relator, tenente de Paranhos Antunes; membros, professor Walter Spalding e dr. Dante de Laytano. Aprovado. “Tropeiros”, do general João Borges Fortes. Relator, dr. Felix Contreiras Rodrigues; membros, srs. Abeillard Barreto e Rúbio Brasileiro. Aprovado. “O Rio Grande de São Pedro na visão de Silva Pais”, do sr. Edgar Fontoura. Relator, dr. Eduardo Duarte; membros, dr. Dante de Laytano e professor Walter Spalding. O relator propõe um voto de louvor ao autor da tese, o que é aprovado juntamente com o parecer. “A formação do Regi-

mento de Dragões do Rio Grande de São Pedro”, do coronel J. C. Rego Monteiro. Relator: professor Walter Spalding, membros, sr. Otelo Rosa e tenente De Paranhos Antunes. Aprovado. “O forte de Santa Tecla”, do professor Walter Spalding. Relator, coronel Manoel de Faria Corrêa; membros, drs. Eduardo Duarte e Dante de Laytano. Aprovado. “El Rio Grande del Sur en la mapoteca”, de Carlos E. Grez Perez. Relator, coronel E. G. de Souza Docca; membros, prof. Walter Spalding e dr. Darcy Azambuja. Aprovado. O senhor presidente declara que, pelo adiantado da hora vai suspender a sessão e convida os presentes a comparecerem à segunda sessão plenária. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(ass.) Leonardo Macedonia

ATA DA 40.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de mil novecentos e trinta e sete, no salão da Congregação do Ginásio Lemos Junior, da cidade do Rio Grande, presente grande número de pessoas, entre as quais exmas. familias e consócios que firmaram o livro de presença, o senhor Leonardo Macedonia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se à ordem do dia, discussão em plenário dos pareceres apresentados às teses e memórias com que concorreram a êste Congresso vários escritores nacionais e estrangeiros. Seguindo-se a ordem de classificação, foram discutidos os pareceres das seguintes teses: “A revolta dos Dragões do Rio Grande”, do prof. Walter Spalding. Relator, senhor Manoelito de Ornellas; vogais, doutor Felix Contreiras Rodrigues e prof. Afonso Guerreiro Lima. Pôsto em discussão o parecer, pediu a palavra o doutor Fernando Osório, que contraditou o parecer na parte em que diz ser a história dos Dragões uma epopéia sem cantores, declarando que já o poema “Uruguai”, de Basílio da Gama, havia cantado êsses heróis. O senhor De Paranhos Antunes, pedindo a palavra, disse que o poema “Uruguai” tratava dos “Sete Povos” e louvava a Gomes Freire e seus soldados, só se refe-

rindo, superficialmente, aos Dragões. Prosseguindo, o senhor De Paranhos faz referências elogiosas à “Legenda Continental”, em que, mais do que no poema “Uruguai”, o doutor Fernando Osório enaltece as glórias dos Dragões. Entretanto, esse livro não é ainda uma epopéia. Encerrada a discussão e pôsto em votação, foi o parecer aprovado. “Fundação do Rio Grande”, do general João Borges Fortes. Relator, doutor Manoel Duarte; vogais, doutores Otelo Rosa e Eduardo Duarte. Discutido o parecer, foi aprovado. “Fortificações do canal e cidade do Rio Grande”, do coronel J. C. Rego Monteiro. Relator, tenente Henrique Oscar Wiederspahn; vogais, drs. Felix Contreiras Rodrigues e Otelo Rosa. Aprovado. “A trincheira de Castilhos”, do doutor Fernando Luiz Osório. Relator, senhor Edgar Fontoura; vogais, doutores Leonardo Macedonia e Eduardo Duarte. Aprovado. “La devoción de Gomes Freire de Andrada a Santa Teresa en Jubilos de America”, de Buenaventura Caviglia (hijo). Relator, tenente De Paranhos Antunes; vogais, professores Jorge Bahlis e Jaci A. L. Tupí Caldas. Pôsto em discussão fizeram considerações em tôrno do parecer e da tese os senhores Edgar Fontoura, Fernando Osório e Dante de Laytano, sendo afinal aprovado o parecer. “Primeiros núcleos de povoamento do Rio Grande do Sul”, do tenente De Paranhos Antunes. Relator, doutor Dante de Laytano; vogais, coronel Gaston Hasslocher Mazon e doutor Eduardo Duarte. Aprovado. “Na guerra guaranita”, do doutor Fernando Osório. Relator, tenente De Paranhos Antunes; vogais, doutor Eduardo Duarte e professor Walter Spalding. Aprovado. “As primitivas reduções jesuíticas do Rio Grande do Sul”, do Padre Luiz Gonzaga Jaeger, S. J. Relator, tenente De Paranhos Antunes; vogais, professor Walter Spalding e doutor Dante de Laytano. Aprovado. “A Bandeira de Aracambi”, do doutor Olinto Sanmartin. Relator, doutor Dante de Laytano; vogais, snr. João Maia e Gaston Hasslocker Mazon. Aprovado. “Os lagunistas e Silva Pais”, do tenente Henrique Oscar Wiederspahn. Relator, general João Borges Fortes; vogais, senhores Rúbio Brasileiro e Edgar Fontoura. Aprovado, depois de ter o senhor Edgar Fontoura declarado que no inventário de Castro e Almeida há uma carta do Padre

Diogo Soares em que êste expõe não ter vindo ao Rio Grande por falta dos instrumentos levados por seu companheiro de missão científica. “Aspectos da Formação Rio Grandense”, do extinto doutor Jorge Salis Goulart, com comentários de D. Walkiria de Salis Goulart”. Relator, doutor Felix Contreiras Rodrigues; vogais, doutores Dante de Laytano e Eduardo Duarte. Pôsto em discussão o doutor Fernando Osório fala sobre a influência das estâncias e suas lides na formação da índole democrática do nosso povo. Aprovado. “Expedición de D. Pedro de Cevallos ao Rio Grande y Rio de la Plata”, do doutor Enrique Arana. Relator, J. C. Rego Monteiro; vogais, senhor Aurélio Pôrto e general João Borges Fortes. (Esta tese esteve com vistas ao doutor Fernando Osório, conforme foi requerido em sessão anterior). Aprovado. Suspenso o trabalho das teses, pelo adiantado da hora, o senhor presidente referiu-se ao júbilo patriótico de que se achava possuído o Instituto pelas visitas oficiais feitas pela manhã à cadeia e casa de caridade, onde se constatou a ótima organização dêsses estabelecimentos, citando também o monumento que se vai erigir ao obreiro desconhecido desta terra. E nada mais havendo, o senhor presidente agradeceu a comparência dos presentes e convidou-os para a próxima sessão plenária, a terceira e última do Congresso. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(ass.) Leonardo Macedonia

ATA DA 41.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de mil novecentos e trinta e sete, na sala da Congregação do Ginásio Lemos Junior, na cidade do Rio Grande, às vinte horas, presente grande número de pessoas, entre as quais exmas. famílias e consócios que firmaram o livro respectivo, o senhor Leonardo Macedonia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior. passou-se à ordem do dia, discussão em plenário dos pareceres apresentados às teses e memórias com que concorreram a êste Congresso vá-

rios escritores nacionais e estrangeiros. Seguindo-se a ordem de classificação, foram discutidos os pareceres das seguintes teses: “As primeiras investigações científicas no Rio Grande do Sul”, do senhor Abeillard Barreto. Relator, dr. Dante de Laytano; vogais, drs. Leonardo Macedonia e Eduardo Duarte. Aprovado com um voto de louvor. “Formação dos Dragões e os primeiros Osórios do Rio Grande”, do dr. Fernando Luiz Osório. Relator, dr. Dante de Laytano; vogais, drs. Leonardo Macedonia e Eduardo Duarte. Aprovado. “A família guaraní cristianizada”, do padre Luiz Gonzaga Jaeger. Relator, senhor Rúbio Brasileiro Ferreira; vogais, senhores Abeillard Barreto e Edgar Fontoura. Aprovado. “O rincão de Pelotas”, pelo dr. Fernando Luiz Osório. Relator, senhor Rúbio Brasileiro; vogais, drs. Eduardo Duarte e Dante de Laytano. Aprovado. “O povo riograndense” (Memória), de D. Margarida Pardelhas. Relator, professor Afonso Guerreiro Lima; vogais, professor Walter Spalding e dr. Dante de Laytano. Aprovado. “A vegetação do atual Estado do Rio Grande do Sul no século XVIII”, do Irmão Teodoro. Relator, dr. Manoel Duarte; vogais, sr. João Maia e prof. Afonso Guerreiro Lima. Aprovado com o voto de louvor pedido pelo relator. O reverendo Padre Eurico de Melo Magalhães pediu a tese para lê-la, pois o assunto nela tratado, muito lhe interessava, pois, sendo filho do Ceará, um Estado assolado por contínuas secas, a tese em aprêço tinha para êle grande importância. Antes de lhe ser deferido o pedido, o dr. Eduardo Duarte fêz longa dissertação sobre essa tese, encarecendo o seu valor em matéria científica e elogiando em calorosos termos o seu autor. “Escôrço biográfico de José da Silva Pais”, do senhor Edgar Fontoura. Relator, dr. Leonardo Macedonia; vogais, drs. Fernando Luiz Osorio e Eduardo Duarte. Aprovado. “O govêrno de José Marcelino de Figueiredo no Continente de São Pedro, 1769-1780”, do desembargador Florêncio de Abreu. Relator, dr. Leonardo Macedonia; vogais, tenente De Paranhos Antunes e dr. Eduardo Duarte. Aprovada. “O professor Tomaz Luiz Osório Filho, pioneiro da instrução no Rio Grande do Sul”, do dr. Fernando Luiz Osório. Relator Walter Spalding; vogais, drs. Leonardo Macedonia, Eduardo Duarte. Aprovado. “Vocabulário dos Pes-

cadores do Rio Grande do Sul”, dr. Dante de Laytano. Relator: Edgar Fontoura; vogais: Abeillard Barreto e Rúbio Brasileiro. “A Flora Medicinal no herbário do Ginásio Anchieta”, pelo padre Pedro Canísio. Relator: dr. Eduardo Duarte. Vogais: profs. Afonso Guerreiro Lima e Walter Spalding. Aprovado. “Concurso das congregações religiosas para a formação cultural do povo riograndense”, do monsenhor Silvano de Souza. Relator, prof. Walter Spalding. Vogais: dr. Eduardo Duarte, tenente De Paranhos Antunes. Pôsto em discussão, o relator pede a palavra para uma explicação, e diz lamentar, depois de declarar que era católico, apostólico, romano, ter que reafirmar o que dissera no parecer à tese em aprêço, frisando, porém, que deverá ficar bem claro não representar sua afirmação hostilidade à Igreja, tendo “unicamente por fim cultivar a verdade histórica”. Depois de fazer considerações, em torno dos maus sacerdotes, culpando dêsse mal o regalismo, diz ser também culpada de se terem apartado da senda católica os homens do primitivo Riogrande, a ignorância do povo, que baseava a religião no padre, quando na verdade não é o padre que faz a religião, mas esta, o padre. Disse, em seguida, que infelizmente tal se não deu entre o nosso povo — índio e povoador — porque o mau exemplo influíu a ponto de obrigá-lo por assim dizer, a afastar-se dos padres, e porisso da religião. Afirmou, ainda, que nosso sylvícola não teve (salvo nas Missões) a benéfica influência jesuítica que tanto contribuiu para a religiosidade do povo do centro e do norte brasileiro. Concluindo, disse que a-pesar-disso, a religiosidade do gaúcho existiu e existe, como existe em todo o ser humano, eivada porém de superstições pela falta da prática religiosa. E essa mesma religiosidade é confirmada pela existência, quer na paz quer na guerra, do crucifixo, figurando ao lado da espada. Pôsto em discussão e votação o parecer foi aprovado. Estas três últimas teses são avulsas por não se enquadrarem no programa do Congresso. O senhor presidente declara que ia encerrar essa terceira e última sessão plenária, pois as 35 teses e memórias apresentadas ao Congresso, chegavam com sua discussão a termo, e congratula-se com os presentes pela perfeita ordem, sempre notada, nessas três movimentadas sessões. Agradeceu, de modo especial, a presença

de tão numeroso auditório aos trabalhos do Congresso, tendo palavras de carinho às exmas. senhoras e senhorinhas que compareceram às sessões com tanto interesse. Agradeceu, ainda, à direção do Ginásio Lemos Junior a cessão de sua magnífica casa ao Instituto, durante êsses dias. Terminou, convidando a todos para a próxima sessão de encerramento do Congresso, no salão do Radio Teatro. Do que, Eduardo Duarte, Secretário perpétuo, lavrei a presente Ata.

(ass.) **Leonardo Macedonia**

ATA DA 42.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA NA CIDADE DO RIO GRANDE

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de mil novecentos e trinta e sete, às vinte e meia horas, no salão do Radio-Teatro, na cidade do Rio Grande, presente elevado número de pessoas, entre as quais senhoras e senhorinhas, representantes dos exmos. senhores Presidente da República, do Comando da Região, o senhor Antônio Rocha Meireles Leite, prefeito municipal, presidente da Comissão de Festas, dr. Aluizio Vaz Dias, membros do Instituto e grande número de Congressistas, o senhor doutor Leonardo Macedonia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Explicados os motivos da mesma, foi feita a leitura da efeméride do dia, tendo o secretário perpétuo, feito algumas considerações, quando se referiu ao Instituto Histórico, fundado em 1860 na Capital do Estado, e do qual foi presidente o então barão de Pôrto-Alefte, filho da cidade do Rio Grande.

O expediente constou das seguintes peças: officio da Associação Católica de Professores e Cultura Social, congratulando-se com o Instituto pelo êxito alcançado com o Congresso. Officio do senhor Cassius Berlinck, funcionário da Biblioteca Nacional, adido ao Ministério do Exterior, propondo que se faça no Rio Grande do Sul, um grande tombamento da sua mapoteca, para o que põe à disposição do Instituto a relação do que, nêsse sentido, existe em vários Institutos do Rio de Janeiro. O secretário informa ao snr. Cassius Berlinck já existir em Pôrto

Alegre, no departamento histórico a seu cargo, importante trabalho a respeito e que elevadíssimo número de mapas está fichado e em constante consulta dos interessados. O senhor Casius Berlinck agradece a informação que reputa preciosa.

Moções: “O Segundo Congresso de História e Geografia Sul-Riograndense instalado na cidade do Rio Grande em comemoração do bicentenário da fundação da referida cidade, por sua mesa solicita dos dignos congressistas um voto de louvor, congratulações e agradecimentos, ao digno e nobre senhor dr. Antônio Rocha Meireles Leite, prefeito da comuna riograndina, pela brilhante atuação do emérito cidadão que dirige os destinos do município, pela grandiosidade e imponência que deu às festas bicentenárias, pelo apôio integral que deu a êsse segundo Congresso de História e Geografia, e pelo cavalheirismo com que recebeu e acompanhou os nossos companheiros. Outrossim, queremos também apresentar nesta mesma moção um voto de louvor e congratulações à egrégia comissão de festas, personificada no distinto e cavalheiresco presidente da mesa, dr. Aluizio Vaz Dias. Cremos ser dispensada qualquer justificativa a essa nossa moção, visto ser do domínio público a benemerência, tanto do ilustre doutor prefeito municipal, como da distintíssima comissão de festejos do bi-centenário. Sala das sessões, 24 de fevereiro de 1937. (ass.) Walter Spalding”.

Indicação: “Considerando os serviços valiosíssimos, extensos e intensos, que, por longos anos, com trabalho exaustivo, prestou o senhor Alfredo Ferreira Rodrigues às letras históricas do Rio Grande do Sul, já criando e dirigindo, com zelo e capacidade tais que dêle fizeram uma das publicações mais idôneas e autorizadas do país, nesse gênero, o “Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul” (1889-1917), já nêle reunindo, numa vida inteira de esforços esgotantes, preciosíssimos documentos atinentes, sob todos os aspectos, à história sul-riograndense, já nêle estampando os retratos de vários dos vultos assinalados dessa mesma história, que eram os únicos existentes, e se reproduzem, hoje, em muitas coleções e ilustram muitas obras, e já publicando nesse almanaque diversos trabalhos próprios; considerando a alta valia dêsses

trabalhos do senhor Alfredo Ferreira Rodrigues, já aqueles sobre os primórdios da vida sul-riograndense, e que constituíram, depois, os “Estudos históricos sobre o Rio Grande do Sul” (edição de 1897), além de outros, e, mais, que esses trabalhos foram os primeiros visando o estudo da nossa história com a amplitude e a minúcia que ela é de mistér, e, finalmente, considerando que o senhor Alfredo Ferreira Rodrigues, embora afastado, como hoje se encontra, das atividades da pena, é e sempre será, em seus trabalhos, uma das mais autorizadas fontes de consulta, e entre os velhos mestres da história do Rio Grande do Sul é o único filho do município do Rio Grande, cujo bi-centenário tem uma das suas mais altas e úteis memorações e homenagens no Segundo Congresso de História Geografia Sul-riograndense, propomos ao mesmo a aprovação, de pé e, com uma salva de palmas, de um voto de congratulações com aquele ilustre compatriótico pela passagem do bi-centenário da fundação do Rio Grande do Sul, e que esta resolução lhe seja comunicada por telegrama. (ass.) Edgar Fontoura, Padre Eurico de Melo Guimarães, Rúbio Brasileiro e Abeillard Barreto.”

Moção: “Considerando os valiosos serviços prestados pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul às letras históricas do nosso Estado, da Nação e mesmo do Continente; considerando que esses relevantes serviços acabam de ser opulentados com a realização do Segundo Congresso de História e Geografia Sul-Rio-grandense, comemorativo do bi-centenário do Rio Grande do Sul; considerando o valor e o brilho dessa iniciativa desse ilustre sodalício que, realizada, marcou de forma imorredoura a ampla significação histórica do evento comemorado, prestando, também, inestimável serviço à cultura de nossa cidade, propomos ao plenário uma moção de aplauso e agradecimento ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. (ass.) Rúbio Brasileiro, Padre Eurico de Melo Magalhães, Edgar Fontoura, Abeillard Barreto”.

Tôdas essas moções, após a leitura eram correspondidas pela assistência, de pé, por prolongados aplausos de aprovação. O senhor Dante de Laytano pede a palavra e faz vibrante saü-

dação ao nosso confrade senhor Fernando Luiz Osório e com o mesmo se congratula pela publicação de seu último livro: "Sangue e Alma do Rio Grande", que teve a delicadeza de dedicar a êste Segundo Congresso de História. A assistência de pé faz calorosa manifestação ao senhor Fernando Osório. O congressista Padre Eurico de Melo Magalhães pede a palavra e em seu nome, e no dos congressistas Edgar, Rúbio e Abeillard sauda a mesa do congresso tendo palavras elogiosas à atuação dos senhores Macedonia, Duarte, Spalding, Paranhos e Laytano. O sr. De Paranhos pedindo a palavra, enaltece o trabalho apresentado ao Congresso pelos senhores Edgar Fontoura, Abeillard Barreto e Rúbio Brasileiro, tendo as teses que escreveram recebido das respectivas comissões, justos e merecidos aplausos. Acrescentou, ainda, o nosso confrade que o brilhante êxito dêsse Congresso se deve em grande parte à atuação desses distintos cavalheiros. O snr. Fernando Luiz Osório usa da palavra e agradece a manifestação que lhe foi feita. Por último, é concedida a palavra ao nosso confrade De Paranhos Antunes para a leitura do relatório do Congresso. Peça longa, que é lida e ouvida com grande interêsse. O senhor Presidente anuncia que não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, vai passar à leitura de seu discurso de encerramento do Congresso. E lê, em seguida, uma longa peça na qual história os trabalhos do Congresso. E termina numa patriótica e vibrante saudação à cidade do Rio Grande, pelo seu belo passado de duas centúrias, e confiante no seu futuro que será grandioso. Longos aplausos recebe o senhor presidente ao terminar sua brilhante oração. E nada mais havendo, eu Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(ass.) Leonardo Macedonia

ATA DA 50.^a SESSÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de junho de 1937, às dezessete horas, na sede provisória do Instituto, presentes os consócios que firmaram o livro respectivo, o senhor Leonardo Macedonia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Lida e apro-

vada a ata da sessão anterior, passou-se à leitura do volumoso expediente acumulado na Secretaria e em grande parte já despachado pelo senhor presidente. Entre os papéis que foram presentes, consta uma proposta assinada pelos senhores Adroaldo Mesquita, De Paranhos Antunes e Valter Spalding para admissão do reverendo padre Luiz Gonzaga Jaeger, como sócio efetivo. Essa proposta foi mandada à comissão de História, designando-se o senhor Darcí Azambuja para relator. O senhor secretário comunica estar ausente da capital o senhor Aurélio Pôrto, membro da citada comissão, e o senhor presidente designa o senhor João Maia para preencher o cargo vago. O senhor presidente declara que estão prontas as propostas de admissão dos senhores doutores Mário T. de Carvalho e Olinto Sanmartin, e manda proceder à leitura dos pareceres das comissões de História e Admissão, bem como da resposta dos propostos, concordando com a sua admissão. Findo o que procede-se à votação, na forma regulamentar, verificando-se a aceitação dos referidos senhores como sócios efetivos do Instituto. Feita a proclamação, passou-se à nova ordem de coisas, entre as quais está a cunhagem da medalha comemorativa do Segundo Congresso de História, que foi encomendada à Casa da Moeda, pelo preço de três contos e quinhentos mil réis. A impressão dos Anais desse Congresso foi cometida à Livraria do Globo, estando esse trabalho em grande adiantamento. Por último, informou que a Prefeitura da Cidade do Rio Grande, tendo em consideração as ponderações feitas pela Secretaria do Instituto elevava para dezessete contos e quinhentos mil réis o auxílio concedido para a efetivação do congresso, na cidade do Rio Grande, tendo a tesouraria recebido uma parte dessa quantia. E nada mais havendo, foi encerrada a sessão, ficando a secretaria encarregada de marcar o dia e hora para recepção dos novos consócios. Do que, eu, Eduardo Duarte, Secretário Perpétuo, lavrei para constar a presente ata.

(ass.) **Leonardo Macedonia.**

ATA DA 43.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de junho de mil novecentos e trinta e sete às vinte e meia horas, no salão de conferências da Biblioteca Pública, presentes os consócios que firmaram o livro respectivo, exmas. senhoras e grande número de cavaleiros, entre os quais o nosso confrade dr. Félix Contreiras Rodrigues, presidente da Academia Riograndense de Letras, tendo nesse caráter tomado assento à mesa. O senhor Leonardo Macedonia, assumindo a presidência declara aberta a sessão. Depois de explicados os motivos da presente reunião, passou-se à leitura da ata da sessão anterior, sendo aprovada. Designada a comissão para introduzir no recinto o novo consócio, membro efetivo, senhor Olinto Sanmartin, prestou êste o compromisso regulamentar, o que fêz, sob calorosas palmas da assistência. Em seguida, é concedida a palavra ao recipiendário, que lê o seu discurso de apresentação. O nosso confrade, senhor Walter Spalding, previamente designado, lê o seu discurso de saudação ao novo confrade, enaltecendo a sua atuação na literatura e na história pátria, dando notável destaque ao livro recém publicado sobre Bento Manoel Ribeiro, obra que ao snr. Sanmartin deu entrada no Instituto. O senhor presidente depois de se referir aos dois excelentes discursos, que acabavam de ser ouvidos, agradece a comparencia da assistência e declara encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, Secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(ass.) Eduardo Duarte.

ATA DA 44.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de agosto de mil novecentos e trinta e sete, às vinte e meia horas, no salão de conferências da Biblioteca Pública, presentes os consócios que firmaram o livro respectivo, exmas. senhoras e grande número de cavaleiros, entre os quais o exmo. snr. Francisco Flores da Cunha, senador federal, o senhor Eduardo Duarte, secretário perpétuo, no impedimento ocasional do senhor Leonardo Ma-

cedonia, assumindo a presidência, declara aberta a sessão, após explicar os motivos da mesma. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o segundo secretário leu as efemérides do dia, e em seguida, passou-se à leitura do expediente que consistiu de uma carta do senhor cônsul de Portugal, excusando-se por não poder comparecer, e da proposta para admissão como sócio efetivo do reverendo Padre Luiz Gonzaga Jager, S. J.

Feita a eleição na forma regulamentar, foi o candidato eleito unânimemente, e proclamado sócio efetivo. Em seguida, o senhor presidente declarou que ia dar entrada no recinto ao dr. Mário Teixeira de Carvalho, designando os confrades senhores Olinto Sanmartin e J. Tupí Caldas para introduzirem o recipiendário, o que feito, êsse prestou o compromisso regulamentar, sendo empossado no cargo, sob calorosas palmas dos presentes. E', em seguida, concedida a palavra ao recipiendário, que leu magnífico trabalho sobre a Heráldica e suas finalidades, que foi muitíssimo aplaudido pela seleta assistência. Dada a palavra ao senhor Dante de Laytano, orador designado para saudar o novo confrade, produziu, êste notável discurso, salientando as qualidades intellectuais no novo consócio, destacando o valor de sua grande obra "Nobiliário Sul-Riograndense", fazendo sobre o assunto, eruditas e conscienciosas considerações. Uma salva de palmas, cobriu as últimas palavras do orador. Tomando a palavra o senhor presidente, referiu-se aos belos discursos que acabavam de ser proferidos, salientando sua alta significação, agradeceu a presença de quantos ali estavam, e convidando a todos para a próxima sessão a ser realizada a 7 de setembro próximo, deu por encerrada a presente sessão. Do que, eu, Valter Spalding, segundo secretário, lavrei para constar a presente ata.

(ass.) Leonardo Macedonia.

ATA DA 45.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e sete, às vinte e meia horas, no salão de conferências da Biblioteca Pública, presentes os consócios que firmaram o

livro respectivo, exmas. senhoras, e grande número de cavalheiros, entre os quais o capitão Gentil Godoy, representante do exmo. snr. Governador do Estado que nêsse caráter tomou assento à mesa, o snr. Otelo Rosa, vice-presidente abriu a sessão, dizendo que assumia a presidência por continuar enfermo o senhor Leonardo Macedonia, e explica que a presente reunião tinha por fim comemorar o dia da Pátria e ao mesmo tempo receber o novo consócio reverendo padre Luiz Gonzaga Jaeger. S. J. Em seguida, designa os consócios senhores Francisco Rodolfo Simch, Armando Dias de Azevedo e De Paranhos Antunes para introduzirem no recinto o recipiendário. O que se verifica sob calorosa salva de palmas. Prestado pelo novo consócio o compromisso regulamentar, o senhor presidente dá-o por empossado sócio efetivo do Instituto.

Dispensada a leitura da ata anterior o senhor presidente dá a palavra ao segundo secretário para a leitura das efemérides do dia, o que faz depois de explicar os motivos da ausência do senhor secretário perpétuo, Eduardo Duarte, que se acha de cama em consequência de uma quêda. Dá a seguir o senhor presidente a palavra ao reverendo padre Luiz Gonzaga Jaeger que lê substancioso discurso, versando sôbre a ação do clero no movimento independencista do Brasil.

Em meio a seu magnífico trabalho, presta significativa homenagem a Tiradentes, sendo suas palavras calorosamente aplaudidas. Sob vibrante salva de palmas, encerra o reverendo padre Jaeger sua brilhante conferência. Dada a palavra ao orador do Instituto, senhor Adroaldo Mesquita da Costa, êste, depois de referir-se à efeméride principal do dia, com palavras carinhosas, refere-se ao insigne recipiendário a quem dava as boas vindas em nome do Instituto. Vibrante salva de palmas corôa as suas palavras. Nada mais havendo, o senhor presidente faz expressivas alusões aos discursos proferidos. E depois de agradecer aos presentes o comparecimento a essa sessão magna do Instituto dá por encerrada. E eu, para constar lavrei, de tudo, a presente ata que assino. Valter Spalding, segundo secretário. (ass.) **Leonardo Macedonia.**

ATA DA 46.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e sete, às dezessete horas, no salão de conferências da Biblioteca Pública, presentes os consócios que firmaram o livro respectivo, grande número de assistentes, entre os quais exmas. famílias, autoridades civis, militares e eclesiásticas, o secretário assumindo a presidência, declarou aberta a sessão, explicando os fins da mesma, que era prestar u'a homenagem ao historiador patricio senhor doutor Pedro Calmon, presentemente nesta capital. Declarou ainda que a sessão se realizaria em conjunto com a Academia Rio-grandense de Letras que homenageava ao mesmo tempo o acadêmico senhor doutor Octávio Mangabeira. Convidado o nosso confrade senhor doutor Félix Contreiras Rodrigues, presidente da Academia Rio-Grandense de Letras, para presidir a sessão, êsse nosso consócio assumindo a direção dos trabalhos convidou os homenageados a tomarem lugar à mesa, o que é feito sob vibrante salva de palmas. Feita a leitura da efeméride do dia, e verificando o presidente ter chegado ao recinto o nosso confrade senhor Otelo Rosa, vice-presidente do Instituto e secretário da Educação e Saúde Pública, o senhor Felix Contreiras, convidou-o para presidir a sessão, ao que acede o senhor Otelo. Concedida a palavra ao senhor Valter Spalding faz êsse nosso confrade uma vibrante saüdação ao senhor Pedro Calmon, em nome do Instituto, estudando a figura do homenageado através de inúmeros trabalhos que deu à publicidade, alguns dos quais em referência ao Rio Grande do Sul.

Em seguida, usa da palavra o senhor doutor Mário Totta, membro da Academia Riograndense de Letras, e saüda em formosa oração o senhor Otávio Mangabeira, a quem tece calorosos e merecidos elogios. O senhor Mangabeira, em magnifico improvisado agradece a saüdação, de que é alvo e faz um retrospecto da viagem que fêz pelo território do Rio Grande, tendo à nossa terra um verdadeiro hino de amor e brasilidade. O senhor Pedro Calmon usa da palavra e depois de agra-

decer a homenagem que o Instituto lhe prestava, faz a sua anunciada conferência subordinada ao título: “O Rio Grande na Evolução Brasileira”.

O senhor Pedro Calmon, consagrado orador, prendeu a atenção do auditório por longo tempo, recebendo ao terminar demorados aplausos. O senhor Presidente depois de se referir à merecida homenagem prestada aos dois distintos homens de letras, senhores Calmon e Mangabeira, agradece a participação de todos e declara encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata. (ass.) **Leonardo Macedonia.**

ATA DA 47.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e sete, às dezessete horas, no salão de conferências da Biblioteca Pública, presentes os sócios que firmaram o livro respectivo e regular número de pessoas, o senhor Leonardo Macedonia assumindo a presidência, declarou aberta a sessão, explicando que a mesma fora convocada com o fim de celebrar a magna data que assinala o início da Revolução Farroupilha. Feita a leitura da ata e da efeméride do dia foi concedida a palavra ao senhor Olinto Sanmartin, previamente designado para orador do dia. O nosso ilustre confrade passou então a ler o seu magnífico trabalho sobre a Grande Revolução, exaltando o valor e a tenacidade dos seus vultos principais, notadamente quanto à figura de José de Araujo Ribeiro, presidente nomeado pelo Governo Central, em substituição de Fernandes Braga, o presidente que abandonara a Província, após o deflagar do movimento. Sobre Araujo Ribeiro apresentou o senhor Sanmartin magnífico trabalho fartamente amparado em preciosos subsídios históricos, constituindo essa contribuição valioso material à apreciação dos fatos que assinalam os primeiros tempos do decenal movimento. O senhor Sanmartin foi muito aplaudido e cumprimentado ao terminar sua excelente conferência. Logo após pediu a palavra o nosso confrade sr. Manuelito De Ornelas que requereu o lançamento em ata de um voto de profundo pesar pelo passamento

na madrugada desse dia, do nosso consócio dr. Vitor Russomano. Referiu-se ao claro aberto em nossas fileiras pelo doloroso trespasse, pois o dr. Russomano era um dos mais distintos colaboradores do Instituto; fêz uma resenha dos seus trabalhos de caráter histórico entre os quais um Adagiário regional, livro ainda no prélo.

O senhor presidente considera o requerimento atendido, lançando-se nesta um voto de profundo pesar pelo falecimento de tão ilustre consócio. E nada mais havendo, foi encerrada a sessão do que eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata.

(ass.) **Leonardo Macedonia.**

ATA DA 48.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e sete, às dezessete horas, na Biblioteca Pública, presentes os consócios que firmaram o livro respectivo, regular número de assistentes, o senhor Leonardo Macedonia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, foi lida a efeméride do dia. O senhor presidente informa que o orador inscrito, senhor Adroaldo Mesquita, não compareceu à sessão por motivo de se achar até o momento na Assembléia Legislativa do Estado, conforme comunicação recebida e que concede a palavra ao infrascrito para a leitura do seu trabalho sôbre Patrício José Correia da Camara. O secretário perpétuo em improviso refere-se aos fatos que o dia assinala, e em seguida lê um estudo sôbre a figura histórica do primeiro Visconde de Pelotas, sendo essa contribuição recebida com geral agrado. O senhor presidente depois de se referir aos trabalhos da sessão, declarou-a encerrada. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei para constar a presente ata.

(ass.) **Leonardo Macedonia**

ATA DA 22.^a SESSÃO DE DIRETORIA

Aos dez dias do mês de novembro de mil novecentos e trinta e sete, no Museu Julio de Castilhos, às dezessete horas, presentes os sócios que firmaram o livro respectivo, o senhor Leonardo Macedonia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, passou-se à leitura do expediente que constou de várias peças, entre as quais as seguintes: Offício da Liga pro-engrandecimento de Cruz-Alta, comunicando haver promovido para 12 de dezembro próximo a festa do Livro, havendo prêmios para autores de produção literária, filhos da referida cidade. Nesse offício é solicitado ao Instituto um diploma de honra a ser conferido ao melhor trabalho de caráter histórico, publicado por filho de Cruz-Alta. Submetido o assunto a discussão, resolve-se premiar com Menção Honrosa a produção que satisfizer as exigências do julgamento. — Offício do nosso confrade, senhor Félix Contreiras Rodrigues, comunicando ausentar-se de Porto Alegre e solicitando uma licença por tempo indeterminado. Atendido o pedido, manda o senhor Presidente que se officie ao digno confrade lamentando a sua ausência e fazendo votos para que possa, de pronto, voltar ao seio do Instituto, onde a sua colaboração é preciosa e necessária. Para substituí-lo nas comissões de que faz parte, foi designado o senhor Adroaldo Mesquita da Costa. Proposta assinada pelos senhores Sanmartin, Contreiras, Spalding e De Paranhos para admissão dos senhores Gastão Penalva, L. F. Castilhos de Goicochêa e J. C. Rego Monteiro como sócios correspondentes. Essa proposta vai à comissão de História, sendo designado relator o senhor Adroaldo. O senhor Presidente informa que a presente sessão foi convocada especialmente para tratar-se da reforma dos Estatutos, pois como é de todos reconhecido, os atuais já se tornaram precários em vista do desenvolvimento do Instituto nesses últimos tempos. A secretaria apresenta então um ante-projeto, organizado pelo senhor Spalding no qual estão previstos os artigos a serem modificados e outros que serão acrescentados. O senhor presidente resolve submeter êsse ante-projeto ao parecer da respectiva comissão designando o senhor Spal-

ding para substituir o senhor Souza Docca, que está ausente. Designou ainda o senhor Adroaldo para relator da citada comissão. O senhor Mazon informa que estando na Delegacia Fiscal, constatou que ali está sendo feita uma seleção de papéis para serem remetidos para o Rio de Janeiro, e que lhe pareceu ver muitos documentos que interessariam ao Instituto. Propunha, pois, que se oficiasse ao delegado fiscal, solicitando a entrega ao Instituto, dos documentos ali existentes, e que se relacionam com os velhos tempos do Rio Grande. O senhor presidente louva o interesse que revela a proposta, e determina que se officie ao delegado fiscal, designando o senhor Mazon para interessar-se no assunto, como aliás já vem fazendo. O senhor presidente lembra em palavras de grande comoção o desastre de que foi vítima o nosso ilustre consócio senhor desembargador Francisco Rodolfo Simch, a quem o Instituto devia inestimáveis serviços desde a sua fundação. Disse que, pessoalmente, e pelo Instituto, acompanhou a família do extinto no doloroso transe, tendo velado o corpo na Faculdade de Direito e autorizado a despesa de uma coroa de flores, homenagem de seus confrades. Determinou, ainda, com a aprovação de todos a inserção nesta ata de um voto de pesar pelo doloroso acontecimento, o que é feito. Nada mais havendo a tratar, ficou encerrada a sessão do que eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei a presente ata. Em tempo: para substituir o senhor Simch na comissão de Arqueologia, Etnografia e Paleontologia, foi designado o nosso consócio senhor Mário Teixeira de Carvalho.

(ass.) **Leonardo Macedonia**

ATA DA 49.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de novembro de mil novecentos e trinta e sete, às dezessete horas, na Biblioteca Pública, presente grande numero de pessoas, autoridades civís e eclesiásticas, exmas. famílias e consócios que firmaram o livro respectivo, o senhor Leonardo Macedonia, assumindo a presidência, declarou aberta a sessão. Dada a palavra ao secretário

perpétuo, por êste foi lida a efeméride do dia. Em seguida, o senhor presidente informou à assistência que esta sessão fora convocada com o fim de comemorar o dia da Bandeira, e que ia dar a palavra, como efetivamente deu, ao senhor Adroaldo Mesquita, orador do Instituto para ler a sua conferência alusiva ao ato. O senhor Adroaldo passou a ler o seu trabalho que foi ouvido com o máximo agrado e despertou, ao terminar, demorados aplausos da assistência. O senhor Macedonia depois de agradecer a presença de todos, especialmente das exmas. famílias e autoridades, declarou encerrada a sessão. Do que eu, Eduardo Duarte, secretário perpétuo, lavrei, para constar, a presente ata.

(ass.) **Leonardo Macedonia**

ÍNDICE

III TRIMESTRE:

A religião de nossos índios — Angelo Guido.....	3
Lições de meteorologia — Dr. Ladislau Cousirat de Araújo	59
Pequeno dicionário histórico e geográfico do município de Osório — M. E. Fernandes Bastos	85
Nótulas bibliográficas	145
Alguns aspectos da fonética Sul Rio-grandense — Dr. Elpidio Fer- reira Paes	
Discurso do dr. Olinto Sanmartin ao ser recebido no Instituto	
Saüdação ao sr. Olinto Sanmartin — Walter Spalding	
Discurso do dr. Mario Teixeira de Carvalho ao ser recebido no Ins- tituto	
O Clero e a emancipação politica do Brasil (Discurso do R. P. Luiz Gonzaga Jaeger, S. J., ao ser recebido no Instituto)	
Saüdação ao R. P. Luiz G. Jaeger, S. J. — Adroaldo Mesquita da Costa	
Dia da Bandeira, conferência do dr. Adroaldo Mesquita da Costa	
Atas das sessões do Instituto durante o ano de 1937	

INCORRPTAM FIDEM PROFESSIS NEQUE AMORE QUISQUAM
ET SINE ODIO DICENDUS EST.

GEOGRAFIA:

Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Dr. João Maia.
Tenente Dioclecio de Paranhos Antunes
Dr. Alcides Maya.

ARQUEOLOGIA, ETNOGRAFIA E PALEONTOLOGIA:

Prof. Jaci A. L. Tupi Caldas.
Dr. Mario Teixeira de Carvalho.
Prof. Jorge Bahlis.
Dr. Armando Dias de Azevedo.

FOLCLORE E LÍNGUA DOS INDÍGENAS:

Cel. Manoel de Faria Correia.
Prof. Valter Spalding.
Dr. Dante de Laytano.
Manoelito d'Ornelas.

ESTATUTOS E COMISSÃO DA REVISTA:

Dr. Adroaldo Mesquita 'do Costa.
Cel. E. F. de Souza Doca.
Prof. Othelo Rosa.
Dr. Eduardo Duarte.

ADMISSÃO DE SÓCIOS:

Dr. Armando Dias de Azevedo.
Prof. Afonso Guerreiro Lima.
Cel. Gaston Hasslocher Mazon.
Dr. Eduardo Duarte.

Condições de assinatura da Revista:

Por ano	15\$000 rs.
Por fascículo trimestral	4\$000 rs.
Preço da coleção até 1930	1:000\$000 rs.

Fascículos atrasados, preço da tabela existente na secretaria

Para assuntos da Revista dirigir-se diretamente ao Dr. Eduardo Duarte, à rua Duque de Caxias n.º 1231, Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil.



710718